

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho

Amanda Salvador Carvalhais

PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO PÓS-DESASTRE TECNOLÓGICO: UM
ESTUDO DAS FORMAS DE AÇÃO COLETIVA E ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE
CIVIL EM BRUMADINHO-MG

Belo Horizonte

2020

Amanda Salvador Carvalhais

PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO PÓS-DESASTRE TECNOLÓGICO:
UM ESTUDO DAS FORMAS DE AÇÃO COLETIVA E ORGANIZAÇÃO DA
SOCIEDADE CIVIL EM BRUMADINHO-MG

Projeto apresentado ao Curso de Graduação em Administração Pública da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental.

Orientadora: Flávia de Paula Duque Brasil

Belo Horizonte
2020

C331p Carvalhais, Amanda Salvador.
Participação social no contexto pós-desastre tecnológico [manuscrito] : um estudo das formas de ação coletiva e organização da sociedade civil em Brumadinho-MG / Amanda Salvador Carvalhais. – 2020.
[3], 118 f. : il.

Monografia de conclusão de Curso (Graduação em Administração Pública) – Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, 2020.

Orientadora: Flávia de Paula Duque Brasil

Bibliografia: f. 105-121

1. Desastre ecológico – Brumadinho – Minas Gerais. 2. Mineração – Minas Gerais. 3. Participação social. 4. Associação comunitária. I. Brasil, Flávia de Paula Duque. II. Título.

CDU 301.185.001(815.1)

Amanda Salvador Carvalhais

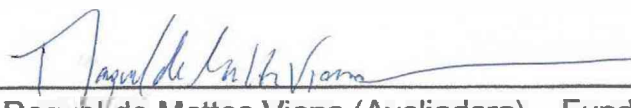
Participação social no contexto pós-desastre tecnológico:
um estudo das formas de ação coletiva e organização da sociedade
civil em Brumadinho-MG

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação
em Administração Pública da Escola de
Governos Professor Paulo Neves de
Carvalho, da Fundação João Pinheiro,
como requisito parcial para a obtenção
do título de bacharel em Administração
Pública.


Aprovada na Banca Examinadora



Prof. Dra. Flávia de Paula Duque Brasil (Orientadora) - Fundação João Pinheiro



Prof. Dra. Raquel de Mattos Viana (Avaliadora) – Fundação João Pinheiro



Prof. Dr. Marco Paulo Vianna Franco (Avaliador) - Fundação João Pinheiro

Belo Horizonte, 14 de agosto de 2020.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos meus pais e meus irmãos, que sempre foram minha maior fonte de coragem e de amor inesgotável. A convivência com vocês me incentiva a ser uma pessoa mais sensível e justa a cada dia.

À minha família, em especial minha avó Diva e minhas primas e primos, pelo carinho e aprendizado.

À minha orientadora Flávia Brasil, pela paciência, atenção e cuidado. Obrigada por fazer com que esse processo fosse o mais leve e prazeroso possível.

Agradeço, também, aos professores da Fundação João Pinheiro pelos ensinamentos, em especial ao prof. Bruno Lazzarotti e ao prof. Bernardo Mata Machado, que marcaram minha trajetória.

Aos meus colegas do 37 CSAP, que trouxeram diversão e muito aprendizado para minha caminhada.

Aos amigos de longa data e aos que entraram na minha vida junto com a faculdade, mas me fizeram crescer para além dela, muito obrigado pelo companheirismo de sempre e pela contribuição para o desenvolvimento e conclusão desta monografia!

Por fim, agradeço a todos aqueles que lutam por uma sociedade menos desigual, em especial aos movimentos sociais que lutam por um modelo econômico justo e sustentável. Acredito que só a luta popular pode traçar o caminho para outra realidade possível!

eu vivo no Brasil

e isso é muito

para se ter em um corpo

(Jessica Stori)

RESUMO

No dia 25 de janeiro de 2019 rompeu a barragem de rejeitos de mineração do Córrego do Feijão em Brumadinho, Minas Gerais. O desastre tecnológico envolve a empresa mineradora Vale e resultou em 272 mortes, além de causar inúmeros danos ambientais, sociais e econômicos. Diante dos danos, as comunidades atingidas começaram a se organizar em movimentos sociais, associações e outros modelos de organização associativa, em busca de lutar pelos seus direitos e suprir as necessidades urgentes das vítimas mais vulneráveis. Nesse contexto de pós-desastre, a participação social se destaca, no âmbito institucional e não institucional, devido seus papéis e sua relevância. Com isso, o presente trabalho propõe-se a investigar os atores coletivos atuantes no contexto de pós-rompimento em Brumadinho, identificando suas formas organizativas, seus repertórios de ação e de interação entre eles, o Estado e a Vale. Somado a isso, é feita uma revisão das perspectivas teóricas acerca do conceito de participação social, uma revisão conceitual relativa aos desastres tecnológicos, uma breve análise dos desdobramentos da atividade mineradora no país e a contextualização do território no pós-rompimento. Esta monografia se configura como uma pesquisa de campo qualitativa que utiliza, principalmente, revisões bibliográficas e entrevista para obtenção de dados.

Palavras-chave: desastre; desastre tecnológico; pós-desastre; mineração; participação social; Brumadinho; associações; movimentos sociais.

ABSTRACT

On January 25th, 2019 collapsed the mining tailings dam of Córrego do Feijão in Brumadinho, Minas Gerais. The technological disaster involves the mining company Vale and resulted in 272 deaths. Besides that, the disaster caused social, environmental and economic damages. That said, affected communities began to organize themselves into social movements, associations and another associative organization models, in search of fighting for their rights and to satisfy the urgent needs of most vulnerable victims. In this post-disaster, the social participation stands up, within the institutional and non-institutional scopes, due to their roles and relevance. Thereby, this research aims to investigate the active collective actors in the context of post-disaster in Brumadinho, identifying your organizational models, your action repertoire and your interaction with the State and Vale. Moreover, there is a review of the theoretical perspectives on the concept of social participation, a conceptual review of technological disasters, a brief analysis of the consequences of mining activity in the country and the contextualization of the territory in the post-disaster. This monograph is configured as a qualitative field research that mainly uses bibliographic reviews and interviews to obtain data.

Keywords: disaster; technological disaster; post-disaster; mining; social participation; Brumadinho; associations; social movements.

SUMÁRIO

1	Introdução	3
2	Participação social, sociedade civil e repertório de ação coletiva	7
2.1	Participação social e teorias democráticas	10
2.2	Participação e sociedade civil: atores coletivos e repertório de ação	17
2.2.1	As associações e seus papéis democratizantes.....	18
2.2.2	Movimentos sociais e repertório de ação coletiva	22
2.2.3	Notas sobre participação social no brasil.....	28
3	Desastre como desdobramento da atividade mineradora	34
3.1	Risco, vulnerabilidade e desastres	34
3.2	Uma breve trajetória de desastres minerários	40
4	Considerações metodológicas	45
5	O desastre tecnológico do dia 25 de janeiro de 2019	48
5.1	O mar de lama	50
5.2	Por trás da lama.....	52
5.3	Pós-desastre e atuação do Estado: regulação e assistência social	54
5.4	Pós-desastre: a reparação insuficiente da Vale	60
5.5	Primeiras ações coletivas	64
6	Os atores coletivos e a busca pela transformação do luto em luta	67
6.1	Atores organizados em nível nacional.....	69
6.1.1	Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB.....	71
6.1.2	Movimento pela Soberania Popular na Mineração – MAM.....	73
6.2	Atores coletivos locais	75
6.2.1	Associação João Fernandes: Aceita Um Café e Olhar-te Brumadinho	77
6.2.2	Associação Nossa Cidade e a Aliança Regenerativa	78
6.2.3	Amigos de Brumadinho – ADB	80
6.2.4	Flor Amarela.....	81
6.2.5	AVABRUM	82
6.2.6	Comitê Popular da Zona Rural de Brumadinho.....	83
6.2.7	Eu Luto - Brumadinho Vive	84
6.2.8	Associação Comunitária da Jangada	86
6.2.9	Coletivo MICA	87
6.2.10	Somos Todos Atingidos	89
6.3	Uma síntese: atores coletivos e repertórios de ação	90

7	Relações entre atores e a construção de uma narrativa e de ações comuns	92
7.1	Alinhamento e disputas no campo local	92
7.2	Desdobramentos das ações coletivas: a resposta da Vale diante da participação não- institucional	96
7.3	As relações dos atores coletivos com o Estado	99
8	Considerações finais	101
	REFERÊNCIAS	105

1 INTRODUÇÃO

A luta por direitos se materializa, frequentemente, por meio da organização da sociedade civil, na qual indivíduos mobilizados e/ou organizados, tematizam problemas, protestam e reivindicam questões sociais. Configura-se, então, a participação social não institucional, que conta com uma diversidade de formas associativas e de repertórios de ação coletiva.

Os atores coletivos podem assumir níveis distintos de formalidade e de atuação, com repertórios de ação variados e que são influenciados pelas experiências de luta acumuladas no campo e pelo contexto em que estão inseridos. Inclusive, alguns dos repertórios de ação da participação não institucional podem se relacionar com a participação institucional, por exemplo, quando um movimento social ocupa espaços institucionalizados representando um grupo ou uma comunidade.

A participação social dialoga com as lutas sociais, principalmente, devido seus possíveis papéis e relevância. Nessa linha, a participação é fundamental na diminuição das desigualdades, favorece o controle público, contribuí para a melhoria das decisões políticas, além de fortalecer o capital social dos seus atores e potencializar a cultura democrática, dentre outras contribuições.

O presente trabalho tem o estudo teórico da participação social como um elemento fundamental, sendo que seu problema de pesquisa é: “Como a sociedade civil de Brumadinho está se mobilizando e organizando, no contexto de pós-rompimento da barragem no dia 25 de janeiro de 2019?”.

O rompimento da barragem no Córrego do Feijão configura-se como um desastre tecnológico - considerado, por muitos, criminoso - que envolve a empresa Vale e atingiu toda a comunidade da região de Brumadinho, em Minas Gerais. O desastre coloca em discussão o modelo minerário vigente no país, um modelo econômico neoextrativista que vem ganhando espaço, principalmente, a partir dos anos 2000.

Este modelo cresceu no país com o apoio do Estado, principalmente no que tange o poder público nacional, e se estruturou de forma a beneficiar as grandes empresas em detrimento do meio ambiente e de comunidades, na maioria das vezes, vulneráveis. Além disso, esse não é o primeiro episódio que relaciona a mineração a um desastre de grande dimensão e impacto, visto que o rompimento da barragem em Mariana, no ano de 2015, deixou danos que reverberam até os dias de hoje.

Portanto, devido aos possíveis desdobramentos da atividade mineradora, existem, em diversos territórios do país, conflitos socioambientais, envolvendo ambientalistas e comunidades atingidas em relação a grandes empreendimentos mineradores. Nesse campo, sabe-se que existe uma história de luta marcada pela construção de atores coletivos plurais, bem como por amplos repertórios de ação. Destacam-se movimentos sociais que se articulam e atuam em nível nacional, pautando os direitos das comunidades atingidas pela mineração desde o fim da década de 1980, até os dias atuais.

Apesar de ser uma questão discutida no âmbito nacional, ela possui particularidades locais e discussões regionalizadas. No caso de Brumadinho, a discussão principal consiste na luta por reparação justa a todos os atingidos e, para isso, atores organizados nacionalmente se deslocaram para atuar no território. Ademais, surgiram atores coletivos locais, na busca de transformar o luto em luta, atuando em solidariedade aos mais vulneráveis, mobilizando-se e reivindicando seus direitos.

Os atingidos mobilizaram-se e organizaram-se em associações, movimentos sociais e outras formas associativas informais, conquistando avanços e assumindo um papel de protagonistas sociais. Nesse contexto, os atores coletivos estabeleceram interações diversas entre si e, também, em relação à Vale e ao Estado - com os diversos órgãos e setores envolvidos. Enquanto a relação com a Vale assume um caráter geralmente de confronto, as formas de relação com o Estado desdobram-se em repertórios de interação diversos. Dentre esses, formas de participação institucionalizada, que trazem o potencial dos atores coletivos afetarem decisões.

Tais pontos, dentre outros, denotam a relevância do objeto de estudo e de sua abordagem. Este trabalho propõe a investigação do caminho traçado pelos atores coletivos de um território que se viu afundado em lama, expondo suas lutas e sua busca por justiça. A pesquisa justifica-se por contextualizar a realidade de Brumadinho pós-desastre de uma perspectiva que foca no atingido e não na empresa causadora do desastre. Desse modo, visa a dar voz aqueles que não possuem o poder econômico para influenciar a opinião pública por meio de publicidade, além de contribuir para a formação de políticas e programas sociais e ambientais.

Nesse sentido, ressalta-se, também, a relevância de estudos direcionados às populações atingidas pelos grandes empreendimentos extrativistas, pois, devido a

expansão contínua dos empreendimentos minerários e a popularização da ideia de que mineração é sinônimo de desenvolvimento, faz-se necessário ilustrar seus danos e impactos nas comunidades locais.

A partir do problema de pesquisa enunciado, a monografia tem como objetivo geral compreender e analisar, com enfoque na participação social, como a sociedade civil de Brumadinho tem se mobilizado, organizado e atuado no pós-desastre. O objetivo geral desdobra-se em objetivos específicos, que se desenvolvem em oito capítulos, e consistem em: levantar perspectivas teóricas acerca do conceito de participação social, principalmente, no que tange seus desdobramentos como repertórios de ação; discutir conceitos relacionados à desastres tecnológicos e administração de desastres, além de colocar em luz desdobramentos do modelo econômico mineral; analisar o contexto de pós-rompimento, descrevendo as respostas do Estado, da Vale e as primeiras ações coletivas; identificar atores coletivos atuantes em Brumadinho e suas formas de mobilização, de organização e seus repertórios de ação; analisar interação entre os atores coletivos, o Estado e a Vale; por fim, tecer considerações finais.

A revisão teórica possui seu foco em torno da noção polissêmica de participação social, de suas conexões e seus desdobramentos, no capítulo 2. Assim, a participação é situada no campo das teorias democráticas contemporâneas, buscando indicar suas diferentes matizes e significados, destacando suas dimensões institucionalizada e não institucionalizada. Essa última desdobra-se a partir do conceito de sociedade civil, na abordagem das associações e dos movimentos sociais, enfatizando a noção de repertórios de ação. No capítulo seguinte, o capítulo 3, discute-se conceitos relacionados aos desastres tecnológicos e administração de desastres, além de evidenciar a relação da atividade mineradora com a ocorrência de desastres, visando auxiliar na contextualização do evento do dia 25 de janeiro, que será feita posteriormente.

No capítulo 4, apresenta-se a metodologia utilizada. Tendo em vista alcançar os objetivos postos, a pesquisa, de cunho qualitativo, efetuou um estudo de caso. Os recursos metodológicos empregados na pesquisa consistiram basicamente em:

a) revisão bibliográfica com dois focos, respectivamente na participação social e nos desastres;

b) levantamentos documentais;

c) observação direta;

d) entrevistas com integrantes de movimentos sociais e associações atuantes em Brumadinho no contexto dos pós desastre.

A análise desenvolve-se nos três capítulos posteriores. Primeiramente, no capítulo 5, o contexto imediato de pós-rompimento da barragem é abordado, descrevendo as respostas do Estado, da Vale e as primeiras ações coletivas da sociedade civil. Em seguida, no capítulo 6, são identificados atores coletivos nacionais e locais, suas formas de mobilização, de organização e seus principais repertórios de ação. O capítulo 7 realiza a análise da interação dos atores coletivos entre si mediante a constituição de redes, e de suas relações com o Estado e a Vale são analisadas.

Finalmente, as considerações finais destacam os papéis da participação social formal e informal da sociedade civil (associações e movimentos sociais) no contexto de pós-desastre tecnológico de Brumadinho, buscando retomar pontos abordados e efetuar conclusões a partir do desenvolvimento da pesquisa.

2 PARTICIPAÇÃO SOCIAL, SOCIEDADE CIVIL E REPERTÓRIO DE AÇÃO COLETIVA

A participação consiste em um tema muito presente em desenvolvimentos teóricos e analíticos no campo das ciências sociais, desde autores clássicos às abordagens contemporâneas sob diversas perspectivas, especialmente a partir das últimas décadas do século XX.

Seja a partir das diferentes perspectivas teóricas, seja a partir da diversidade de práticas sociais de atores coletivos que se mobilizam, se organizam, realizam ações coletivas e constroem identidades ou, ainda, atuam em instituições participativas, destaca-se a polissemia do termo participação.

Nessa linha, muitos sentidos são atribuídos à palavra “participação” sendo que, segundo Lavallo (2011)

“Participação” é, a um tempo só, categoria nativa da prática política de atores sociais, categoria teórica da teoria democrática com pesos variáveis segundo as vertentes teóricas e os autores, e procedimento institucionalizado com funções delimitadas por leis e disposições regimentais. (LAVALLE, 2011) (p. 33)

A fluidez no emprego do termo participação é sinalizada por suas variações, indicada por complementos ou adjetivos, como aponta Teixeira (2000).¹ O autor destaca a variante participação social referida, em seus termos, ao privilegiamento da dimensão de organização e mobilização da sociedade civil. Entretanto, o termo participação social tem sido amplamente utilizado na literatura e, na maioria das vezes, empregado como uma noção mais abrangente, que inclui também as formas de participação institucionalizadas.

Ou seja, nessa perspectiva podem ser consideradas duas dimensões da participação social: não institucional e institucional. A primeira refere-se aos processos que envolvem organização, mobilização e ação coletiva da sociedade civil por meio de associações, movimentos sociais e coletivos, enquanto a segunda diz respeito à participação dos atores coletivos e individuais em espaços criados pelo Estado destinados à participação da sociedade civil nos processos que envolvem as políticas públicas. (BRASIL, 2007).

¹ Nessa linha, a “participação política” tem sido geralmente associada à dimensão eleitoral e ao voto; a “participação popular”, ela remete principalmente aos movimentos sociais reivindicativos que se opõem ao poder público; “a participação comunitária” aponta para as organizações comunitárias como seus componentes principais que atuam na reivindicação de demandas locais em (TEIXEIRA, 2000). Ainda se destaca a variante participação cidadã oportunidade de intervir nos processos de decisão relativos ao planejamento e gestão de políticas públicas (SANTOS, 1998)

Ao indagar sobre o significado contemporâneo da participação social, Warren (2002) registra a pluralidade e complexidade das formas associativas e de ação coletiva, bem como a constituição de novos atores coletivos e de formas de relação entre o Estado e sociedade. No mesmo sentido, em relação ao contexto brasileiro das últimas décadas, diversos autores (DAGNINO, 2002; TEIXEIRA, 2000; AVRITZER, 2010; GONH, 2010; LUCHMANN, 2011; SOUZA, 2018; LOPEZ, 2018) reconhecem um tecido associativo amplo e plural, bem como a diversidade de formas de participação institucionalizada no país.

No que tange a importância da participação, têm sido mencionados diversos aspectos que apontam para a sua relevância e os seus papéis. Tal reconhecimento comparece em obras de autores clássicos dos séculos XVII e XIX e, conforme Pateman (1992), remete às possibilidades de incidência nos processos decisórios; ao controle público; à função educativa e integrativa da participação; à dimensão de aprendizagem individual e coletiva de cidadania².

Já considerando o contexto do século XX, Brugué, Font e Gomá (2003) destacam perspectivas distintas em relação aos papéis e relevância da participação. De acordo com os autores, uma perspectiva considera que as contribuições mais relevantes da participação social se inscrevem no campo institucional, gerando legitimidade política e melhorias nas decisões. Nessa linha, a incorporação das vozes de atores diversos em um processo de tomada de decisão acerca de algo complexo influenciaria positivamente as decisões, fazendo com que elas sejam mais satisfatórias ao encamparem visões distintas acerca da definição e do enfrentamento dos problemas públicos. Outro argumento é o de que com a participação da sociedade civil é possível chegar a um certo nível de consenso com as partes envolvidas, o que legitimaria politicamente as decisões.

Em outra perspectiva, os autores indicam que a participação social fortalece o capital social e a cultura democrática, ou seja, tem sua importância mais associada à dimensão não institucional. Nessa visão, sublinha-se que a participação não diz respeito apenas a um caminho simples de formulação e gestão de políticas. Ademais, ressalta-se que a solidariedade social e a capacidade dos grupos sociais de

² Em especial, Pateman (1992) recupera aportes de Jean-Jacques Rousseau, em sua obra “O contrato social” de 1762 e de John Stuart Mill, em “Considerações sobre o governo representativo, de 1861. Para além dessas referências que a autora mobiliza, destaca-se ainda Alexis de Tocqueville, em sua obra “A Democracia na América”, de 1832, que enfatiza o papel das associações. Sobre essa obra, ver a revisão de Souza (2018).

construírem redes e identidades coletivas são fortalecidas por meio da participação (BRUGUÉ, FONT e GOMÁ, 2003).

É importante ressaltar que, apesar de divergirem nas ênfases em relação aos papéis e às contribuições mais significativas geradas pela participação, as duas visões não são excludentes, mas complementares.

Destaca-se aqui o conceito de empoderamento trazido por Paulo Freire que define que empoderamento é um movimento que ocorre internamente e faz com que o grupo ou instituição realize ações e mudanças que a façam evoluir e se fortalecer (VALOURA, 2005). É possível, nessa linha, estabelecer uma relação entre a noção de participação e o conceito de empoderamento, sobretudo de grupos vulneráveis. Nesse sentido, é possível afirmar que a participação não institucional gera contribuições para o empoderamento dos indivíduos que estão envolvidos no processo, pois permite que eles assumam o papel de protagonistas sociais. Por sua vez, a participação institucionalizada também gera empoderamento ao inserir cidadãos que são público-alvo de programas e projetos nos seus processos de formulação e implementação. Dessa forma, esses indivíduos deixam de ser apenas usuários das políticas públicas e passam a participar de um processo que pode implicar aprendizados (VIEIRA *et al.*, 2009).

A consideração dos potenciais referidos da participação social mostra-se relevante neste trabalho, podendo-se considerar que a participação pode representar uma forma de empoderar os grupos em condição de vulnerabilidade, como no caso em foco, de segmentos sociais que foram atingidos por um desastre tecnológico oriundo da atividade de mineração.

Gohn (2016) considera que a abordagem da participação pode ser feita em três níveis: conceitual, político e prático. O primeiro é variável de acordo com a corrente teórica em que se fundamenta. O segundo é geralmente associado ao processo de democratização. E o terceiro é o da prática social que diz respeito as práticas concretas e se relaciona com o processo social e com as ações dos movimentos e organizações na esfera pública e na busca de participar de espaços institucionalizados (GOHN, 2016). Este trabalho realizará um breve percurso nos dois primeiros níveis e constituirá seu foco analítico na dimensão das ações dos movimentos e organizações atuantes em Brumadinho em um momento de pós tragédia.

2.1 Participação social e teorias democráticas

Na busca de aprofundar acerca do sentido da participação social esta seção apresenta discussões em torno do sentido da democracia que se constitui, também, em uma noção polissêmica, com significados distintos nas diferentes correntes da teoria democrática a partir do século XX.

As diferentes correntes e modelos de democracia têm sido sistematizados por diferentes autores, como Held (1987); Avritzer (2000); Santos e Avritzer (2002); Luchmann (2006; 2012), dentre outros. Em sua abordagem, Santos e Avritzer (2002) contrapõem a concepção hegemônica da democracia, referida notadamente ao elitismo democrático, às concepções não hegemônicas correspondentes à democracia participativa e deliberativa, que evocam possibilidades de ampliação das formas de participação.

No início do século XX, Max Weber lança as bases do elitismo democrático, segundo ele, a democracia se relaciona, principalmente, com a igualdade formal dos direitos políticos (AVRITZER, 1995), o que não considera a possibilidade de participação social direta nas tomadas de decisões. Para o autor, a participação nas decisões cotidianas dos governantes é impossível considerando que a complexificação da sociedade moderna conduz a uma burocratização das organizações. Deste modo, reserva-se à população apenas o direito ao voto como mecanismo de participação. (WEBER, 2004).

Joseph Schumpeter (1991) pode ser considerado o principal expoente dessa corrente. Ele vai mais além na construção do modelo elitista de democracia, enunciado como realista em contraposição às concepções - por ele consideradas idealistas - dos autores liberais clássicos dos séculos anteriores. Um dos argumentos do autor contrários à ampliação da participação se refere à suposta irracionalidade e incapacidade do cidadão médio em participar, afirmando que o povo está suscetível a ser manipulado pela propaganda devido seu desinteresse e irracionalidade.

Assim, a concepção de participação restringe-se ao voto, enquanto a concepção de democracia se limita aos mecanismos e arranjos de representação eleitoral. Ao delimitar esse conceito, Schumpeter (1991, p. 321) sublinha a eleição dos representantes que tomarão as decisões, afirmando que o papel do povo é formar um governo. Nessa linha, considera que “o método democrático é um sistema

institucional para tomada de decisões políticas, no qual o indivíduo adquire poder de decisão mediante uma luta competitiva pelos votos do eleitor”.

Em perspectiva crítica, Luchmann (2006) destaca que democracia representativa possui um espaço político e participativo reduzido. Neste modelo a relação entre democracia e participação é baseada na transferência do processo decisório para os representantes eleitos e a legitimidade do governo é dada por meio do resultado do processo eleitoral. Nesta direção, Held (1987, p. 165) indaga se um voto ocasional de fato legitima um sistema político. Também Santos e Avritzer (2002, p. 46) questionam se as eleições são suficientes para legitimar o sistema político e se a representação contempla as agendas dos diversos atores sociais e a representação da diferença.

O pluralismo democrático que desenvolve na segunda metade do século XX marca-se pelos compromissos de estabelecimento de uma “teoria democrática empírica”, voltada para a abordagem do funcionamento da democracia, bem como de seus papéis no que toca o desenvolvimento das sociedades (HELD, 1987, p.170). Para Schlosberg (2009, p. 149), já considerando uma produção contemporânea da corrente, o núcleo do pluralismo é o reconhecimento das bases da pluralidade moral e política e o engajamento em torno da diferença.

Considerando a referência pioneira de Robert Dahl, o pluralismo busca ultrapassar limites do elitismo. O autor ressalta a presença de uma pluralidade de interesses competitivos e de múltiplos determinantes da distribuição de poder, concebido como desagregado. Desse modo, ele sustenta que os diversos de grupos de interesses buscam influenciar os processos decisórios, em uma dinâmica de alinhamentos e de barganhas (DAHL, 1965). Portanto, uma diferença em relação ao elitismo schumpeteriano é a consideração da racionalidade dos cidadãos em busca de realizarem seus interesses e afetarem as políticas e decisões do governo. Ao lado disso, o autor considera a existência de grupos intermediários entre os governos e os cidadãos, divergindo, portanto, da concepção de um cidadão médio - irracional, frágil, desinteressado e isolado.

Nessa linha, destaca-se a ampliação da participação, considerando os papéis reservados aos grupos organizados, que necessariamente devem ter o direito de definir e controlar a agenda pública e o direito à informação referente às diferentes alternativas nos processos decisórios, ao lado de um papel de controle público. Dahl (2001, p. 99-112) enfatiza os papéis do associativismo independente (referido aos

partidos, aos lobbies e aos grupos de interesses) de influência nos processos decisórios e de constituírem “fontes de educação e esclarecimento cívicos.”

Dahl (2001, p. 97) reserva a noção de democracia a uma perspectiva que remete aos ideais democráticos, especialmente a “responsividade do governo a todos os cidadãos, considerados como iguais em suas preferências”. Em paralelo, tendo em vista que na realidade os regimes são incompletamente democratizados, o autor desenvolve a noção de poliarquia, tomando como variáveis a inclusão política (referida à participação via voto) e a competição política (referida à oposição - com chances de alcançar o poder). Nesse sentido, para Avritzer (1996), Dahl (2001) avança ao sublinhar a qualidade da democracia, problematizando o fato de as democracias não alcançarem o ideal democrático. O pluralismo de Dahl também avança ao reservar papéis para as associações e os grupos organizados.

Considerando o foco deste trabalho, ressaltam-se aqui duas vertentes de críticas ao pluralismo. Uma linha - associada aos participacionistas - indica que o pluralismo não prevê formas ampliadas de participação institucionalizada. Outro eixo de críticas – oriundas dos deliberacionistas – refere-se às premissas de ação estratégica e competitiva dos atores na realização de seus interesses. Ao lado disso, os diferentes tipos de atores (grupos de pressão e lobbies, associações e mesmo movimentos sociais) são tratados como de grupos de interesse.

As concepções de democracia participativa e deliberativa convergem em algumas premissas. Não descartam os mecanismos da democracia representativa, mas vão além na tentativa de aprofundamento democrático, diferenciando-se em suas ênfases, sendo que a primeira dá ênfase nos aspectos decisórios, enquanto a outra ressalta os discursivos da participação³.

Luchmann (2006) indica que a concepção de democracia participativa é desenvolvida a partir da década de 1960, fundamentada na ideia de ampla participação social. Para a autora, o modelo propõe uma combinação entre a necessidade de ampliar a participação direta e a necessidade de manter os mecanismos representativos (LUCHMANN, 2006). Destaca-se que a corrente participativa, assim como as abordagens dos “novos movimentos sociais”, emerge no

³ Faria (2008) discute dissensos quanto aos melhores meios de concretizar a radicalização da democracia, considerando-se as distintas ênfases nas formas de participação ou de deliberação.

contexto cenário da referida década, marcada pelos movimentos sociais dos anos 1960 e 1970 (BRASIL, 2007).

A obra de Carole Pateman (1992), do início dos anos 1970, constitui uma referência central da vertente de democracia participativa. Held (1987) aponta para a ampla participação dos cidadãos na regulamentação de instituições-chave da sociedade, além de um sistema institucional aberto para propiciar experimentação democrática como chaves do modelo em foco.

Pateman (1992) defende a participação em todas as esferas da vida social, a autora afirma que

“uma forma de governo democrático remete à sociedade organizada de modo que cada um possa participar diretamente de todas as atividades em todas as esferas, não apenas encampando a esfera governamental, inclusive no âmbito nacional, mas todas as esferas da vida social, implicando a democratização da atividade”. (PATEMAN, 1992, p. 140)

Para Pateman (1992, p. 61-62), a participação diz respeito à possibilidade de intervenção nos processos decisórios, embora ela considere que a participação pode ocorrer parcialmente por meio de influência. A autora postula a participação em condições de igualdade dos participantes nas tomadas de decisão, considerando a igualdade referida à igualdade de poder na determinação das decisões (PATEMAN, 1992, p. 61-62).

Nesse sentido, Fung (2004, p. 3) indica que um ponto nuclear na tradição da democracia participativa é a previsão de oportunidades iguais dos cidadãos participarem diretamente das decisões que lhes afetam. Considerando a participação como intervenção nos processos decisórios, Fung (2004, p. 3) aponta para a deliberação – dimensão discursiva e dialógica - como um modo de tomada de decisão.

Outro aspecto importante na concepção de Pateman (1992, p. 60-61) consiste no papel educativo e formativo da participação no sentido mais amplo, no âmbito individual e psicológico, bem como referido ao “desenvolvimento de capacidades sociais e políticas”. A autora argumenta que a participação possibilita maior desenvolvimento humano e formação de cidadãos ativos, entre outras consequências positivas. A autora ainda diz que os processos participativos desenvolvem a cidadania e contribuem para o rompimento de injustiças sociais (PATEMAN, 1992). Além disso, Held (1987) defende que quando as pessoas sabem que o processo de tomada de decisão conta com participação efetiva, elas acreditam

que participar vale a pena e passam a ser mais ativas. Nessa linha, Luchmann (2012) indica que o fortalecimento da sociedade civil e sua capacidade de emancipação são ressaltados.

Em uma revisão recente, Pateman (2012, p. 10) reafirma a importância da democracia participativa na perspectiva de democratização da sociedade, de aprendizagem da participação a partir dos próprios processos participativos; da reforma das estruturas de autoridade autoritárias.

Dentre as críticas endereçadas à vertente participativa, destaca-se a consideração de que seus ideais de transformações mais abrangentes são irrealizáveis. Em resposta a esses questionamentos, tendo em vista os desafios da complexidade e escala, Warren (2002) entende que os cidadãos não precisam nem demandam participar diretamente de todas as decisões. Para o autor, as formas de participação nas decisões devem ser previstas quando há conflitos e quando os indivíduos e grupos necessitam de igualdade de poder e voz. Warren (2002) ainda destaca que a participação ocorre muitas vezes de forma indireta, associada à representação informal por meio de associações e organizações civis que canalizam agendas e vozes. Desse modo, o autor coloca em evidência o papel das associações de representação informal.

Nesse sentido, nos debates contemporâneos em torno da representação, as formas de representação informais ou alternativas têm sido discutidas, apontando-se para seus papéis e para a conjunção da representação com os processos de participação. Para Castiglioni e Warren (2006, *apud* LÜCHMANN, 2011) a promoção dessas formas alternativas deve ser feita pensando-se que devem existir oportunidades para que na tomada de uma decisão, os grupos e indivíduos que são afetados por essa decisão tenham meios de influenciá-la. Para Saward (2009) as variadas formas de representações alternativas permitem a existência de processos de representação e participação contínuos. Além disso, não precisam estar delimitadas à critérios territoriais, o que faz com que suas práticas sejam mais fluídas e criativas. Os modelos de representação alternativos podem ser sistematizados em 4 tipos, segundo Luchmann (2011), são eles: informal e individual; informal e coletiva; formal e individual; formal e coletiva. A atuação de ONGs e movimentos sociais são classificados como representação informal e coletiva, enquanto a participação de associações nos conselhos gestores pertence a classificação formal e coletiva. Ser

um modelo formal indica que a sua atuação é submetida às regras institucionais, legais ou não, e, na maioria das vezes, possui participação governamental.

Fung (2003) identifica duas posições no campo participativo. A primeira privilegia a participação na sociedade civil, por meio de formas de organização e mobilização da sociedade civil, de ativismo e de resistência política. A segunda privilegia o Estado e suas interfaces com a sociedade como lócus de democratização, apontando para a transformação das instituições e participação nas tomadas de decisão (FUNG, 2003). Essa participação nos processos decisórios tem seu lugar em instituições participativas, definidas por Avritzer (2008, p. 3) como “formas diferenciadas de incorporação dos cidadãos e associações da sociedade civil nas deliberações públicas”. Na direção de Fung e Cohen (2007), que serão adiante retomados, essas duas dimensões da participação podem ser reconhecidas como complementares, tendo em vista o aprofundamento democrático.

A partir das últimas décadas do século XX a corrente de democracia deliberativa configurou um amplo campo na teoria democrática, com diferentes perspectivas, como apontado por Faria (2008).

Jurgen Habermas lançou as bases da principal vertente da teoria deliberativa, entendendo a deliberação como um substrato da democracia, tendo como chave a ideia de soberania popular. Para Habermas (1997) a democracia se sustenta a partir dos processos de interação e comunicação por meio dos quais são tematizadas questões problemáticas e construídos consensos, irrigando a esfera pública e podendo influir nos domínios institucionais por meio de fluxos comunicacionais. Desse modo, conforme Avritzer (1995), a democracia associa-se aos processos discursivos que ocorrem nas redes públicas de comunicação e podem afetar os processos de institucionalização legal e utilização administrativa do poder⁴.

Habermas (1997, p. 91-96) aponta para a formação de opinião informal em espaços públicos e em suas redes, que alimentam a esfera pública geral. Um ponto relevante para o presente trabalho consiste na distinção que o autor efetua entre os atores que ocupam instrumentalmente uma esfera pública (grandes corporações, aos grupos de interesses e aos membros do poder político, destacando o papel da mídia)

⁴ De acordo com Faria (2008), o termo deliberação para Habermas (1997) diz respeito a um “ato intersubjetivo de comunicação e argumentação cujo o objetivo é alcançar um consenso sobre a solução para determinado problema social.”(FARIA , 2008, p.p.4). Os princípios para a deliberação a partir de Habermas (1997) consistem na forma argumentativa; no caráter inclusivo e na publicidade; na ausência de coerção externa e interna.

dos que participam da sua reprodução (associações e organizações não-estatais e não-econômicas), que tematizam novas questões. Nesse sentido, Cohen (1999) define os sujeitos deliberativos de uma sociedade, destacando o importante papel das associações secundárias que representam os interesses de uma base social ampla que se encontra subrepresentada. O associativismo observado pelo autor é posto como fundamental para diminuir as desigualdades e promover o bem comum.

Dentre outros pontos de debates e reconstruções teóricas na tradição deliberativa, têm sido problematizados os limites da deliberação circunscrita à esfera pública e ao âmbito institucional formal (referido ao judiciário e parlamento), considerada pouco inclusiva. Em resposta a esse problema tem-se a previsão de possibilidades de deliberação em espaços institucionalizados. Nesse aspecto, podem-se então identificar duas visões dos teóricos deliberativos: a primeira privilegia a deliberação informal na esfera pública e a segunda considera a possibilidade de deliberação em espaços participativos institucionais que se voltam para processos decisórios.

Apontando para a complementariedade de ambas dimensões, bem como da participação e da deliberação, Fung e Cohen (2007) propõem a sua articulação em formas distintas de participação-deliberativa. Os autores defendem:

a) a ampliação do alargamento da participação-deliberativa associada à esfera pública, às associações e movimentos sociais;

b) a criação de formas de participação-deliberativa com maior impacto no exercício do poder, por meio de novos arranjos institucionais que incluam os cidadãos em processos de deliberação e participação.

A abordagem da participação no contexto das teorias democráticas contemporâneas colocou em destaque os atores coletivos – notadamente as associações e movimentos sociais – e suas práticas relacionadas à participação, deliberação e à representação informal os atores coletivos. Diversos papéis dos atores coletivos foram mencionados, seja no contexto da sociedade civil e da esfera pública, tematizando questões problemáticas e construindo proposições; seja nas instituições participativas, afetando de forma mais direta as decisões. Na seção seguinte, abordam-se os atores coletivos, suas formas de organização e de ação coletiva, tendo em vista o foco do trabalho nos atores organizados, sua atuação e seus repertórios de ação em Brumadinho pós-desastre.

2.2 Participação e sociedade civil: atores coletivos e repertório de ação

A participação social possui a dimensão não institucionalizada que se relaciona diretamente com a sociedade civil, suas ações coletivas e seus grupos organizados (ANDION e SERVA, 2004). Ou seja, a sociedade é entendida como uma esfera ativa na promoção de cidadania e essa ativação pode acontecer por meio de ações coletivas organizadas em movimentos sociais, em associações e em outras formas de organização.

A ação coletiva pode assumir diferentes formas e níveis, portanto seu conceito é amplo. Ela é uma ação de vários indivíduos diferentes que possuem pelo menos um objetivo comum, não importando se eles possuem outros objetivos individuais conflitantes. Ressalta-se que a ação coletiva é um meio organizado de reivindicar direitos e melhorias sociais, e surge porque a ação individual não é suficiente para o alcance dos objetivos reivindicados. A ação surge como uma reação de um grupo diante de uma determinada situação, este confronto envolve relações de poder e embates entre os que reivindicam e os que são alvo das reivindicações. Ao agirem em coletividade os agentes acreditam numa perspectiva vitoriosa, eles reconhecem sua visão da realidade e seu potencial. Neste embate acabam ocorrendo concessões dos dois lados e o objetivo dificilmente é alcançado de forma plena, a não ser que o sistema de poder seja transformado pela ação coletiva. Contudo, algumas ações suavizam o confronto com as estruturas de poder e buscam minimizar ou evitar o confronto, enquanto outras assumem uma certa agressividade (SILVA, 2018).

As ações coletivas são realizadas por um amplo espectro de atores sociais que se mobilizam e se organizam. Gohn (2010, p. 39) indaga-se sobre “quem são os atores sociais que protagonizam ações coletivas na sociedade civil”, voltadas para problemas sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais, tendo em vista a superação de desigualdades e exclusão. A autora aponta para as associações civis, movimentos sociais e redes, dentre outros atores coletivos, como as chamadas organizações não governamentais (ONGs), que se inscrevem na sociedade civil, nos termos da noção contemporânea de Cohen e Arato (1992).

Entendida como um espaço autônomo e distinto do Estado e do mercado, a referida concepção de sociedade civil destaca a pluralidade de atores, com suas diversas formas de organização, desde as associações aos movimentos sociais, que a partir de sua interação comunicativa participam reflexivamente da redefinição de

normas e de significados na esfera pública, com possibilidade de incidência nas instituições e práticas legais ⁵.

Os atores organizados da sociedade civil são enfatizados pelos autores por gerarem novas solidariedades, criarem estruturas associativas e de espaços públicos, bem como por oxigenarem espaços institucionalizados, com possibilidades de democratização das instituições políticas e econômicas.

As associações civis e movimentos sociais serão conceitualmente abordados nessa seção, tendo em vista o foco da presente monografia nos atores coletivos no caso de Brumadinho pós-desastre.

2.2.1 As associações e seus papéis democratizantes

A partir da expressão e a pluralidade e diversidade do tecido associativo contemporâneo e de suas formas de ação coletiva Warren (2001) acusa para uma ampla “ecologia associativa” a ser identificada e analisada. Dentre outros autores, Warren (2001) aponta para as múltiplas possibilidades de conexão entre as associações e democracia, mas destaca que os diferentes tipos de associação podem ou não impactar a democracia, e no caso positivo, afirma que isso ocorre de formas distintas ⁶.

Nessa direção, diversos autores têm abordado o associativismo e o papel das associações, com atenção notadamente nas suas conexões com a democracia. Segundo Warren (2001), há um certo consenso entre autores em relação ao fato de que as associações tiveram e têm papel importante no aprofundamento da democracia, já que o associativismo contempla requisitos considerados fundamentais

⁵ A concepção de sociedade civil mencionada é derivada do quadro teórico habermasiano. Cohen e Arato (1992) sustentam os direitos fundamentais como princípios organizativos da sociedade civil moderna e isolam três complexos de direitos: de reprodução cultural; de integração social (associação e reunião); e de garantia de socialização. Além da dimensão da pluralidade, a publicidade, a privacidade e a legalidade constituem elementos do conceito de sociedade civil elaborado pelos autores. Sobre a discussão desse conceito ver também Alonso (2009) e Souza (2018).

⁶ Warren (2001) identifica na literatura três propostas normativas sobre as finalidades das associações: a comunitarista que enfatiza as suas funções integrativas; a liberal, que enfatiza a liberdade associativa e prioriza o indivíduo; e a voltada para os seus efeitos na democracia, situando seu trabalho neste terreno. Warren (2001:28) explicita suas críticas a visão liberal. Para o autor, as associações não podem substituir os Estados e uma vida associativa robusta demanda um Estado forte garantir sistemas de direitos fundamentais, para proteger as zonas de liberdade nas quais a vida associativa possa florescer, para garantir aos cidadãos renda básica e serviços, e para aprofundar as formas de governança no Estado nas quais as associações podem se inserir. Já Souza (2018) identifica 4 linhas contemporâneas abordagem das associações: pluralista, culturalista, neoinstitucional e deliberativa, esta última na qual se enquadram Warren (2001) e Fung (2003) aqui mobilizados.

para o estabelecimento da democracia, que vão além dos direitos individuais. Lüchmann (2011) remete a alguns autores ao defender que isso acontece por algumas características do associativismo:

“seja pela sua capacidade de defender as demandas dos grupos mais vulneráveis e excluídos; seja pelo caráter pedagógico no sentido da promoção de processos de educação política (de confiança, cooperação e espírito público); por denunciar as relações de poder, ou ainda por promover e ocupar os espaços de cogestão de políticas públicas, enriquecendo as bases da participação e da representação política nas democracias contemporâneas (FUNG, 2003; COHEN, 1999; PUTNAM, 1996; FUNG E WRIGHT, 2001; COHEN E ROGERS, 1995; HIRST, 1994; WARREN, 2001; CHAMBERS E KOPSTEIN, 2006).” (LÜCHMANN, 2011, p.141, 142).

Warren (2001) analisa os efeitos produzidos pelas associações na linha do aprofundamento democrático. Segundo ele, as associações geram desenvolvimento individual, além de influenciar a esfera pública, gerando opiniões e julgamento públicos; e causam impactos político-institucionais, criando formas alternativas de governança bem como amadurecendo e ampliando as formas de representação. Neste contexto, o autor analisa os efeitos democráticos considerando diferentes formas associativas criando categorias de efeitos democráticos que podem ser observadas no Quadro I.

Quadro 1- Tipos associativos e efeitos democráticos

Tipos associativos e o efeito potencial de democráticos no/a:	Associações de Moradores	ONGs	Novos Movimentos Sociais
Desenvolvimento das habilidades políticas	Alta	Alta	Alta
Desenvolvimento das virtudes cívicas	Mista	Alta	Baixa
Desenvolvimento de habilidade crítica	Alta	Mista	Baixa
Constituição de comunicação e deliberação pública	Baixa	Alta	Alta
Representação de diferenças	Baixa	Mista	Alta
Representação de semelhantes	Mista	Alta	Baixa
Representação	Baixa	Baixa	Mista
Resistência	Baixa	Baixa	Alta
Subsidiariedade	Mista	Mista	Baixa
Coordenação e cooperação	Baixa	Mista	Baixa
Produção de Legitimidade democrática	Mista	Alta	Baixa

Fonte: Warren (2001)

Cohen e Rogers (1995) também ressaltam pontos positivos oriundos do associativismo. Os autores afirmam que a democracia associativa promove o ideal do bem comum e o fortalecimento da ordem democrática, tornando a complexidade social menos desafiadora no contexto político. Em sua visão, as associações possuem maior conhecimento das realidades em que estão inseridas e, portanto, estão mais próximas dos problemas enfrentados pelo grupo social que representam. Com isso, ao influenciarem em decisões políticas, elas aumentam a eficiência e eficácia dessas decisões. Além disso, acredita-se que as associações criam uma forma de “governança alternativa”, já que aproximam o Estado do interesse público ao influenciar na formulação e administração das políticas públicas, além de participar da coordenação das atividades econômicas.

Fung (2003, p. 42) considera as associações como parte fundamental da sociedade civil, na qual os indivíduos deliberam entre si e formam opiniões públicas. Fung (2003, p. 518) identifica seis linhas de contribuições das associações para a democracia. A primeira refere-se ao bem intrínseco do associativismo e da liberdade de associação e aponta para o efeito recíproco da democracia a partir das associações. Em segundo lugar, o autor aponta para a socialização cívica e educação política, ou seja, trata-se de como as associações afetam as atitudes, habilidades comportamentos dos indivíduos e sua disposição ou engajamento cívico. Aqui se

inserem as abordagens de capital social. A terceira linha reporta à melhoria das formas mediante as quais os interesses são representados e traduzidos em leis e políticas públicas. A melhoria na representação dos interesses pode contribuir para equalizar as desigualdades na representação, a partir do interesse das minorias e dos beneficiários das políticas. A quarta linha refere-se às contribuições das associações para a deliberação pública e esfera pública. O papel principal, nesta linha, seria de facilitar deliberação pública democrática, de constituir espaços públicos, de tematizar questões e alimentar a construção da agenda pública. Para tanto, é necessária a capacidade de vocalização e de projetar as vozes. A quinta contribuição diz respeito à resistência e ao questionamento do poder. A partir de autores voltados para o ativismo, destaca a articulação da ação coletiva a partir do desenvolvimento de solidariedades e de mobilização, por meio de construção de significados que apontam para as instituições e atores dominantes como perpetuadores de injustiça social e opressão (FUNG, 2003, p. 518-526).

Por fim, a sexta contribuição potencial das associações para a democracia é relativa à governança participativa e distingue-se das demais por voltar-se para as formas de relação cooperativa entre Estado e associações. Assim, endereça-se ao governo e a um papel mais direto das associações nas funções de regulação, de provisão de serviços e formulação e implementação de políticas (FUNG, 2003, p. 526-527).

Um movimento social é também uma forma de associativismo de acordo com Meister (1972 apud VIEGAS, 2004), visto que associações são grupos de indivíduos que voluntariamente optam por colocar em comum suas atividades e seus conhecimentos de forma contínua, buscando compartilhar os benefícios da cooperação ou defender interesses. Também para Warren (2001), como indicado no Quadro 1, os movimentos podem se enquadrar nesse campo mais geral como um tipo associativo com suas especificidades, inclusive no que toca às suas contribuições.

Considerando as categorias empíricas e o caráter jurídico formal, as associações são definidas como pessoas jurídicas, institucionalizadas e sem fins lucrativos (SOUZA, 2018). Em contraste, os movimentos sociais são caracterizados por sua informalidade.

Nesse sentido, Diani e Bison (2010, p.1) buscam diferenciar organizações de movimentos sociais, e afirmam que nas organizações a ação coletiva ocorre antes em referência a uma organização específica do que em redes mais amplas. Por sua

vez, nos movimentos sociais tem-se a construção e reprodução de densas redes informais entre uma multiplicidade de atores, que compartilham uma identidade e engajam-se em conflito social ou político.

2.2.2 Movimentos sociais e repertório de ação coletiva

A noção de movimentos sociais é ampla e ambígua, assumindo significados distintos nas diferentes correntes teóricas (ALONSO, 2009; DIANI E BISON, 2010). Contudo, alguns pontos são relativamente recorrentes nas abordagens, como a caracterização de sua natureza coletiva, seu caráter primariamente informal e não-institucional, a perspectiva conflitual e as possibilidades de mudança social a partir de sua atuação.

Alguns autores argumentam que quando uma transformação da estrutura de poder é impulsionada por uma ação coletiva, esta ação coletiva pode ser considerada um movimento social. Segundo essa linha, todo movimento social é considerado uma ação coletiva, apesar de não ser toda ação coletiva que se encaixa no conceito de movimento social (SILVA, 2018).

É necessário não aplicar a noção de movimentos sociais a qualquer tipo de ação coletiva, conflito ou iniciativa política [...] a sabedoria residiria em reservar o emprego da categoria 'movimentos sociais' ao conjunto dos fenômenos que, de fato, receberam esse nome no decorrer de uma longa tradição histórica. O essencial, aqui, é reservar a ideia de movimento social a uma ação coletiva que coloca em causa um modo de dominação social generalizada (TOURAINÉ, 2016, p. 18 apud SILVA, 2018).

Nesse sentido, é importante notar que para alguns autores, como Alain Touraine (2016), os movimentos sociais constituem uma forma de ação coletiva. Já para Melucci (1994) constituem uma forma de estruturação de relações sociais enquanto para outros autores, adiante contemplados, os movimentos sociais constituem atores coletivos que engendram ações coletivas. Essa última perspectiva será adotada no presente trabalho, ao lado da caracterização mais geral de Diani e Bison (2010).

Buscando uma síntese entre diferentes perspectivas, Diani e Bison (2010) situam os movimentos sociais como formas de participação política, considerando que são processos sociais e redes de interações entre uma pluralidade de grupos que se aglutinam em torno de conflito ou com base em uma identidade coletiva.

Também tendo em vista contemplar as tradições contemporâneas em sua definição, Della Porta e Dianni (1999, apud BRASIL *et al*, 2020, p.2) consideram os movimentos sociais como “redes de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos e/ou organizações engajadas em confronto político ou baseadas em elementos culturais e identidades coletivas compartilhadas.” Já para Alonso (2009, p. 73) os movimentos sociais consistem em “uma estruturação policêntrica, frouxa, de contornos ambíguos, englobando conexões formais e informais entre ativistas e organizações, pelas quais circulariam recursos, valores e poder.” Nessas definições contemporâneas destaca-se a referência recorrente às redes de ativistas e atores coletivos organizados.

Sem pretender revisar as diferentes correntes teóricas voltadas para o estudo dos movimentos sociais, buscam-se algumas referências e destacam-se pontos relevantes para a abordagem do presente trabalho.

Segundo Alonso (2009), a partir de 1960 observou-se um aumento de mobilizações sociais pelo mundo, mobilizações estas que configuravam uma movimentação organizada e não irracional, em contraponto à visão das mobilizações como processos disruptivos e irracionais⁷. Grupos organizados reivindicavam uma melhor qualidade de vida e pautavam a diversidade, sem necessariamente visarem uma revolução política, eles buscavam, por exemplo, igualdade racial e lutavam por pautas feministas e pautas ambientalistas (ALONSO, 2009). O surgimento de movimentos sociais demandou novas explicações e impulsionou teorias acerca dos movimentos sociais.

A primeira teoria levantada por Alonso (2009) é a Teoria de Mobilização de Recursos (TMR), norte-americana, que enfatiza a racionalidade estratégica e defende que as ações coletivas são viabilizadas pela oferta de recursos materiais e humanos. Ou seja, a existência de recursos financeiros e de infraestrutura somados a existência de apoiadores possibilitaria a organização de indivíduos que, anteriormente, agiam de forma isolada. Nessa linha, os movimentos são vistos como organizações estáticas que são conduzidas de forma racional e formal.

A subsequente Teoria do Processo Político (TPP) pode ser considerada um desenvolvimento teórico que se desdobra a partir da TMR, ampliando seu escopo.

⁷ Entre 1930 e 1960 a mobilização social era justificada por muitos sociólogos como a eclosão de uma irracionalidade ou uma confluência das frustrações individuais. As justificativas eram pautadas nas questões psicossociais. (ALONSO, 2009).

Alonso (2009) considera que a TPP enfatiza a relação de política e cultura, além de ressaltar que o contexto macropolítico influencia diretamente nas ações populares. Esta teoria afirma que a mobilização social varia de acordo com as oportunidades apresentadas pelo contexto político em que a sociedade está inserida. Os agentes insatisfeitos decidem suas ações de acordo com os incentivos ou constrangimentos que a arena política oferece. (ALONSO, 2009). Isso diz respeito não só a escolha de se organizarem coletivamente, mas também interfere no formato que esse grupo organizado vai escolher assumir, além do tipo de ações que serão realizadas (participação em espaços institucionalizados, manifestações, ações diretas, engajamento em algum partido político), que remetem à noção de repertório.

Com isso pode-se afirmar que segundo a Teoria do Processo Político os atores políticos, os grupos organizados e os repertórios de ação destes grupos não são estáticos. Esses elementos são fluídos já que dependem do contexto macropolítico para suas definições. A noção de oportunidade política é uma chave nessa corrente, referindo-se a esse processo. A exemplo disso, Bezerra (2014) afirma que momentos de transição política são um dos momentos em que o surgimento de novos atores políticos, a definição de novas alianças e a criação de frentes de coalizão são potencializados.

Outra chave nessa tradição importante para este trabalho é a noção de repertório de ação coletiva. Existem diversas possibilidades de ações no curso de um conflito político e, nessa linha, Tilly (1976) inicialmente construiu a noção de repertório de ação coletiva, reportado como “um repertório familiar de ações coletivas que estão à disposição das pessoas” (TILLY, 1976; p. 22). O autor observa uma correlação entre a mudança do repertório de ação e mudanças econômicas, políticas e sociais, ou seja, o contexto e as oportunidades políticas (TILLY, 1976). Nesse sentido, a noção repertório de ação se faz importante por impedir que acreditemos que não existem limites culturais e conjunturais colocados para a escolha das estratégias de ação e performances dos atores.

Alonso (2012, p. 24) destaca que para Tilly (1978) o repertório refere-se, de início, a um conjunto de formas de ação. O repertório altera-se lentamente, renovando-se em paralelo às macro transformações sociais, como posto, e, mais além, o repertório muda por “estandardização” ou “rotinização” (TILLY, 1978, apud ALONSO, 2012), ou seja, conforme o uso, que adiciona novas formas de ação bem-sucedidas e subtrai as menos eficientes.

Adiante, a conceituação de Tilly (1995) e Tarrow (2009) enfatiza a perspectiva do conflito entre dois oponentes e aponta para valorização da memória da ação coletiva. Na linha dos autores, um repertório não é possuído por um ator, e sim pertence ao conjunto de atores envolvidos no conflito. É por meio da experiência de luta que os campos envolvidos no conflito definem suas práticas e discursos, ou seja, as memórias das lutas anteriores são incorporadas neste processo (TILLY, 1995).

Para Tatagiba *et al* (2012), nessa perspectiva o passado e a tradição circunscrevem o campo das ações possíveis, mas os repertórios são transformados no tempo presente. As autoras apontam que uma primeira base do conceito de repertório de ação diz respeito às memórias e às experiências de luta e à forma como elas influenciam a configuração dos repertórios atuais. Já a segunda base diz sobre a importância do contexto e da conjuntura em que ele está inserido. Os grupos organizados se relacionam com o contexto em que estão inseridos produzindo respostas que expressam, além da sua capacidade de agir, os constrangimentos impostos pelo cenário em que atuam (TATAGIBA *et al*, 2012).

Alonso (2012, p. 29-30) aponta para o último desenvolvimento do conceito em Tilly (2006) que traz ideia de repertório como um conjunto de performances, como manifestações e petições, a partir de confrontos que vinculam pelo menos dois atores: um que reivindica e o alvo da reivindicação. A autora também destaca que, nessa versão da noção de repertório, o improvisado é posto em relevo a partir da capacidade de escolha dos atores e de mudança nas performances considerando seu contexto.

A noção de repertório de ação tem sido empregada por autores como Abers *at al.* (2014) e Tatagiba *et al* (2012), ressaltando-se que no contexto brasileiro das últimas décadas os repertórios de ação dos movimentos e associações incluem a interação com o poder público e a participação institucionalizada. Assim, é importante ressaltar que os repertórios de ação dos movimentos sociais e demais atores coletivos podem se configurar em confronto ou em colaboração com o Estado, variando entre ações institucionalizadas e ações não institucionalizadas.

A Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) refere-se a um conjunto heterogêneo de esforços de diversos autores europeus com algumas premissas

compartilhadas⁸. Podem-se considerar como chaves dessa linha a ênfase nos aspectos culturais e identitários. A relação entre fatores culturais e o surgimento de novos movimentos sociais coloca-se a partir dos movimentos expressivos emergentes a partir dos anos 1960 – movimentos feministas, pacifista, de direitos humanos, ecológico.

Em contraposição à perspectiva marxista, a perspectiva do conflito, portanto, não se apresenta ou se restringe ao eixo capital-trabalho, reconhecendo um largo escopo de conflitos e bases de ação coletiva que extravasam a clivagem de classes sociais. Os conflitos adentram a vida privada, gerando reivindicações no que tange as minorias e suas identidades, a educação, qualidade de vida, entre outros aspectos culturais. Nesta vertente aponta-se para o horizonte de construção de um novo modelo de sociedade. Os movimentos sociais empreendem ações coletivas que lutam por uma mudança que vai além da esfera política, que atinge a estrutura cultural da sociedade civil (ALONSO, 2009), ou têm a sociedade civil como alvo de democratização.

Nesse sentido, para Laclau e Mouffe (1985, p.158) os novos movimentos sociais apontam na reivindicação do direito e do reconhecimento da diferença à perspectiva crítica dos processos de comodificação, burocratização e crescente homogeneização da vida social que se associam à expansão do Estado e do capitalismo.

A ênfase da corrente nos aspectos culturais evidencia o papel dos valores e elementos expressivos e simbólicos da ação coletiva, bem como os processos de construção de solidariedades e identidades coletivas. Na linha de Melucci (1996, p.65), os movimentos sociais e suas redes sociais informais constroem significados compartilhados e esse processo é a base para as ações coletivas e para o processo contínuo de construção de suas identidades coletivas. Ou seja, para o autor, a estrutura cognitiva e discursiva provê as bases para a ação coletiva e para as identidades coletivas, que são configuradas a partir de conflitos quanto aos seus significados e, ainda, mediante negociações internas e externas. A apresentação das identidades coletivas e seu reconhecimento externo, por outros atores, constituem um processo de sua reafirmação e reconfiguração.

⁸ O referido campo teórico destaca-se por premissas comuns compartilhadas e abordagens distintas, no qual têm-se Touraine e Habermas como precursores, ao lado de Claus Offe, Jean Cohen, Alberto Melucci, não cabendo aqui, considerados objetivos do trabalho, a revisão desses autores.

Nas correntes anteriormente examinadas, o engajamento dos atores individuais e coletivos é viabilizado pelas relações e organizações pré-existentes que constituem bases para emergência e desenvolvimento dos movimentos. A TNMS, contudo, vai mais além ao discorrer sobre “redes de relacionamento” que motivam as mobilizações coletivas (MELUCCI, 1988). Para Melucci (2001) os movimentos surgem por meio de uma via de articulações, o que faz com que sejam estruturas heterogêneas e fluidas, não muito bem-definidas. Desta forma, identidades dos movimentos se constroem e reconstroem nesse processo.

Em outros termos, pode-se considerar que a existência de redes de movimentos sociais em um determinado campo influencia novos atores a se unirem a grupos organizados e atuarem neste mesmo campo, além de fortalecer, também, novas mobilizações (RESENDE, 2019).

Alonso (2009) indica que a partir dos anos 1990 os movimentos sociais passam a ser abordados como um fluxo ininterrupto de interações sociais ao invés de como uma organização com estrutura mais bem definida e mais burocrática. Nesses termos, ganha relevo a noção de movimentos sociais como redes sociais, noção esta que se aproxima da Teoria dos Novos Movimentos Sociais (ALONSO, 2009).

Nesse sentido, Gohn (2010, p. 33-35) discute e problematiza a noção polissêmica de rede, indicando suas diversas matrizes teóricas e analíticas. A autora destaca que para alguns autores, a noção de rede substituiria a categoria movimentos, enquanto para outros as redes constituem suportes ou ferramentas para os movimentos sociais.

Segundo Carlos (2009), a noção de redes traz vantagens no estudo dos movimentos sociais, já que, dessa forma, o estudo pode ser mais completo, pois inclui grupos e organizações com diferentes níveis de formalidade. Além disso, são observadas as relações existentes entre os atores coletivos, organizações e movimentos de um mesmo campo, que variam entre relações de cooperação e de competição. Esse tipo de análise avalia, também, a relação dos grupos e atores com as instituições e com os atores político-institucionais, entendendo-se que os movimentos podem atuar simultaneamente em canais extrainstitucionais e em canais da política institucional. (CARLOS, 2009).

Carlos (2009, p. 9) indica que para os estudiosos das redes sociais os movimentos são vistos como uma estrutura informal de organizações, grupos e indivíduos que se vinculam por meio de identidades coletivas ou de reconhecimento

mútuo, “cuja ação pode ocorrer ao longo de um *continuun* temporal e perpassar períodos de protesto específico e de articulação com canais da política institucional”.

Esses aportes são importantes para a abordagem proposta desta pesquisa, considerando o contexto de pós tragédia que gerou mudanças sociais e ambientais no território da cidade mineira, somado ao contexto atual, que configura um contexto de pandemia devido à pandemia do Covid-19. Após a catástrofe a população ficou desamparada e organizou-se na busca de vocalizar suas demandas para o Estado e para a Vale, além de amparar comunidades mais vulneráveis, suprindo demandas urgentes.

Em tal contexto, existem prioridades diferentes de acordo com a realidade dos afetados pelo rompimento da barragem, o que fez com que tenham surgido atores coletivos diferentes para reivindicar os direitos que consideram prioridade de acordo com o grupo que estão representando. Assim, no caso de Brumadinho, em um mesmo campo alguns atores coletivos entram em cena e/ou se reconfiguram, enquanto emergem várias associações e movimentos sociais, bem como articulações e redes que se formam ou se fortalecem. Esses atores, em seu conjunto, têm recorrido a repertórios de ação diversos, na linha do ativismo e contestação, mas também no sentido colaborativo ou cooperativo em suas relações com o Estado ou outros atores.

Tendo em vista uma contextualização mais ampla, cabe situar esses processos tendo a experiência brasileira recente em relação à participação social como um quadro de referências.

2.2.3 Notas sobre participação social no brasil

De forma breve, esta seção aborda a trajetória brasileira contemporânea no que se refere às formas de participação social ampliada, institucional e não-institucional.

A partir do final da década de 1970 e com o início do processo de redemocratização do país, os movimentos sociais e as associações ganharam força e visibilidade, enquanto novos atores coletivos se mobilizaram, organizaram e entraram em cena. O período se marca por um expressivo ciclo de mobilizações que se estenderá ao longo dos anos 1980, com destaque para a campanha das “Diretas Já!” em 1984 e, mais adiante, no início da década seguinte, pelo protagonismo do movimento estudantil, com seu repertório dos caras-pintadas, no processo de impeachment do Presidente Collor.

Neste momento, houve um aumento do número de associações e sua pluralização. Além disso, a apresentação de demandas de forma pública e a busca por diálogo e negociação com o Estado passaram a ser defendidas (AVRITZER, 2010), em contraponto a uma visão avessa à institucionalidade preponderante no contexto da época. O período referido, correspondente à ditadura civil-militar, que foi marcado pela repressão das formas de organização da sociedade, bem como pela ausência de mecanismos e espaços de participação social institucionalizada nas decisões políticas.

No contexto de redemocratização pode-se tecer uma relação com o sentido da participação social e de sua ressignificação, já que ao apresentar demandas publicamente e buscar negociações com o Estado, a sociedade civil organizada busca a tentativa de participar das decisões governamentais. Ao lado de mudanças relativas à reforma partidária e do papel relevante do movimento sindical, forma-se e expande-se um tecido complexo e plural da sociedade civil brasileira no período. Movimentos sociais e associações civis, com diversas bases organizativas e motes temáticos; redes associativas e movimentistas; fóruns societários; organizações não governamentais; e outros atores coletivos foram ganhando força e articulação entre si nos diversos campos. Desempenhando, assim, um papel importante no período de democratização e até o contexto atual.

Avritzer (2016) indica que, entre 1985 e 1988, surgiu um modelo de mobilização e de participação social que existe até os dias de hoje (AVRITZER, 2016). Especialmente pela possibilidade de apresentação de emendas populares que poderiam influir na Constituição Federal de 1988 (CF-88), a Assembleia Nacional Constituinte em 1986 constituiu uma oportunidade política que impulsionou as redes de mobilizações, articulando amplos conjuntos de atores nas diversas áreas, tematizando as políticas públicas, o modelo de Estado e sua relação com a sociedade, demandando a participação social e a ampliação dos direitos sociais (DAGNINO, 2002; AVRITZER, 1997, 2007; BRASIL, 2007; GOHN, 2010; LUCHMAN, 2011).

Em tal contexto, articulam-se redes e movimentos no âmbito nacional, como o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), formalmente criado em 1989, que comparecerá ao cenário de Brumadinho, no pós-desastre, como um ator coletivo relevante na vocalização das injustiças e demandas decorrentes do desastre tecnológico.

Nesse sentido, como aponta Doimo (1995), a participação social institucionalizada que a CF-88 requer para o país é fruto da atuação dos movimentos sociais - de sua mobilização e de suas propostas democratizantes. A CF-88 ampliou as formas de participação social ao prevê-la em diversos artigos e exigir, em alguns casos, a criação de instituições participativas, como os conselhos gestores de políticas públicas.

Assim, no fim da década de 1980, a partir do marco constitucional, pode-se considerar que o modelo da democracia brasileira foi constituído como um misto de democracia participativa e democracia representativa. Com seu viés democratizante e descentralizante, a Constituição Federal criou mecanismos de participação direta e instituições participativas ao prever referendos, plebiscitos, iniciativas populares de projetos de lei e conselhos de políticas públicas. A legislação infraconstitucional posterior, relativa às políticas sociais, aprofundou esses dispositivos e exigências que abordam a pauta da participação nos anos 1990. Na década seguinte o mesmo ocorre com a legislação federal referente às políticas urbanas (CARNEIRO, BRASIL, 2014).

Nesse contexto e nas décadas posteriores, formou-se um amplo tecido participativo no Brasil, marcado por duas dimensões: a primeira é a dimensão de mobilização social (que é a participação não-institucional), a segunda é a participação institucionalizada, cunhada desde sua previsão na Constituição de 1988 (ANELLI, 2018).

Nesse sentido, as formas de participação institucionalizadas mais fortes no país são: os conselhos setoriais com papel de gestores das políticas sociais, que são exigidos pela legislação; os demais conselhos setoriais, temáticos e de direitos das minorias; as conferências nacionais que articulam os três níveis de governo e o orçamento participativo, dentre outras instituições participativas e interfaces socioestatais.

Para Luchmann (2011), os conselhos setoriais são de grande importância para o país e na maioria desses conselhos a participação institucional é definida por leis que asseguram a participação por meio de associações, organizações ou entidades sociais. Para a autora, essas formas de organização social representam politicamente a sociedade em espaços de definição e controle de políticas públicas, além de atuarem nas suas respectivas frentes de trabalho (LÜCHMANN, 2011).

Avritzer (2016) possui uma bibliografia extensa a respeito da participação social no contexto brasileiro e, segundo o autor, a consolidação da participação institucionalizada no país se deu em três momentos principais. O primeiro se refere à já mencionada Assembleia Nacional Constituinte, que possibilitou a participação social na proposição de emendas populares. Essas emendas foram criadas por movimentos sociais que se mobilizaram na busca por assinaturas que validavam propostas para as políticas públicas na CF-88. Para o autor, outro momento importante diz respeito ao crescimento do Partido dos Trabalhadores (PT), pois o partido levantava a bandeira da participação social e ao ganhar eleições em cidades importantes, como Porto Alegre, foram implementadas políticas participativas nas gestões locais, como o orçamento participativo (AVRITZER, 2016). O último momento citado por Avritzer (2016) se relaciona à expansão da participação social de forma mais eficaz para o âmbito nacional. Esse momento se inicia, principalmente, a partir de 2003, ano em que houve uma expansão dos conselhos e o alargamento temático das conferências nacionais, encampando os diversos setores de políticas e temas relativos aos direitos das minorias.

Nessa linha, destaca-se que na década de 1990 os governos locais se afirmam como loci privilegiado da participação social. Com o impulso da legislação das políticas sociais criaram-se e/ou remodelaram-se conselhos nessas áreas, bem como conferências no caso da saúde e assistência social. No decorrer da década, tais arranjos de participação se multiplicam e pluralizam, desde conselhos temáticos e de direitos, aos OPs e desenhos participativos em planos diretores, programas e projetos, configurando, em alguns casos, inovações institucionais (BRASIL, 2007).

A década seguinte se marca pela ampliação da participação no âmbito federal, com a criação de novos conselhos e, sobretudo, de conferências nacionais, impulsionando os estados a criarem instituições participativas.

Destaca-se nas décadas referidas até o momento atual a pluralização dos movimentos sociais, das redes movimentalistas e de suas lutas, especialmente em torno de pautas relativas às mulheres, direitos das minorias, povos e comunidades tradicionais, dentre outras, com manifestações que colocam em cena grandes repertórios de ação. Ressaltam-se ainda o emprego crescente das redes virtuais e outros meios digitais, seja na dimensão mobilizatória, seja como repertório de ações⁹.

⁹ Sobre a amplitude desse tecido associativo e movimentalista ver Gohn(2010)

Contudo, as manifestações de junho de 2013 apontam para o relativo esgotamento ou crise da participação institucionalizada no país, que não alcançou canalizar a contento as diversas vozes e reivindicações dos diferentes grupos com as diversas instituições participativas. As jornadas de 2013 marcam-se, também, pela emergência de novos atores coletivos e repertórios de confronto, que Alonso (2017) codifica em três vertentes: socialista (ou tradicional), anarquista e patriota ¹⁰.

Mais além, a tentativa do governo federal de criar um sistema de participação social no país em 2014, consolidando as instituições participativas existentes e buscando a ampliação dessa infraestrutura, por meio do Decreto 9.759/2014, foi fortemente rechaçada pelo Congresso. As tentativas de projetos de lei na Câmara e no Senado não seguiram adiante, evidenciando que a ampliação da participação social constitui um forte eixo de conflito e de objeções.

As décadas seguintes marcam-se por crises institucionais e um amplo e extenso ciclo de mobilizações em torno do impeachment e de reformas, dentre outros motes, caracterizando-se por polarizações que se estendem nos anos seguintes, com diversos repertórios de ação coletiva.

Já no governo eleito em 2018, tem se afirmado um projeto evidente de desconstrução das formas de participação institucionalizada, como indica o Decreto 9.759/2019, que extingue e reforma órgãos colegiados. Entretanto, o Decreto gerou mobilizações e resistências, notadamente no caso dos conselhos, implicando ações judiciais e revisões.

Os desafios de ampliar uma democratização participativa no Brasil consistem, principalmente, nas heranças políticas tradicionais e no processo que o neoliberalismo traz de despolitização das questões sociais. Com isso, a participação é ainda limitada, não adentrando o enfrentamento da pobreza e das desigualdades a contento. Esse enfrentamento se constrói com uma perspectiva privatista longe dos espaços de discussão e negociação (LÜCHMANN, 2006). Ou seja, as políticas de participação social são limitadas, já que não se propõem a discutir uma mudança estrutural mais profunda. Elas são usadas na busca de governança e objetivando-se convencer a população de que ela está sendo ouvida. Entretanto, o que acontece é uma participação social seletiva que evita riscos para a hierarquização social que existe no Brasil. Desta forma, os processos decisivos que envolvem lucro de grandes

¹⁰ Sobre 2013, além de Alonso (2017), ver Tatagiba (2017) e Mendonça (2018).

empresas, como a mineração, não costumam contar com a participação mais direta da sociedade.

Além disso, no Brasil observa-se uma desresponsabilização do Estado paralelamente com a participação do setor privado na produção de serviços públicos, com destaque no papel do voluntariado (LÜCHMANN, 2006). Ou seja, ao invés de o Estado ser o protagonista na produção de serviços sociais e, nesse protagonismo, utilizar da participação social na busca de políticas mais eficientes; o voluntariado acaba sendo o responsável por promover grande parte da assistência social da população mais vulnerável. Visto a necessidade de aprofundamento democrático e ampliação da participação social no país, Lüchmann (2011) defende ainda que além das reformas das suas instituições políticas, o Estado deve adotar políticas que promovam a atuação das associações.

Assim, um desafio que se coloca no período atual é de recomposição e reconfiguração de instituições participativas, além da ampliação das formas de participação institucionalizada, ao lado do fortalecimento dos atores coletivos.

O breve percurso em torno da participação social no Brasil permite contextualizar de forma mais geral as formas de participação, mobilização e de organização em Brumadinho para o enfrentamento dos impactos da tragédia associada à atividade mineradora. Essa trajetória indica que no país possui amplas referências e acúmulos de experiências e práticas participativas. As instituições participativas mobilizam e envolvem repertórios dialógicos dos atores coletivos com o Estado, práticas de representação informal e de deliberação. No interior da sociedade civil destaca-se a pluralização de atores coletivos, de redes e de lutas, e um amplo repertório que tem sido construído e posto em ações coletivas nas últimas décadas.

3 DESASTRE COMO DESDOBRAMENTO DA ATIVIDADE MINERADORA

Esse capítulo tem o objetivo de definir e discutir conceitos que se relacionam com desastres como: vulnerabilidade e risco. Visto que esta é uma análise importante para iniciar a discussão acerca do caso de Brumadinho, serão mobilizadas autoras e autores especialistas no assunto. Além disso, será abordado o impacto da mineração na vida das populações que vivem próximo de atividades mineradoras. A relação entre mineração e desastre é clara e objetiva-se reafirmá-la desdobrando suas consequências durante esse trabalho. Acredita-se que a comunidade de Brumadinho vivia em situação de risco e que pode ser considerada, em sua maioria, como uma população vulnerável devido aos impactos da mineração.

3.1 Risco, vulnerabilidade e desastres

Uma sociedade vulnerável pode ser entendida como uma sociedade que corre riscos, riscos estes que para Beck (2010) estão cada vez mais presentes na nossa sociedade. Para o autor, a produção social de riscos acompanha a produção social de riqueza, assim à medida que se busca modernização aumentam-se os riscos sociais na contemporaneidade. Em um contexto de globalização nos deparamos com inúmeras situações de risco, sendo que em alguns momentos deve-se agir com cautela e em outros buscar o enfrentamento do risco, apoiando inovações e mudanças em busca de avanço (GIDDENS, 2003).

O problema é que, no contexto capitalista e na realidade social e econômica em que o Brasil está inserido, muitas vezes, não se percebe este discernimento por parte das grandes empresas e do setor privado em geral. Logo, a busca por avanço pode resultar em uma sociedade, na sua maioria, cada vez mais vulnerável. Destaca-se que essa vulnerabilidade não é igual para todos, já que os riscos variam de acordo com o contexto social e econômico de um cidadão ou de uma comunidade.

Além dos aspectos relacionados ao avanço tecnológico, o capitalismo implica no agravamento do fenômeno da desigualdade social, notadamente no caso de países periféricos como o Brasil. A taxa de pobreza é alta no país e, portanto, a parcela da população vulnerável também. É esta parcela a que está mais exposta aos riscos, apesar de não ser a única que está exposta de alguma forma.

Giddens (2003) afirma que a modernidade apresenta deficiência na gestão de riscos e que, por isso, os perigos causados pelas atividades humanas são tão

graves, ou mais, que os perigos externos. Percebe-se que o rompimento de barragens exemplifica a afirmação do autor.

O objeto de estudo deste trabalho delimita-se a partir de um desastre proveniente do rompimento de uma barragem, no caso em Brumadinho. A conceituação de desastre e a classificação de um desastre são passos iniciais importantes na análise do caso Brumadinho, pois constituem um ponto de partida para definir o modo como o caso será tratado.

O conceito de desastre não é um consenso entre os estudiosos do assunto. Segundo Valencio (2012) existe uma disputa acirrada entre forças sociais diversas acerca do tema. Para o autor as forças economicamente mais favorecidas defendem uma conceituação baseada, unicamente, ao universo da gestão e da tecnociência, inibindo as demais forças sociais. Esse tipo de conceito fortalece a concepção de que desastres não se relacionam com escolhas políticas e, assim, favorece a desresponsabilização dos envolvidos.

Um conceito considerado é o de que desastres são

acontecimentos coletivos trágicos nos quais há perdas e danos súbitos e involuntários que desorganizam, de forma multidimensional, as rotinas de vida (por vezes, o modo de vida) de uma dada coletividade. Isso implica a integração da situação em si, a crise social aguda, e o processo no qual a situação é produzida, isto é, a crise social crônica. (VALENCIO; QUARANTELLI, Apud ZHOURI *et al*, 2016).

Ademais, no que se refere a defesa civil, os desastres são, primeiramente, uma consequência da incapacidade do Estado de responder preventivamente à sociedade diante de uma situação de risco, promovendo danos de diversas espécies ao cidadão atingido. Dessa forma, o desastre, caracteriza um descumprimento do contrato social da administração pública com a população (VALENCIO 2009). Ou seja, no que tange especificamente à tragédia, que é o objeto de estudo deste trabalho, observa-se que esta envolve a atividade econômica mineração, o que não é uma novidade no Brasil. É possível traçar uma relação histórica entre desastres e mineração e, portanto, já é de conhecimento do Estado que populações de territórios com atividade mineradora de porte vivem em situação de risco. Porém, na maioria das vezes, o Estado brasileiro é incapaz de agir previamente na busca da diminuição desse risco, o que configura descumprimento do contrato social. Identifica-se como contrato social a relação entre cidadão e Estado, onde o cidadão dá à administração

pública poder para que ela corrija as falhas sociais e econômicas, promovendo, entre outras coisas, a segurança da sociedade.

Além dos conceitos já apresentados, ressalta-se neste trabalho o conceito de “desastre tecnológico” diz respeito a um evento que tem dentre seus motivos o ser humano. O desastre tecnológico é atribuído, parcialmente ou completamente, às condições tecnológicas ou industriais, incluindo procedimentos perigosos, erro, negligência, falhas na infraestrutura ou atividades humanas específicas. Esse tipo de evento implica, além de perdas humanas, em graves danos à saúde pública, ao meio ambiente, às infraestruturas, e a todo equilíbrio social e econômico da área afetada (direta ou indiretamente) pelo desastre (BRASIL, 2012). Este é o caso do rompimento da barragem no Córrego do Feijão, pois é um evento ligado à atividade econômica de extrativismo praticada pela empresa Vale no território.

Evidencia-se a importância de não definir desastres tecnológicos como acidentes, pois esse tipo de classificação minimiza a responsabilidade dos responsáveis pela tragédia, além de ser usado como justificativa para deixar as vítimas desamparadas. Um desastre da magnitude do ocorrido em Brumadinho em janeiro de 2019 afeta toda uma população, para além da perda ambiental e econômica, instalando um terror e graves doenças psíquicas nos sobreviventes. Portanto, os envolvidos no desastre devem arcar com as consequências sendo responsabilizados pelo ocorrido e obrigados a repararem e compensarem os danos causados.

Esse tipo de evento gera prejuízos e, segundo Ribeiro (1995), além de ser produtor de rupturas sociais, traz à tona a relação entre o sistema social (referente à causalidade sistêmica ou estrutural) e o ambiente construído (referente às causas genéticas, sejam elas naturais ou tecnológicas, que chamarei de “causas externas”). Ou seja, os desastres são entendidos como resultados das causas sistêmicas e causas externas. Essa definição possibilita o enquadramento de desastres, para além da visão tecnocrática, como um fenômeno intrinsecamente social. Isso quer dizer, por exemplo, que as consequências do rompimento de uma barragem são frutos de falhas técnicas, que portanto poderiam ser evitadas ou mitigadas; e fruto de um contexto social de desamparo estatal e de descaso das grandes mineradoras, que priorizam o ganho econômico em detrimento da segurança e do bem-estar dos envolvidos na mineração.

No campo da sociologia, a noção de desastre aparece relacionada ao termo vulnerabilidade. Isto porque o desastre tem desdobramentos relacionados à vulnerabilidade das pessoas envolvidas, evidenciando ou potencializando as fragilidades sociais presentes. Nesse sentido, para Alves (2006), vulnerabilidade é o resultado do acúmulo dos processos e condições consequentes de situações de risco, de pobreza, degradação ambiental e privação social, configurando, nesse caso, uma vulnerabilidade social e ambiental.

Nessa mesma linha, tem-se a partir de Cutter (1993) a vulnerabilidade assim caracterizada: "1) como uma condição pré-existente; 2) como uma resposta matizada; e 3) como perigos do lugar." (CUTTER, 1996 apud CIDADE, 2013, p. 175). A primeira linha diz respeito a uma ótica físico ambiental e se enquadra à uma visão mais tradicional a respeito de desastres ambientais. A segunda foca na forma de lidar com os riscos, trazendo a causalidade social à tona. Enquanto a terceira trata de uma combinação das anteriores, definindo vulnerabilidade como o somatório dos riscos físicos e biológicos de um determinado território com o contexto social deste mesmo território (CUTTER, 1996 apud CIDADE, 2013).

A terceira noção de vulnerabilidade aproxima-se dos casos de desastres provenientes da mineração já que "a população que vive próxima a barragens está em condição de vulnerabilidade, considerando que o risco de rompimento é real". (ARAGÃO, 2019).

Muitos autores dedicam-se a estudar a análise e administração de riscos, dentre os quais, Rosa (2008), que ressalta dois princípios ao tratar do assunto: o princípio da precaução e o princípio da prevenção. O primeiro é utilizado quando existe risco à saúde humana e/ou ao meio ambiente e, portanto, busca reduzir o potencial de risco. Nesse caso não é necessário existir uma certeza à cerca do risco, ele é uma ameaça e as medidas são tomadas para evitar que os danos se concretizem. Já o segundo trata de prevenir que efeitos adversos já conhecidos e causados por atividades humanas aconteçam.

Se refletirmos acerca da realidade de Minas Gerais observamos que dois eventos semelhantes aconteceram no intervalo de pouco mais de três anos sendo ambos relacionados com a Vale. O rompimento da barragem em Mariana no dia 5 de novembro de 2015 e o rompimento da barragem do Córrego do Feijão em janeiro de 2019. No que toca a empresa, isso indica uma atuação no mínimo pouco cuidadosa e não responsável. No que toca o estado, isso indica déficits regulatórios e/ou de

fiscalização da atividade mineradora, bem como de responsabilização dos agentes econômicos.

Mais além, será que por meio de uma análise de riscos eficiente e com a utilização do princípio da prevenção o último evento poderia ser evitado ou mitigado?

Além da análise de risco, com o aumento das ocorrências de desastres, passou a ser importante o desenvolvimento de um modelo de gestão voltado para o contexto de um desastre. Este é um contexto bem peculiar, se comparado com o usual e, por isso, é importante que exista um protocolo acerca de como agir perante ele. Araújo (2012) afirma que a finalidade do desenvolvimento de uma administração voltada para desastres é a de buscar impedir que ele aconteça e, caso aconteça, que os envolvidos sejam alertados, que suas consequências sejam mais brandas (com menos perdas) e que seja possível responder a ele da melhor forma, visando a recuperação de seus efeitos.

A elaboração de um Plano de Emergência é o ponto de partida de toda administração de desastres e, apesar de ser uma necessidade cada vez mais constante, no Brasil ainda não há uma metodologia pré-estabelecida de como criar este documento. Já na Europa, há diretrizes que determinam um padrão específico para a elaboração de um plano dessa natureza (ARAUJO, 2012).

Entretanto, mesmo com aumento da utilização da gestão de desastres pelo mundo, essa ainda é uma gestão restrita, muito pautada na reação. A atenção e os recursos são mais voltados para o pós-desastre do que para o pré. Ou seja, há menos foco na prevenção e mais na reconstrução (WORLD BANK, 2006).

Além disso, é destacado no documento do Banco Mundial (2006) que existe pouca integração entre as políticas públicas acerca de gestão de desastres e a participação ativa da sociedade. Nessa direção, ao longo deste trabalho será abordado o papel da participação social para as políticas públicas e sua importância para que as atividades públicas obtenham sucesso.

Como ilustra a imagem abaixo, a administração de desastre possui sete etapas: prevenção; mitigação; preparo; alerta; resposta; reabilitação; e reconstrução.

Imagem 1: Dinâmica do desastre e sua administração



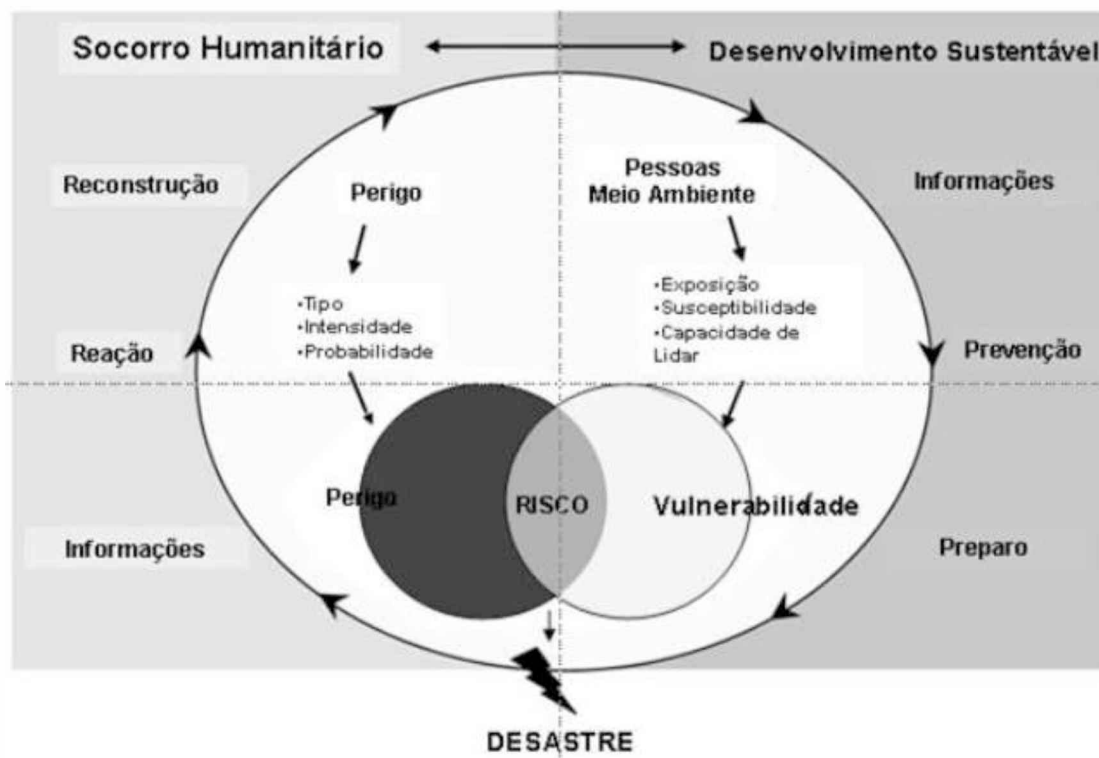
Fonte: Araújo, 1997, p. 23.

As etapas são inter-relacionadas, mas são diferentes entre si, exigindo, cada uma, um tipo de intervenção. A prevenção, mitigação, preparo e alerta são etapas que antecedem o evento. Neste primeiro momento o objetivo é evitar a ocorrência do evento, caso não seja possível busca-se uma minimização do dano, além de ser o momento de planejamento da resposta e é a hora em que o perigo deve ser formalmente notificado. Durante o evento temos o momento de resposta, e aqui o papel da Defesa Civil e do Corpo de Bombeiros é de extrema importância. Geralmente o desastre, em si, é um momento rápido e, por isso, é necessário um planejamento prévio das ações que serão executadas como resposta imediata. Depois do desastre temos a reabilitação e a reconstrução. O momento de pós-desastre visa restaurar os serviços básicos necessários para o bem-estar da população, além de reconstruir a infraestrutura danificada e buscar reestabelecer o sistema produtivo do território, buscando uma reativação da economia (ARAÚJO, 2012).

Como já posto, momento do pós-desastre estará em foco neste trabalho, especificamente no que se refere à atuação da sociedade civil, suas formas de atuação e ação.

Na Figura 2, há uma ilustração detalhada do ciclo que é a ocorrência de um desastre e as etapas da sua administração. Pode-se perceber que o socorro humanitário é presente apenas depois que o evento é concretizado, anteriormente deve-se pautar as ações tendo como base um modelo de desenvolvimento sustentável visando minimizar os riscos e diminuir vulnerabilidades.

Imagem 2: Etapas do Gerenciamento do Desastre



Fonte: Araújo, 2012. p. 31.

3.2 Uma breve trajetória de desastres minerários

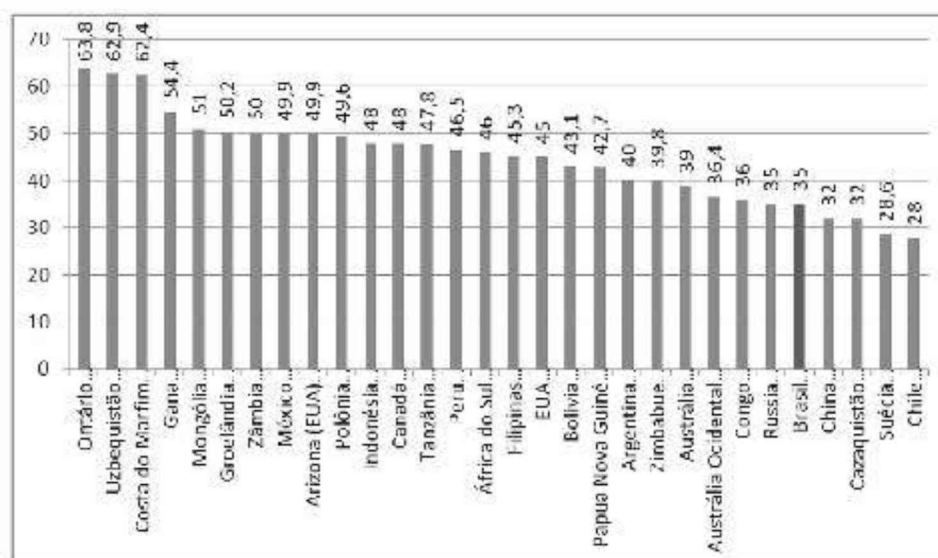
A mineração tem um histórico ligado a inúmeros conflitos ambientais por todo o mundo, principalmente no que se refere a conflitos territoriais (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010). Ela é uma atividade extrativista e, para Gudynas (2016), as atividades extrativistas são atividades econômicas que provocam expropriação ambiental e social, além de causarem degradação nos territórios em que são realizadas.

A partir dos anos 2000 o extrativismo ganhou ainda mais espaço na América Latina, fase que é chamada de neoextrativismo por muitos estudiosos do assunto. Essa denominação significa que esta é uma atividade que promove uma

reprimarização da economia dos países latino americanos. A atividade se popularizou com a volta de programas desenvolvimentistas nas economias nacionais, que foram influenciados pelo mercado internacional e pela ascensão do neoliberalismo por volta dos anos 1990 (ZHOURI, BOLADOS e CASTRO, 2016).

Apesar de ser um dos principais exportadores de matéria prima mineral do mundo, o Brasil não ocupa os primeiros lugares na taxaço da atividade. Isso demonstra que o país utiliza de incentivos fiscais para atrair empresas mineradoras. Em Minas Geais, o contexto não é diferente do que é visto para o país. O próprio nome do estado remete à atividade mineradora e várias de suas cidades possuem uma dependência econômica muito forte ligada à atividade.

Gráfico 1 - Ranking da Taxação Mineral Efetiva no Mundo (2010)



Fontes: UBS (2010); OTTO *et al.* (2006), apud SANTOS (2013) p. 79.b

No ano de 2018, a mineração é equivalente a 20,8% da exportação brasileira (MME, 2018). Ademais, em relação aos empregos, no ano de 2017 a mineração foi responsável por 50 mil empregos diretos em Minas Gerais e 95,6 mil empregos diretos no país (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2017).

Araóz (2013) descreve o neoextrativismo como uma fase de re-colonização do continente. Para ele, o colonialismo foi marcado por três ciclos de violência que propagaram terror, expropriação do território e dos corpos, além do desejo à mercadoria das colônias. Hoje, esse novo modelo é uma forma de se relacionar com a natureza, ambiente e território dominando e domesticando, também, os corpos, os sentimentos e as emoções. Isso acontece com a população dos territórios em que as

empresas extrativistas estão instaladas, mas as consequências vão além das fronteiras territoriais.

As autoras Zhouri *et al* (2016) definem essa situação como violência das afetações, que é uma violência, fruto da mineração, que afeta mais do que o ambiente, alterando, também, o modo vida dos atingidos. Ou seja, as consequências negativas da mineração existem até quando ela não gera um desastre, entretanto, um desastre potencializa essa violência.

O neoextrativismo ilustra um modelo de desenvolvimento pautado na divisão internacional do trabalho, onde países subdesenvolvidos buscam crescimento econômico por meio de atividades pouco diversificadas e focadas na exploração de recursos naturais (MILANEZ e SANTOS, 2013). Enquanto isso, os países mais desenvolvidos utilizam da matéria prima advinda dos menos desenvolvidos, obtendo maior parte do lucro. Por isso, o termo re-colonização é muito utilizado.

Os países latinos colaboraram com o novo modelo de desenvolvimento se justificando na busca pelo crescimento econômico. Os governos locais defendem que a exportação de *commodities* é importante para gerar renda e movimentar o mercado de trabalho interno. Entretanto, o que realmente acontece é o enriquecimento das grandes empresas em detrimento aos grupos sociais mais vulneráveis (COLETIVO BRASILEIRO DE PESQUISADORES DA DESIGUALDADE AMBIENTAL, 2012). A Vale, por exemplo, é uma multinacional brasileira e uma das mineradoras mais importantes do mundo. Paralelamente a isso, está envolvida em desastres ambientais que geraram danos irreparáveis na vida de inúmeros brasileiros.

Nesse sentido, Gudynas (2009) chama a distribuição desigual dos benefícios e malefícios provenientes dessa atividade econômica de desigualdade ambiental.

Atualmente, mais do que debater acerca das consequências da mineração, depois de dois eventos críticos próximos e de grande dimensão ocorridos em Minas Gerais, muito se discute sobre a implementação de barragens. Ela é defendida como incentivo à economia, por meio de produção de energia, oferta de água e extração de minérios. Enquanto isso, é criticada por causar danos ao meio ambiente, gerar impactos sociais e criar o risco de um desastre no caso de um rompimento (BARROS, 2018).

A Agência Nacional de Energia Elétrica afirma que grande parte da matriz energética do país depende de barragens, no Relatório de Segurança de Barragens

2016 temos o dado de que o Brasil possui 22.290 barragens identificadas. Sendo que até 2016 existiam 695 barragens na categoria de risco e dano potencial alto, outra informação importante é de que durante o espaço de tempo de um ano (que foi produzido o relatório) aconteceram 6 acidentes e 17 incidentes com barragens (ANAEEL, 2017).

Acredita-se que os rompimentos de barragens se relacionam com o ciclo de preços dos minérios, visto que a volatilidade dos preços é uma característica do mercado extrativista. Em momentos de preços elevados existe uma pressa para realizar as atividades e isso faz com que tecnologias e locais desapropriados sejam usados na implementação de barragens. Além disso, nesse momento, as agências ambientais sofrem fortes pressões para agilizarem os processos de licenciamento, o que pode afetar na qualidade das avaliações. Enquanto isso, na baixa de preços existe intensificação da produção e uma busca por redução dos custos. Essa dinâmica faz com que os desastres relacionados com barragens não sejam considerados meros acidentes e sim uma consequência da dinâmica econômica que o setor apresenta (DAVIES; MARTIN, 2009 apud MANSUR *et al*, 2016).

Com isso, como já posto, a população próxima às barragens é uma população vulnerável, pois as barragens estão, muitas vezes, em risco de sofrer um rompimento. Nesse caso, percebe-se que o espaço geográfico agrava a vulnerabilidade da população local. Para Milanez (2019), não é coincidência o fato de que grupos sociais que vivem próximos de barragens são, em sua maioria, formados por pessoas com menor poder aquisitivo. O autor diz que, geralmente, são pessoas com pouca articulação e força política, o que dificulta a rebelião contra a ameaça de rompimento e aumenta sua dependência econômica da atividade mineradora. Além disso, nessa relação do Estado com as empresas e as comunidades, existe um desequilíbrio, onde o Estado favorece as mineradoras em detrimento das comunidades.

Entretanto, mesmo com a pouca articulação e a falta de força política, identificadas por Milanez (2019), é possível observar que grupos organizados da sociedade civil têm se mobilizado em comunidades de atingidos pela mineração em todo o país, e as próprias comunidades também têm se organizado em alguma medida.

Destacam-se mobilizações e ações coletivas de movimentos organizados no âmbito nacional, como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o

Movimento Pela Soberania Popular da Mineração (MAM). Eles objetivam, principalmente, denunciar as consequências destrutivas do modelo minerário vigente no Brasil, reivindicar uma regulação estatal responsável e buscar reparações justas aos danos causados pelas mineradoras. Esses movimentos também têm um papel de problematizar e tematizar os impactos das atividades econômicas e dos desastres sob perspectivas mais amplas, dispondo de experiência acumulada em relação às diversas formas de ação coletiva, bem como de vocalizar pautas dos atingidos. Ambos se fizeram presentes em Brumadinho no pós-desastre, ao lado de atores coletivos locais, que se formaram ou reconfiguram em tal contexto.

4 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Considera-se que o problema de pesquisa do trabalho presente é: “Como a sociedade civil de Brumadinho está se mobilizando e organizando, pós-rompimento da barragem no dia 25 de janeiro de 2019?”. A partir deste problema, objetiva-se analisar, com enfoque no papel da participação social, como a sociedade civil de Brumadinho está se mobilizando e organizando no pós-desastre. Com isso, foi necessário construir um modelo metodológico que viabilizasse tal proposta.

Os objetivos específicos da pesquisa são:

a) Revisar e sistematizar perspectivas teóricas acerca do conceito de participação social, em suas dimensões institucionais e não institucionais a partir de seu enquadramento nas teorias democráticas contemporâneas e revisar os desenvolvimentos teóricos relativos à sociedade civil, associações, movimentos sociais e seu desdobramento como repertórios de ação;

b) Revisar perspectivas conceituais relativas aos desastres tecnológicos e administração de desastres;

c) Descrever brevemente os desdobramentos do modelo de exploração mineral vigente em Minas Gerais;

d) Contextualizar a realidade da cidade de Brumadinho acerca dos aspectos socioespaciais e socioeconômicos;

e) Contextualizar o contexto de pós rompimento, mapeando alguns danos e descrevendo algumas respostas do Estado e da Empresa Vale diante destes danos;

f) Identificar lideranças, coletivos, movimentos sociais da comunidade civil de Brumadinho e o repertório de ação e de interação entre eles, o Estado e a Vale;

g) Tecer considerações finais acerca do papel da participação social formal e informal em um contexto de pós-desastre socioambiental, buscando sintetizar as conclusões obtidas a partir da pesquisa.

O trabalho é formulado como um estudo de caso com foco na sociedade civil atingida pelo desastre tecnológico ocorrido no dia 25 de janeiro de 2019 em Brumadinho. Ao empregar este processo metodológico considera-se, como propôs Yin (2005), que o estudo de caso pode contribuir na compreensão de fenômenos

sociais complexos, possibilitando uma investigação que preserve informações significativas dos eventos da vida real.

O modelo metodológico escolhido conta com uma abordagem qualitativa, visando evidenciar a relação entre teoria e prática no que tange o papel da participação social nos processos de construção de ações coletivas. Essa abordagem foi definida por ser considerada, conforme indicado por Liebscher (1998), uma abordagem praticável quando o objeto de pesquisa é um fenômeno social complexo de difícil quantificação.

Além disso, o trabalho se configura de forma descritiva, pois consiste em investigação de pesquisa empírica (MARCONI E LAKATOS, 2008) e é caracterizada pela descrição dos aspectos determinantes de um fenômeno, de uma população ou do estabelecimento de relações entre variáveis (Gil, 2008).

Os procedimentos e técnicas de coleta de dados envolveram: a revisão bibliográfica com foco em artigos e teses, principalmente a partir de publicações relevantes acerca das teorias de participação social e acerca de desastres tecnológicos. Essa revisão é feita, principalmente, por meio de buscas nas plataformas Google Acadêmico e Scielo com as palavras-chave: democracia participativa, participação social, associativismo, movimentos sociais, mineração, atingidos, desastres, rompimento barragem.

Ademais, a coleta envolve a realização de entrevistas que, segundo Gil (2008), é um sistema flexível e, por isso, adotado como técnica fundamental de investigação nos mais diversos campos. O modelo adotado é o de entrevista individual semi-estruturada com atores-chave que englobam representantes de movimentos, associações e coletivos em Brumadinho. Devido ao contexto pandêmico, causado pelo Covid-19 a partir de março de 2020, maior parte das entrevistas não foram realizadas de forma presencial, sendo feitas via chamada de vídeo, ligação, e-mail ou por mensagens e áudios pelo aplicativo WhatsApp.

De forma metodológica, considera-se redes como um conjunto de relações específicas entre um conjunto definido de atores, sendo que as relações estabelecidas entre eles são um dos fatores que os caracterizam. Portanto, é possível afirmar que as redes sociais das quais os atores coletivos atuantes em Brumadinho fazem parte são objeto de estudo desta pesquisa.

As entrevistas foram realizadas na busca de coleta de informações relativas a essas redes e a outras características da organização e da atuação dos atores

coletivos, tal como na busca de informações relativas à interação destes atores com a empresa Vale e com o Estado. Sendo que, foram designados para a entrevista representantes de movimentos sociais atuantes no território atingido, membros de associações e outros participantes de ações coletivas realizadas em Brumadinho.

Para identificar os atores chaves e selecionar os atores coletivos que seriam estudados, foi utilizada a prática de amostragem em bola de neve, modelo que utiliza cadeias de referência para influenciar a escolha dos entrevistados. Inicialmente, foram realizadas pesquisas por notícias e estudos que tratassem do contexto atual de Brumadinho, além da utilização de informantes-chave, para localizar possíveis atores que contribuiriam de forma adequada para a pesquisa. Posteriormente, os indicados pelos informantes-chave foram procurados, sendo que não são todos que concederam entrevista, e após serem entrevistados, eles indicaram, a partir de sua rede, novos contatos com o perfil necessário.

Esse processo se repete sucessivamente gerando aumento do quadro de amostragem, podendo gerar seu saturamento (VINUTO, 2014), de forma que os nomes indicados passam a se repetir frequentemente, caso que aconteceu durante essa pesquisa.

Uma crítica que pode ser feita em relação ao modelo bola de neve diz respeito a um possível enviesamento da pesquisa, de forma que os entrevistados indicam atores que constituem suas redes e, portanto, podem compartilhar de mesmos significados e posicionamentos. Na busca de impedir que isso aconteça, paralelamente a essa prática, foram utilizadas pesquisas independentes na busca de identificação de atores com as características necessárias.

Logo, considerando o método de amostragem em bola de neve e outras pesquisas independentes, foram entrevistados quinze atores. Duas entrevistadas são membras de movimentos sociais de nível nacional, o MAB e o MAM, respectivamente entrevistadas M e N; quatro entrevistados não são natos e nem moradores do território, mas atuam de forma direta com ações e atores coletivos locais, o entrevistado B e as entrevistadas D, E e J; enquanto o restante - entrevistados C, K, O e entrevistadas A, F, G, H, I e L – são atores locais atingidos pelo desastre e atuantes em organizações e ações coletivas.

5 O DESASTRE TÉCNOLOGICO DO DIA 25 DE JANEIRO DE 2019

Brumadinho foi palco da grande tragédia social e ambiental ocorrida em janeiro de 2019. Integrante da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), o município localiza-se no vetor sul, a uma distância de 40 quilômetros de Belo Horizonte. Possui uma área territorial de aproximadamente 640 mil quilômetros quadrados, com uma população em torno de 37 mil habitantes.

A atividade mineradora é o grande combustível da economia local e 60% das receitas da cidade são fruto da arrecadação pelo CFEM (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais). É a segunda cidade de Minas Gerais com mais pessoas empregadas formalmente no setor mineral, ficando atrás apenas de Congonhas, como indica o gráfico.

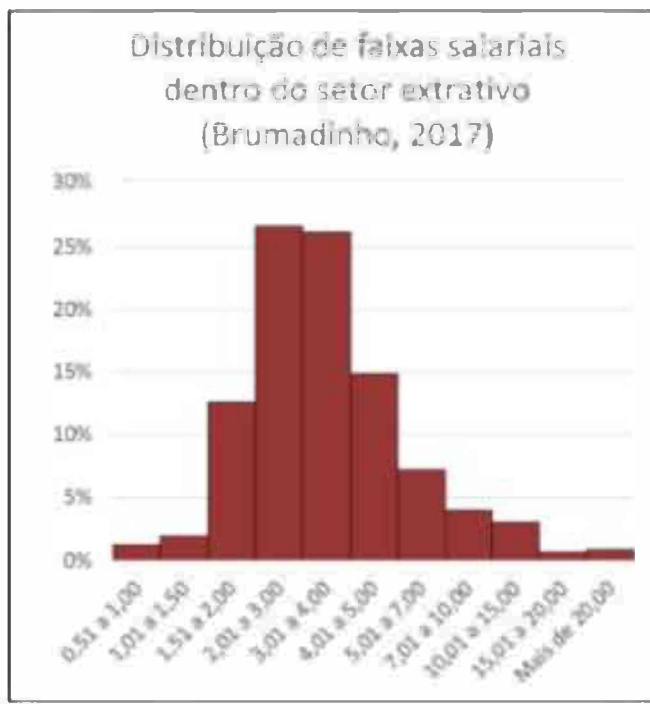
Gráfico 2 - Participação do setor extrativo mineral na geração de empregos formais



Fonte: MILANEZ. 2019, n.p.

Nesse contexto, no qual grande parte dos empregos locais são envolvidos com mineração, observa-se baixos salários para a maior parte deles, o que, segundo o Gráfico X, ilustra uma concentração de renda dentro do próprio setor.

Gráfico 3 – Distribuição de faixas salariais dentro do setor extrativo em Brumadinho



Fonte: MILANEZ. 2019.

Com isso, pode-se dizer que a cidade apresenta uma minero dependência no setor econômico e que essa dependência, apesar de gerar empregos, não significa uma verdadeira ascensão econômica para a população local.

É no território de Brumadinho que estão as minas do Córrego do Feijão, que faziam parte do patrimônio da empresa alemã Ferteco Mineração S/A, até 2001. Em seguida, a Vale executou um plano expansionista e comprou 100% do capital da empresa, inclusive a mina em Brumadinho. Mina esta que era, dentre o patrimônio da Ferteco, o maior interesse da Vale. Na busca por atender à crescente demanda europeia, a mina foi equipada com barragens de rejeito, totalizando sete barragens na data do desastre. Após ser comprada pela Vale, a mina passou a fazer parte do Complexo de Paraopeba e a Barragem 1 (B1) era uma das mais importantes do grupo (RAGAZZI e ROCHA, 2019).

A B1 teve o início da sua construção em 1976 e teve seu último alteamento em 2013, com altura final de 86 metros e o comprimento de 720 metros. O método utilizado na sua construção é o alteamento a montante, que é um dos mais econômicos e, também, pouco seguro, já que o próprio resíduo presente no interior do reservatório é utilizado tornando sua inclinação menos estável. Em janeiro de 2019

o patrimônio da Vale localizado no Córrego do Feijão tinha 613 funcionários, diretos e terceirizados (RAGAZZI e ROCHA, 2019).

Além da intensa atividade mineradora, Brumadinho conta com o turismo como uma importante atividade econômica. O município abriga o maior museu de arte contemporânea a céu aberto do mundo, o Instituto Inhotim, que atrai turistas de todo o mundo, e o Parque Estadual do Rola Moça, que possuindo belas montanhas, mirantes e trilhas, também atraía turistas de todo o Brasil.

A partir do dia 25 de janeiro de 2019, o turismo perdeu sua importância, enquanto a atividade mineradora se transformou em alvo de questionamentos, decepção e revolta.

5.1 O mar de lama

Uma cidade inundada por lama, aproximadamente 300 pessoas desaparecidas, casas destruídas e estradas interditadas. O dia 25 de janeiro de 2019 vai ficar para sempre marcado na vida das pessoas que estavam na região de Brumadinho. Uma tragédia de dimensão imensurável que assustou indígenas, ribeirinhos, engenheiros, bombeiros e todas as pessoas que, em qualquer lugar do mundo, tiveram contato com a notícia.

A velocidade da lama era de, aproximadamente, 76 quilômetros por hora, obtendo uma força muito grande que destruiu todas as construções, vegetações e veículos que encontrou em seu caminho. Uma lama que atingiu toda uma cidade de várias formas diferentes, como indica a narrativa de um dos entrevistados:

Todos somos atingidos, não só quem perdeu os parentes. Não é só uma questão de ter matado vidas, ela matou o rio, toda vida que há no rio, poluiu nosso ar e nosso solo, bagunçou o município. Tivemos depois o índice de suicídio elevado e doenças de sofrimento mental aumentaram na cidade (Entrevistado O).

A onda de rejeitos levou em média 30 minutos para chegar até o último ponto em que deixou vítima. Ela atingiu, primeiramente, a área operacional da mina, seguido pela área administrativa, uma pousada, o bairro Parque da Cachoeira e, por fim, o rio Paraopeba. “Acabou com o Córrego do Feijão todo, devastou tudo, o povo está na dor e no luto ainda” (Entrevistada H).

Segundo relatos dos moradores do Córrego do Feijão, a cena era “como de um filme” e o som fez com que algumas famílias saíssem de suas casas correndo a tempo de escaparem do mar de lama, que foi comparado, por uma das vítimas, à

um “liquidificador gigante”. A notícia do rompimento espalhou-se rapidamente na cidade e os familiares de trabalhadores da Vale tentavam incessantemente ligar para os seus parentes, na esperança de que fossem atendidos. Esta era a única ação que podiam fazer naquele momento, visto que a cena da inundação e destruição da área demonstravam ser impossível que eles mesmos realizassem uma busca segura pelos seus familiares.

Os bombeiros chegaram rapidamente ao local e uma tarefa de resgate de vítimas foi iniciada. A Defesa Civil, a Polícia Militar e o MAB também apareceram rapidamente para amparar os familiares que buscavam seus entes desaparecidos.

O dia 25 foi longo e difícil para todos os envolvidos, porém os dias seguintes também não foram fáceis. Dezenas de corpos sem vida foram encontrados trazendo o luto para algumas famílias e tirando a esperança de que outras encontrassem, com vida, as pessoas que continuavam desaparecidas. O luto foi tomando conta da população brumadinhense e, junto com ele, sentimentos como raiva, frustração e decepção. Para a Entrevistada A, o sentimento pode ser traduzido como ressentimento: “a palavra é essa mesmo, porque era quase que uma relação de confiança que era estabelecida entre a população e a Vale”.

Nesse contexto, chegavam atores sociais de fora da cidade que se deparavam com situações delicadas e precisavam agir de forma cuidadosa com a população local, como afirma a Entrevistada N:

A gente chega em um cenário em que as pessoas, ao mesmo tempo que estão com raiva e ódio, estão em luto né? Tinha um sentimento muito grande de perda, porque eles perderam muitas coisas. A gente nem consegue catalogar tudo que as pessoas perderam, (...) Era esse cenário de luto e perda, então não tinha como chegar no território se não fosse com solidariedade.

O luto é apontado pelos entrevistados como um agente paralisador, como indica o relato de uma das entrevistadas:

Mesmo a gente acompanhando, a gente não tem ideia do que que é esse luto que essas pessoas sofreram. Você perder tudo e todo mundo que você conhece perder alguém. Eu acho que isso deixa as pessoas estagnadas e um pouco paralisadas, demora o processo até voltar a ter animação para fazer as coisas (Entrevistada E).

Nesse sentido, os entrevistados relatam que nos primeiros momentos pós-rompimento havia pouco espaço para mobilização social e ações coletivas locais.

5.2 Por trás da lama

Nenhuma sirene de alerta foi disparada antes deste mar de lama invadir a cidade mineira. O Brasil assiste de olhos arregalados as notícias do rompimento da Barragem 1 em Brumadinho e, neste momento, é impossível não se lembrar do ocorrido em Mariana quatro anos antes.

Em novembro de 2015 aconteceu o maior desastre ambiental da história do país e, até então, um dos maiores do mundo: o rompimento da Barragem do Fundão em Mariana. Entre as consequências do ocorrido têm-se: 19 mortes, milhares de desalojados, vilarejos destruídos, além da intoxicação de grande parte do Rio Doce. A lama tóxica matou ecossistemas e gerou a improdutividade de terras de plantio próximas ao rio, atividades produtivas de inúmeras famílias foram prejudicadas.

A Barragem do Fundão pertencia a mineradora Samarco e a Vale possui 50% do capital desta empresa. Diante do ocorrido, a Vale afirmou que não tinha nenhum envolvimento com a tragédia e o presidente da multinacional chegou a declarar publicamente que a Samarco era uma empresa independente com decisões próprias. Entretanto, pode-se considerar o envolvimento da Vale com a tragédia ambiental ocorrida em Mariana, já que ela possuía cinco cadeiras no Conselho Administrativo da Samarco, além de três cadeiras no Conselho de Governança. A Barragem do Fundão também era utilizada pela empresa mineira para despejar rejeitos de uma das suas minas próximas (RAGAZZI e ROCHA, 2019).

O fato gerou a suspensão das atividades da Samarco e uma instabilidade nas atividades econômicas da Vale, que resultou, nos primeiros meses de 2016 em uma queda de 5,6% no PIB de Minas Gerais. Entretanto, com o tempo a Vale se recupera e no primeiro semestre de 2018 a mineradora bate um recorde mundial, extraindo a maior quantidade de minério já extraída no espaço de tempo de seis meses (RAGAZZI e ROCHA, 2019). Até janeiro de 2019 a situação econômica e produtiva da empresa era extremamente favorável.

Enquanto o desastre em Mariana configurou o maior prejuízo ambiental já registrado, o desastre em Brumadinho teve um impacto social ainda maior, deixando 272 mortos. O evento do dia 25 de janeiro enquadra-se no conceito de desastre tecnológico e alguns dos aspectos tecnológicos que poderiam ter impedido ou mitigado o ocorrido serão abordados.

Além de gerar centenas de mortes, o mar de lama, que se espalhou pelo município ao meio dia e meia de uma sexta-feira, contaminou águas e solos, intoxicou o Córrego do Feijão e o Rio Paraopeba, destruiu casas da região do Córrego do Feijão e do bairro Parque da Cachoeira, além da Pousada Nova Estância. Neste contexto de horror, as rotinas de vida da sociedade civil de Brumadinho são drasticamente alteradas, fato que remete ao conceito de desastre levantado por Zhouri (2016). A rotina de 20% dos empregados formais da cidade (que trabalhavam no setor de Mineração) se alterou instantaneamente, a rotina dos pescadores e agricultores não são as mesmas devido ao impacto ambiental, a rotina dos que trabalhavam no comércio local ou no setor turístico também não. E, principalmente, alterou-se a vida cotidiana daqueles que convivem com o luto de uma perda humana irreparável.

Quando a mineração é afetada, toda a cadeia produtiva local também é, já que grande parte das atividades comerciais e de serviços prestados no município de Brumadinho estão diretamente ligados ao fluxo de pessoas, que é fruto do funcionamento da atividade mineradora no território. Esta dependência é um fator comum em pequenas cidades mineiras que possuem o extrativismo como principal fonte de receita.

“Não foi acidente!” é uma das expressões de ordem proclamadas pelos moradores da cidade e por militantes envolvidos com a causa: ela ecoava nas redes sociais e nos diversos canais de mídia que tratavam do assunto naquele momento. Percebe-se que após o rompimento da barragem houve uma intensa pressão popular, inflada pela imprensa, que cobrava um posicionamento do Estado e da empresa (RAGAZZI e ROCHA, 2019). Menos de 24 horas após o rompimento da barragem iniciou-se a primeira operação investigativa do caso.

Dentre inúmeros fatores investigados nas operações públicas, destacam-se aqui dois que indicam a negligência da empresa diante da tragédia ocorrida. O primeiro se relaciona com documentos enviados, em junho de 2018, para o Sistema Integrado da Agência Nacional de Mineração (ANM), que atestavam a estabilidade da B1. Nestes documentos o fator de segurança da barragem é apresentado como satisfatório e seguro, entretanto as investigações provaram o contrário. Descobriu-se que a barragem

tem um Fator de Segurança para liquefação em condição não drenada de 1,06, bem abaixo do índice de 1,3 registrado nas medições anteriores e considerado o mínimo recomendável pela literatura mundial do setor (RAGAZZI e ROCHA, 2019, p. 75)

Sabe-se que engenheiros e administradores da Vale tinham ciência deste fato desde novembro de 2017, além de terem recebido recomendações de buscar alternativas para aumentarem o Fator de Segurança (RAGAZZI e ROCHA, 2019).

O outro aspecto trata do Plano de Ação de Emergência de Barragens de Mineração que, segundo o deputado André Quintão, deveria ter sido acionado em 2018 diante de situações de instabilidade e do baixo Fator de Segurança e, assim, poderia, talvez, ter impedido ou mitigado a tragédia. O Plano previa o acionamento de uma sirene meia hora antes de um possível desastre, o que não aconteceu. Além disso, previa que no caso de um rompimento a sede administrativa e o restaurante seriam atingidos em menos de um minuto, o que de fato ocorreu. Porém, mesmo com esta previsão a empresa não se preocupou em reformar a sede e alterar estes espaços de lugar, ação que poderia ter diminuído significativamente as perdas humanas (RAGAZZI e ROCHA, 2019).

Ao saber do baixo Fator de Segurança, a empresa deveria ter se organizado de forma mais eficiente na busca de impedir que uma tragédia acontecesse. Ela poderia, por exemplo, utilizar dos princípios de precaução e de prevenção, visto que existia um potencial de risco e que os efeitos adversos deste risco já eram conhecidos com a incidência de tragédias anteriores. Além destes princípios, a administração de desastres conta com a elaboração do Plano de Emergência, que foi elaborado de forma eficaz pela Vale, entretanto, não foi utilizado de forma eficiente. O Plano previa danos similares aos que, de fato, ocorreram; mas essas previsões não foram utilizadas para prevenção e mitigação. Ademais o plano definia ações de alerta que não foram realizadas.

Ressalta-se que, tanto os documentos que buscam comprovar a estabilidade da barragem, quanto o Plano de Ação de Emergência de Barragens de Mineração foram aprovados pela Vale, bem como encaminhados/submetidos aos órgãos públicos responsáveis pelo licenciamento de atividades e pela fiscalização (como a Feam e a ANM). Com isso, diante os fatos apresentados, pode-se considerar que o Estado não realizou a contento seu importante papel regulatório.

5.3 Pós-desastre e atuação do Estado: regulação e assistência social

A legislação brasileira acerca da mineração e dos desastres causados pela atividade não acompanhou a expansão da mesma. Desde a época em que o país era uma colônia, a atividade já era de grande importância para sua economia. Além do

desenvolvimento e crescimento da mineração no país, com o tempo, o número de desastres relacionados com ela também aumentou. Entretanto, as primeiras normas federais que visam impedir ou diminuir os desastres relacionados com barragens só foram publicadas em 2010 (RAGAZZI e ROCHA, 2019), por meio da Política Nacional de Segurança de Barragens, instituída pela Lei Federal 12.334/2010.

Contudo, destaca-se ainda um aparato regulatório mais amplo relativo à proteção do meio ambiente, bem como de licenciamento e impacto de atividades, que inclui leis e normas não apenas federais, mas também dos níveis subnacionais.

Mesmo após a publicação da Lei 12.334, aconteceram inúmeros acidentes envolvendo barragens, entre eles o de Mariana em 2015. O Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), hoje Agência Nacional de Mineração (ANM), é o responsável por regular, outorgar e fiscalizar a atividade mineradora de acordo com as definições da Política Nacional de Segurança de Barragens. Entretanto, a fiscalização em nível nacional se resume, muitas vezes, em receber informações das mineradoras e aprova-las. Em um relatório do Tribunal de Contas da União, divulgado em 2016, é ressaltado que o papel de controle não é bem desempenhado pelo DNPM (RAGAZZI e ROCHA, 2019).

Após o episódio da barragem do Fundão, houve pressão popular e inúmeras cobranças para que o DNPM agisse no sentido de aumentar a fiscalização e a responsabilização das empresas mineradoras. Devido a essa cobrança popular houveram algumas mudanças, entre elas, a criação, em 2017, do Cadastro Nacional de Barragens de Mineração (CNBM) no Sistema Integrado de Gestão em Segurança de Barragens de Mineração (RAGAZZI e ROCHA, 2019). Entretanto, esta mudança no sistema nacional de informação não impediu que a história se repetisse e o rompimento viesse a acontecer em Brumadinho. Os relatórios de estabilidade, cheios de lacunas, e o Plano de Emergência da B1, foram enviados e aprovados no sistema.

O dia 25 de janeiro de 2019 foi manchete de diversas notícias e tema central de telejornais e, devido à sua magnitude, chegou a chamar a atenção também de canais de comunicação internacionais. Esta pressão midiática, somada a pressão popular, influenciou na publicação da Resolução 4 pela Agência Nacional de Mineração em fevereiro de 2019. A resolução proibiu a utilização de alteamento a montante (técnica usada em Fundão e no Córrego do Feijão) na construção de barragens no país; além de proibir a construção de restaurantes, escritórios e outras instalações parecidas nas delimitações que estão previstas de inundarem no caso de

rompimento de reservatórios. Outro fator que chama atenção na Resolução é a indicação de que ao analisar o Fator de Segurança de uma barragem deve-se utilizar as normas ABNT e os padrões internacionais como referência, coisa que não aconteceu na análise de estabilidade da B1 antes de seu rompimento (RAGAZZI e ROCHA, 2019).

Já as ações do governo do estado de Minas Gerais em Brumadinho podem ser subdivididas em três fases, sendo elas: a primeira fase do período emergencial que corresponde a aproximadamente até duas semanas após o rompimento da barragem, a segunda fase do período emergencial que é equivalente a até um mês após o rompimento e a fase do pós-desastre que é aproximadamente do segundo mês adiante.

Os primeiros momentos são protagonizados pelo Sistema de Defesa Civil do Estado, que é composto Defesa Civil, Polícia Militar, Bombeiros, Secretaria de Segurança Pública, SEDESE e outros órgãos estaduais. Além disso, segundo a literatura, este momento deve ser guiado por Planos de Emergência elaborados previamente, mas no caso de Minas Gerais os planos não atenderam de forma eficiente. Uma das primeiras ações estatais foi a criação de um Gabinete de Gestão da Crise que era responsável por elaborar as operações em Brumadinho. Depois focou-se nos seguintes pilares: acolhimento, provisão de ambiente físico e mantimentos, além de identificação de demandas emergenciais (ARAGÃO, 2019).

O acolhimento diz respeito a atender as vítimas e os familiares com uma perspectiva de proteção emocional e social, orientando-as psicologicamente e também em relação aos serviços socioassistenciais, deixando-lhes informadas acerca do contexto em que estão inseridas e esclarecendo seus direitos. A provisão do ambiente físico visa abrigar as famílias desamparadas e armazenar os recursos materiais utilizados na resposta imediata. Porém, no caso de Brumadinho, a maior parte das famílias não utilizou o alojamento público e foi abrigada pela Vale em hotéis e pousadas da cidade (ARAGÃO, 2019).

A maioria dos recursos materiais utilizados na resposta imediata foi proveniente de doações que chegaram de toda parte do país. Devido ao alcance das notícias, a sociedade civil mobilizou-se e organizou-se em diversos territórios acumulando um volume grande de mantimentos e outros materiais essenciais. Para melhor gestão das doações foi necessária a participação do Serviço Social Autônomo (SERVAS), uma ONG nacional, que auxiliou a Defesa Civil a gerir os mantimentos de

forma eficiente (ARAGÃO, 2019). Com isso, percebe-se que instituições da sociedade civil supriram papéis que deveriam ser do Estado, que não se mostrou adequadamente preparado para agir em situação de emergência, mesmo sendo um contexto que poderia ter sido previsto caso as barragens tivessem a fiscalização adequada.

Visando identificar as demandas emergenciais da sociedade civil de Brumadinho, o Gabinete de Gestão da Crise elaborou um questionário que foi aplicado no período emergencial. Além da identificação das demandas, o questionário auxiliou na identificação do público atingido, principalmente, no que tange à sua quantidade, composição e localização. Foi elaborada mais de uma versão do questionário e, posteriormente, gerou-se um banco de dados com as respostas obtidas. Apesar deste material não suprir a necessidade da criação de um cadastro posterior, mais detalhado adequado para um acompanhamento mais aprofundado da população atingida, o que de fato aconteceu foi que ele continuou sendo utilizado e o planejamento da elaboração de um cadastro mais complexo não foi cumprido (ARAGÃO, 2019).

Na segunda fase, as ações estaduais estão mais organizadas e é formado o Comitê Socioassistencial Intergovernamental composto por órgãos municipais e estaduais. Seu principal objetivo era alinhar as ações estaduais e municipais por meio de um bom planejamento, acompanhamento e monitoramento das ações públicas. O Comitê foi formado em um momento no qual a situação de emergência já estava mais branda, o que possibilitou maior coordenação das ações por meio de um Plano de Ação mais elaborado. Este Plano de Ação apresentava, inclusive, ações que eram de responsabilidade da Vale e, portanto, deveriam ser realizadas pela empresa e não pelos órgãos públicos. Com o tempo, o Comitê Socioassistencial Intergovernamental se desfez, mas as equipes estaduais mantiveram o assessoramento técnico às equipes municipais (ARAGÃO, 2019).

A fase denominada de Pós-Desastre foi definida por Araújo (2012), como o fim da situação de emergência e, por isso, é o momento de buscar a recuperação social, ambiental e econômica. Em virtude da magnitude dos danos gerados e visando a recuperação mencionada, o Comitê Gestor Pró-Brumadinho foi criado pelo Decreto Estadual nº 176 de 26 de fevereiro de 2019. Ele é formado por representantes de diferentes órgãos estaduais e é responsável pela coordenação das ações de recuperação social, ambiental e econômica no território. Suas ações são planejadas de forma intersetorial e objetivam oferecer transparência e facilitar a comunicação do

estado de Minas Gerais com os atores envolvidos. Segundo o site oficial do Comitê¹¹, o funcionamento da organização conta com reuniões com a sociedade civil organizada para prestação de contas, coletas de demandas e escuta de reivindicações (MINAS GERAIS, 2019). Contudo, ressalta-se que a composição do Comitê não conta com representantes da sociedade civil de Brumadinho, o que constitui uma limitação no tocante à participação social, ao não incluir as vozes dos atingidos nas decisões que lhes afetam.

A terceira fase ainda não foi encerrada, visto que a população de Brumadinho carrega danos provenientes da tragédia até os dias de hoje. O Comitê Pró-Brumadinho foi criado para pensar em medidas de médio e longo prazo, entretanto, uma de suas dificuldades relaciona-se com a falta de um cadastramento mais bem elaborado, que permitisse mapear de forma eficiente os danos e as demandas. Portanto, a participação social é de extrema importância neste momento, visto que ela permite uma aproximação do Estado com a sociedade civil, dando espaço para que grupos organizados vocalizem as demandas dos atingidos que ainda não foram identificadas.

Para além das ações já citadas, em fevereiro de 2019 foi formada a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) de Brumadinho na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. A CPI realizou inúmeras reuniões e audiências públicas, além de coletar 149 depoimentos de testemunhas, investigados e especialistas. As investigações culminaram em um relatório finalizado em setembro que pede a responsabilização criminal da Vale e de alguns funcionários (ALMG, 2019).

O poder público também desempenha papel importante por meio da Defensoria Pública e do Ministério Público, que assumem a função de canais de comunicação entre os atingidos e os poderes públicos. O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) atua em três núcleos (criminal, socioeconômico e socioambiental) e instituiu uma força tarefa para garantir medidas emergenciais de responsabilização pela tragédia e de reparação de danos aos atingidos, bem como atuou em negociação de acordos com a Vale, instituiu regras para a reparação, entre outras ações (MPMG, 2019). Já a Defensoria Pública representou atingidos em inúmeras ações judiciais que visam a uma reparação mais justa.

¹¹ <https://www.mg.gov.br/pro-brumadinho>

As audiências públicas constituíram as principais formas de participação social institucionalizada no caso de Brumadinho. Tem sido por meio delas que a sociedade civil do território tem conseguido algum espaço para participar das decisões acerca das políticas públicas e dos acordos de reparação entre o Estado e a Vale.

A população atingida sente falta da ampliação desse espaço e da instauração de outros. Em sua quase totalidade, os entrevistados não apostam no poder da participação institucional, apontam dificuldades e efetuam reclamações a respeito da postura das instituições em relação à escuta das vítimas. A fala do Entrevistado O ilustra a descrença de cidadãos brumadinhenses em relação à eficácia da participação popular institucionalizada:

Nós não acreditamos nos espaços institucionalizados, alguns de nós que começaram a ter alguma participação viram que ali era enrolação, não teve nada na prática, como continua não tendo. (...) Não tem um caminho institucional, o Estado, seja o Estado representado pelo município ou pelo estado de Minas Gerais ou governo federal, não tem interesse, não tem tempo e não acha importante a participação social. Nem a defensoria pública, defensoria da união, o Ministério Público estadual, o Ministério Público federal, que supostamente nos defendem, ouvem a gente ou conversam com a gente. (Entrevistado O).

Segundo a Entrevistada F, a falta de participação relaciona-se com o poder econômico das mineradoras e com a influência que elas exercem sobre os governos. Para ela, as mineradoras utilizam seu poder econômico para criarem relações corruptas com os membros das nossas instituições públicas e até mesmo com lideranças sociais.

Quando a gente fala de grandes empreendimentos minerários, nós temos todo um sistema por trás disso. Desde municípios e Estados, através dos órgãos licenciadores, até o próprio governo que acaba colocando ações que limitam a informação e participação social. Isso acontece pra manter ali, nos espaços decisórios, só as pessoas que eles conseguiram, de alguma forma, levar pra eles. Acontece suborno de liderança em troca de melhorias para a comunidade. Esse é um sistema corrupto e quem não entra nele fica fora dos processos participativos. (Entrevistada F).

Logo, percebe-se que as audiências públicas, apesar de recorrentes, não são o suficiente para promover uma participação popular real na gestão pública da pós tragédia em Brumadinho, como pontua a Entrevistada J:

Em relação ao Estado eu sei das Audiências Públicas, mas eu acho que são espaços ainda muito formais e de pouca abertura para vocalização. Tem uma coisa pulsante e efervescente acontecendo em Brumadinho, mas não acho que tem um protagonismo do Estado.

Pode-se considerar que os déficits de participação institucionalizada contribuam para as formas de participação social na sociedade civil. A insuficiência dos canais de participação institucionalizada faz com que a população precise se organizar, independentemente dos poderes públicos, na busca de reivindicar seus direitos, sendo ela a protagonista desse processo

5.4 Pós-desastre: a reparação insuficiente da Vale

Logo após o rompimento, o Espaço de Conhecimento em Brumadinho, um espaço da Vale que abriga projetos pedagógicos e esportivos da empresa, abrigou postos de atendimento da Defesa Civil, da Vale e do Ministério Público. Esses postos eram responsáveis pelos primeiros atendimentos às famílias que buscavam notícias dos entes desaparecidos. Segundo relato de uma articuladora social da Arquidiocese de Belo Horizonte e filha de uma das vítimas, nenhum dos postos montados para assistirem as famílias no dia do desastre sabiam dar notícias sobre o que de fato havia acontecido. Além disso, a desorganização fazia com que fosse necessário realizar o cadastramento do familiar como desaparecido diversas vezes, o que deixava o processo ainda mais sofrido (CONNECTAS, 2020).

Acreditava-se que a falta de informação ocorria pelo contexto de emergência somado à falta de conhecimento da própria empresa e das instituições sobre os detalhes do rompimento e o paradeiro de suas vítimas, já que a situação era, de fato, caótica. Entretanto, a falta de acesso a informações claras e confiáveis foi relatada, por mais da metade dos entrevistados, como uma questão que perdura até os dias de hoje.

Outro fato que não passou despercebido pelos atingidos e foi citado por parte dos entrevistados diz respeito às ações de publicidade da Vale. Segundo eles, a empresa trabalhou, junto com grandes canais da mídia, na propagação de uma narrativa pautada na ideia de desresponsabilização da mesma. Para Thiago Alves, membro do MAB, as propagandas pós-rompimento não são prestação de contas, já que não geram informação aos atingidos e às comunidades, não sendo feitas de forma objetiva (BRASIL DE FATO, 2019). A Entrevistada D, jornalista do Coletivo MICA, denuncia:

A Vale se apropriou de todas as narrativas em relação a Brumadinho (...) teve propaganda no jornal nacional de todas as coisas que eles tinham feito por Brumadinho, para poder formar uma opinião pública

positiva em relação a empresa. Nunca as pessoas de Brumadinho aparecem, elas mesmas falando.

Sobre o mesmo assunto a Entrevistada E comenta:

Eu acho que não existe uma escuta, uma honestidade e um interesse da empresa em cuidar da vida de quem está sendo atingido, porque se tivesse, todo esse dinheiro que está sendo gasto em compra de outdoor para silenciar a população, em compra de jornal local, em conchavo político e em gastar em propaganda na rede globo teria sido aplicado no que os próprios atingidos precisam.

Estima-se que as campanhas midiáticas tenham custado valores milionários e que essa estratégia, de utilizar a publicidade para transmutar a imagem da organização, não é novidade em conflitos com mineradoras. Após o rompimento de 2015 em Mariana, a Samarco também utilizou de propagandas na mídia visando melhorar sua imagem perante a sociedade e gastando valores absurdos com essa ação (BRASIL DE FATO, 2019). A Entrevistada D aponta semelhança nas posturas assumidas pela Vale e pela Samarco:

As empresas agiram da mesma maneira: escondendo informações, passando informações desconstruídas. Não davam acesso para as pessoas participarem... (Entrevistada D).

Aqui, é possível traçar um diálogo com a teoria em que Tilly (1995) discorre sobre a escolha do repertório de ação por grupos organizados da sociedade civil. O autor defende que a escolha das estratégias é influenciada pelas experiências de luta que abrangem o campo em conflito. E este caso mostra que, assim como os movimentos sociais, as organizações do outro lado do conflito também são influenciadas pelo histórico de ação das suas semelhantes.

Para planejar as ações de reparação financiadas pela empresa Vale ocorreu a criação da Diretoria Especial de Reparação e Desenvolvimento, que conta com centenas de funcionários que trabalham nas ações de reestabelecimento da sociedade afetada. A empresa criou um Programa de Reparação Integral que é formado por quatro frentes de ação: Social, Obras, Meio Ambiente e Segurança; e, segundo o site oficial da Vale, é caracterizado da seguinte forma:

Missão:

Reparar integralmente os danos às pessoas e territórios atingidos, com engajamento social e atuação transparente, sendo um vetor de aprimoramento das políticas e processos da Vale.

Visão:

Reparar até 2025 todos os danos às pessoas e aos territórios atingidos, nos aspectos ambientais, sociais e econômicos, com legados positivos, acordados e apropriados por estes territórios.

Objetivos:

Comprometer-se com a construção de acordos por meio de processos de diálogo que garantam a reparação integral a todas as pessoas e territórios atingidos;

Reparar os danos aos atingidos de forma digna e respeitosa;

Reparar ambientalmente os territórios atingidos;

Contribuir para a melhoria das condições de vida e do bem-estar nos territórios atingidos;

Fomentar a sustentabilidade econômica dos territórios atingidos;

Influenciar a melhoria das políticas e dos processos internos da Vale;

Influenciar a indústria da mineração como um todo, para adoção de processos e de práticas mais seguros. (VALE, 2019)

Na frente social, a principal ação é o Programa de Referência da Família, que visa garantir assistência aos atingidos e seus familiares, além disso, a mineradora destaca, como forma de reparação, as doações e indenizações que realizou. Em relação ao meio ambiente, ainda hoje, as ações são contínuas na tentativa de reparar a bacia hidrográfica do Rio Paraopeba. A frente de obra foi responsável pela conclusão da construção de estruturas de contenção de rejeitos, enquanto isso, a de segurança realiza a descaracterização de barragens que foram construídas com a técnica de alteamento a montante (mesma técnica que caracterizava a B1). Além das ações realizadas diretamente pela Vale, foi registrado o repasse de verbas para órgãos públicos e de doações de materiais e equipamentos para os mesmos (VALE, 2019).

Ademais, os Termos de Acordo Preliminar, determinados em audiência de conciliação e acordados pela força tarefa das instituições de justiça e a mineradora, definiram que os atingidos possuem direito a Assessoria Técnica Independente custeadas pela empresa Vale.

Nesse contexto, aconteceu uma Assembleia dos Atingidos e Atingidas, na qual houve participação de 21 comissões de comunidades atingidas pelo rompimento que definiram as três Assessorias responsáveis por produzirem, junto da comunidade atingida, diagnósticos de impacto do rompimento nas comunidades atingidas.

O processo de escolha das Assessorias foi definido pelas instituições de justiça e estabelecia um modelo com participação social através de 22 comissões reconhecidas pelo poder público e que representam os atingidos das diferentes

regiões e comunidades afetadas pelo desastre. Segundo um dos entrevistados esse processo é considerado uma conquista da pressão popular realizada pela sociedade de Brumadinho:

Uma das coisas que a gente conseguiu foi ter uma Assessoria Técnica, paga pela Vale, para os atingidos. A forma de escolha dessa assessoria foi muito importante, porque foi uma eleição que nós fizemos entre nós atingidos. Várias entidades se cadastraram para concorrer e quem votou foram as comissões de cada comunidade. (Entrevistado K).

O reconhecimento das comissões e a participação direta delas na escolha da Assessoria Técnica representa um certo avanço na participação da população nos processos decisórios. Porém, essas comissões não obtiveram espaço para continuarem atuando ativamente.

Na escolha das assessorias técnicas foram reconhecidas 22 comissões no território para participarem, mas passou esse processo acabou. As comissões e associações não servem para mais nada, só serviu para legitimar a assessoria técnica. (Entrevistada F).

“Engajamento social”, “atuação transparente”, “construção de acordos” e “processos de diálogos” são expressões encontradas no site da Vale para caracterizar o Programa de Reparação Integral. Entretanto, no que tange à participação social no planejamento e implementação dos Programas de Reparação realizados pela empresa causadora dos danos, a opinião de todos os entrevistados foi a mesma: “A participação social não existe” (Entrevistado O). Alguns relataram, ainda, que algumas ações da mineradora acontecem na busca de maquiagem essa situação e convencer a população e as instituições de justiça de que a participação existe. “Eles sempre não ouviram a comunidade. E quando eles ouvem, eles fazem de conta que ouvem e fazem do jeito que eles querem” (Entrevistada I).

Na opinião de uma das entrevistadas, que milita em prol do meio ambiente em uma Associação na região de Casa Branca desde 2011, a Vale utiliza dessa maquiagem desde antes do rompimento. Ela conta que:

no passado a associação tinha reuniões semanais com a Vale, (...) por meio da Diretoria de Relacionamento com a Comunidade. (...) Nessas reuniões a Vale apresentava seu teatro todo, a comunidade fazia seus questionamentos e não obtinha nenhuma resposta direta (...). Até que a comunidade cortou essa relação anos antes do rompimento, porque dali não saía nenhum fruto. Era uma coisa que a Vale usava para demonstrar que tinha um diálogo com a comunidade, mas na verdade ela não tinha, porque dali ela não mudava a atitude dela. (Entrevistada L).

Para além da falta de participação social, é perceptível uma insatisfação muito grande, por parte dos atingidos, em relação às ações da Vale no pós-rompimento. Insatisfação essa que foi, e ainda é, um dos impulsores das ações coletivas solidárias, reivindicativas e de protesto no território.

5.5 Primeiras ações coletivas

Um plantão do Jornal Nacional interrompeu a programação da TV Globo noticiando o rompimento da B1 em Brumadinho e, pouco tempo após o ocorrido, grande parte da população brasileira se compadecia com a tragédia.

As primeiras ações coletivas em torno do desastre consistiram, principalmente, em campanhas de arrecadação monetária e de doação de suprimentos básicos para a população atingida. Essa fase inicial é um momento de emergência e, por isso, pensava-se, primeiramente, em suprir itens de necessidade. ONGs e Associações diversas mobilizavam seus canais de comunicação em prol de campanhas de arrecadação, entre elas a Associação Nossa Cidade.

Segundo relatos dos entrevistados, a Associação Nossa Cidade criou um fundo monetário colaborativo no mesmo dia do rompimento. A decisão foi influenciada pela experiência de uma das associadas que havia acompanhando os desdobramentos do rompimento em Mariana, quatro anos antes. Ela se recordava que a captação de recursos realizada no momento inicial tinha grande alcance devido à comoção generalizada e, por isso, era de grande importância para viabilizar a construção de projetos futuros que visassem apoio às vítimas.

A Arquidiocese de Belo Horizonte foi outra organização que mobilizou seus membros em prol de Brumadinho. Desde os primeiros momentos, seus fiéis se organizaram e promoveram acolhimento espiritual às famílias, campanhas de doação de cestas básicas, roupas e outros itens, dentre outras ações que perduram até os dias de hoje.

O MAB também lançou, nos primeiros dias de pós-desastre, uma campanha de arrecadação, por meio da qual mobilizou seus militantes e líderes por todo o país em prol da mesma causa. Um dos entrevistados descreve que, para além de financiamento de suprimentos, os recursos arrecadados auxiliariam no envio de brigadas para o território. O objetivo principal era o de apoiar as famílias do município na garantia de seus direitos.

Ou seja, no primeiro momento tem-se ações coletivas de associações e organizações distintas, nacionais, estaduais, regionais e locais, pautadas em repertórios de assistência e apoio aos atingidos.

Na semana seguinte do rompimento, ocorre na região uma ação coletiva que chama a atenção de quem acompanha os acontecimentos da cidade. No dia 31 de janeiro, atingidos pela Vale se mobilizam e bloqueiam a estrada de escoamento da mineradora Ferrous, que atua em Serra Azul de Minas. O bloqueio acontece a cerca de três quilômetros de Brumadinho e foi articulado pela Frente Brasil Popular com o objetivo de paralisar os meios de locomoção da empresa em forma de protesto. Segundo um sem-terra presente na manifestação, o protesto serviu para denunciar a atuação das mineradoras e prestar solidariedade às vítimas de Brumadinho (BRASIL DE FATO, 2019). Nota-se aqui o bloqueio como um repertório de ação coletiva de confronto efetivo, no sentido de garantir visibilidade à causa dos atingidos.

O dia primeiro de fevereiro marca o sétimo dia após o desastre e, por esse motivo, é realizada na cidade uma celebração religiosa em homenagem às vítimas. O evento, para além do cunho religioso, conta com manifestações artísticas e discursos de denúncia contra a empresa responsável pelos danos.

Além dessa celebração, a Frente Brasil Popular, junto com o MAB, MST e outros movimentos e organizações sociais, articularam manifestações que denunciavam o modelo de mineração nacional em outras cidades do país. São Paulo, Governador Valadares, Belo Horizonte, Congonhas, Belém e Altamira são algumas dessas cidades. Ademais, o dia primeiro de fevereiro marca o dia da posse dos deputados estaduais eleitos em Minas Gerais. O que fez com que inúmeros manifestantes se reunissem na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em Belo Horizonte, em um protesto que reivindicava reparação e responsabilização justas.

Diferente do que ocorreu em Brumadinho, o motivo central das manifestações pelo país não era religioso. Tendo em vista que o contexto de Brumadinho diverge significativamente do contexto das outras cidades, as ações traçadas coletivamente nesses espaços são influenciadas por essa divergência. Mesmo a motivação, em sua essência, sendo a mesma – denunciar o modelo de mineração nacional e lutar pela reparação dos atingidos –, as circunstâncias variam.

No domingo, dia três de fevereiro, ocorreu a primeira ação coletiva protagonizada por um órgão público, endereçada à participação dos atingidos, ainda que de forma restrita – informativa e consultiva. O Ministério Público do Trabalho de

Minas Gerais organizou uma Assembleia, no centro de Brumadinho, que contou com a participação de sindicatos, movimentos sociais e moradores que atuavam nas minas do Córrego do Feijão. O objetivo da reunião era apresentar as medidas que estavam sendo tomadas pelo Ministério, esclarecer possíveis dúvidas e ouvir sugestões da população.

Outro evento semelhante ocorreu no dia cinco de fevereiro: uma reunião pública realizada no bairro Parque da Cachoeira com a presença de representantes do Ministério Público Federal e Estadual, além de representantes das Defensorias Públicas das duas instâncias governamentais. Somado aos representantes do poder público, havia representantes do MAB e da empresa Vale compondo a mesa do evento (SILVA, 2019). O objetivo dessa reunião era de negociar os auxílios emergenciais e, não havendo acordo nesse primeiro encontro, aconteceram outros quatro nos mesmos moldes. Além do MAB, associações que já existiam no território e comissões que, neste momento, começaram a se formar, participaram das reuniões de acordo emergencial, prenunciando a configuração de redes.

Essas são algumas das primeiras ações coletivas que foram motivadas pelo rompimento da B1. Os atores dessas ações variam entre atores nacionais experientes, atores locais experientes e novas lideranças e organizações do território. Sem pretender esgotar a constelação de atores coletivos que entraram em cena nos momentos subsequentes do desastre, o capítulo seguinte busca caracterizar os atores nacionais e locais atuantes em Brumadinho no contexto de pós-desastre e seus repertórios de ação coletiva.

6 OS ATORES COLETIVOS E A BUSCA PELA TRANSFORMAÇÃO DO LUTO EM LUTA

Sabe-se que o modelo de desenvolvimento nacional é baseado, principalmente, nas práticas de exploração de recursos naturais de forma que impacta significativamente o meio ambiente e as comunidades tradicionais. Conseqüentemente, é criado um campo de conflito envolvendo os atingidos, empreendedores (neste caso, minerários) e o Estado. Neste campo de conflito é visível o fomento que o Estado dá aos empreendimentos em detrimento das comunidades locais, e esse desequilíbrio de relação encoraja a formação de grupos organizados engajados no bem-estar dos atingidos (OLIVEIRA, 2018).

De acordo com a distinção feita por Habermas (1997), anteriormente referida, pode-se considerar que a Vale e o Estado (poderes nacional, estadual e municipal) fazem parte dos atores que ocupam instrumentalmente a esfera pública, enquanto os atores organizados da sociedade civil de Brumadinho participam da sua reprodução, na medida em que tematizam e enquadram as questões problemáticas, destacando injustiças, vulnerabilidades e desigualdades sociais. Nesse sentido, esses atores coletivos são, para Cohen (1999), fundamentais para o enfrentamento e redução das desigualdades.

Neste capítulo, serão abordadas as formas de participação não institucional no contexto de pós-rompimento em Brumadinho, seguindo o fio da última seção do capítulo anterior que se voltou para as primeiras ações coletivas da sociedade civil no momento do pós-desastre.

Essas práticas sociais representam, no contexto em questão, não apenas uma forma de enfrentamento das mazelas e problemas sociais, mas também uma forma de empoderar as comunidades atingidas e torna-las protagonistas sociais, ilustrando a perspectiva de Vieira *et al* (2009). Além disso, nota-se o possível fortalecimento de uma cultura democrática no município, já que os atores sociais locais passam a construir redes entre si e com atores externos de forma a reforçar a solidariedade social.

Grupos e organizações de diferentes níveis de formalidade (LUCHMANN, 2011) são estruturados de acordo com objetivos comuns compartilhados. Cada um desses grupos ou atores coletivos atua com repertórios de ações coletivas que são realizadas no intuito de alcançar o objetivo que os uniu.

Como posto anteriormente, segundo Tilly (1995), a definição do repertório é influenciada, principalmente:

a) pelas experiências de luta envolvidas no campo de conflito; que neste caso é a luta por direitos dos atingidos e a reivindicação de um novo modelo minerário;

b) pelo contexto em que os atores estão inseridos; nesse caso, pós-desastre, que pode ser considerado (na linha da teoria do processo político exposta) uma janela de oportunidade política para ação coletiva em decorrência da crise, passível de obtenção de apoio e recursos.

Nas seções seguintes serão indicados alguns dos atores coletivos atuantes em Brumadinho, as motivações de sua constituição e as principais linhas de atuação que compõem seus repertórios de ação. Para a abordagem dos repertórios de ação, tendo em vista sua sistematização analítica, foram consideradas as principais ações de cada um dos atores de acordo com as seguintes categorias:

a) Mobilização Interna: neste caso, se refere a realização de atividades destinadas à comunidade local, visando incentivar o engajamento dos atingidos. Objetiva-se a conscientização da população e a construção de diálogos e narrativas. Essas ações se relacionam com as funções integrativa e educativa da participação não institucional (PATEMAN, 1992), além de contribuir no empoderamento das comunidades (VALOURA, 2005).

b) Ações de Solidariedade: ações coletivas que assumem uma função de colaboração. Essas ações surgem, neste contexto, como um desdobramento da solidariedade social que, segundo Brugué *et al* (2003), é fortalecida por meio da participação.

c) Mobilização Legal: configura as ações das organizações da sociedade civil que utilizam de recursos judiciais como estratégia de luta (ZEMANS, 1983 apud LOSEKANN, 2013).

d) Representação Alternativa: papel desempenhado por organizações secundárias que representam os interesses da base social que está sendo subrepresentada (COHEN, 1999). No estudo de caso deste trabalho, temos representações alternativas coletivas formais e informais (LUCHMANN, 2011).

e) Ações de confronto: são performances contextualizadas em uma relação de confronto entre dois, ou mais, atores (ALONSO, 2012; TILLY, 2006). Neste caso, são ações realizadas pela sociedade civil em confronto com as estruturas de poder (Estado e/ou Vale). Essas ações podem ser de protesto ou reivindicadoras.

f) Articulação com outros atores coletivos: é considerada a dinâmica de cooperação e alinhamento que pode existir entre grupos de interesses que buscam influenciar os processos decisórios (DAHL, 1965). Com isso, as ações de articulação são aquelas de alinhamento entre diferentes atores coletivos que atuam em Brumadinho. Remete, também, à noção de redes que constituem suportes para os movimentos sociais (GOHN, 2010).

g) Ações de Cunho Informativo: se relacionam com a função educativa da participação apresentada por Pateman (1992) abarcando as dimensões individuais e coletivas de aprendizagem. Nesse contexto, elas se materializam, principalmente, como oficinas e cursos de formação voltados para a comunidade atingida. Também remetem ao empoderamento, podendo se relacionar com a mobilização da comunidade local.

Nas seções seguintes abordam-se os atores coletivos atuantes em Brumadinho no contexto pós-desastre, analisando-se sua trajetória, atuação e repertórios de ação. Os movimentos sociais e associações civis abordadas foram agrupados em atores atuantes no âmbito nacional e atores locais. No caso dos atores nacionais estarão em foco o MAM e o MAB, privilegiados neste trabalho pela sua presença e atuação em Brumadinho desde o primeiro momento, mas também, em especial, pelas suas pautas de ação voltadas para a mineração e seus impactos.

6.1 Atores organizados em nível nacional

A expansão do neoextrativismo é acompanhada da expansão dos campos de conflito, o que fez com que surgissem atores coletivos, como os movimentos sociais que colocam em causa, e em foco, o modelo de mineração dispersado no país.

A atuação dos movimentos sociais é de grande importância na garantia e proteção dos direitos das comunidades atingidas, pois possui um forte caráter democrático e contribui na incorporação das vozes de atores diversos no planejamento de políticas. Ademais, surgem no país formando “verdadeiras redes de atores sociais mobilizados em torno deste problema” (REIS, 2006, p.19).

Com a formação destas redes, atores de nível nacional mobilizam-se para atender demandas urgentes de nível local, como é o caso de Brumadinho. Em consequência, após o rompimento da B1, atores de diversas regiões se deslocaram para atuar diretamente no território atingido, o MAB e o MAM são exemplos disso. Ambos são movimentos sociais que buscam, entre outros pontos, criar uma pauta nacional de discussões e influenciar no planejamento e implementação de políticas públicas que possam diminuir os impactos e reparar os danos causados ao meio ambiente e às populações das regiões atingidas (GONÇALVES; MENDONÇA, 2015).

Além disso, o MAB e o MAM reinventam-se continuamente na criação de pautas coesas e na criação de dinâmicas de luta, beneficiando, assim, as populações que representam (GONÇALVES; MENDONÇA, 2015). Apesar de serem organizados e articulados em âmbito nacional, esses dois movimentos atuam de forma descentralizada, pois cada localidade possui suas especificidades sociais, ambientais e econômicas, mesmo existindo traços comuns entre todas elas. Com isso, “passam a formar lideranças locais e intensificar suas lutas em diversas localidades através da realização de eventos e parceria com outras organizações de cunho social” (OLIVEIRA, 2018, p. 23).

Eles trabalham em diversas frentes, a primeira é por meio da mobilização interna das comunidades atingidas pelas barragens e pela atividade mineradora. Isso é feito através de ações que, voltadas para as comunidades, apresentam a elas seus direitos; discutem a importância de ações coletivas e organizadas em movimentos sociais; apresentam o movimento; e identificam os impactos sofridos naquele território. A partir disso, expõem as demandas do movimento à comunidade e aos governantes para, em seguida, serem organizadas ações mobilizadoras de confronto, como alguns atos coletivos que visam denunciar problemas e apresentar demandas locais para a mídia, governantes e sociedade civil. Além das ações mobilizadoras e reivindicadoras citadas acima, esses dois atores nacionais também atuam na construção de soluções. Isso ocorre, por exemplo, por meio da participação em espaços institucionalizados e da elaboração de cartilhas e manifestos. As vivências da população atingida influenciam na construção de soluções reaplicáveis e criativas (OLIVEIRA, 2018).

Ademais, o repertório de ações destes movimentos sociais também inclui meios de mobilização legal que significa, segundo Zemans (1983 *apud* Losekann, 2013), a utilização, pela sociedade civil, de recursos judiciais como estratégia de luta.

6.1.1 Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB

Por meio de vivências locais e regionais, o Movimento dos Atingidos por Barragem surgiu na década de 1980, na região do Rio Grande do Sul. Desde sua criação enfrenta os impactos e as agressões sofridas na implementação de barragens. Inicialmente atuava de forma regionalizada e, com o tempo, expandiu-se, vindo a se tornar um movimento nacional. Os membros do grupo acreditam que o MAB é fruto de uma construção coletiva e se auto definem como

um movimento de caráter nacional, autônomo, de massa, de luta, com rostos regionais, sem distinção de cor da pele, gênero, orientação sexual, religião, partido político ou grau de instrução. Somos uma organização com participação e protagonismo coletivo em todos os níveis. Nosso objetivo é organizar os atingidos por barragens (antes, durante ou depois da construção dos empreendimentos) (MAB, 2019).

Sua luta apoia-se em quatro pilares principais: direitos humanos, energia, água e barragens. O primeiro existe em resposta a negação de uma série de direitos às populações atingidas, pois foi diante dessa negação que as lutas do MAB se firmaram, possibilitando a efetivação de alguns direitos que antes eram inexistentes, como: reassentamento, indenizações, auxílios emergenciais, entre outros.

O pilar da energia diz respeito a luta por um projeto energético popular, na defesa de que “água e energia não são mercadorias”. É reivindicado o uso da água e energia de forma soberana, com distribuição de riqueza e controle popular, além de pautar a mudança da matriz tecnológica na busca de fontes renováveis. Em relação à água, o movimento a compreende como um direito humano fundamental e, por isso, não deve ser mercantilizada. O MAB visa enfrentar e derrotar todas as tentativas de privatização da água e reverter os processos já privatizados.

A implementação e operação de barragens, na maior parte, para abastecimento de água, geração de eletricidade e acumulação de rejeitos, têm gerado consequências negativas e impactado o meio ambiente e a vida de comunidades. Portanto, a pauta de luta do movimento perpassa a busca por um modelo minerário menos predatório e uma política nacional de barragens mais responsável.

Hoje em dia, o MAB é reconhecido por grande parte da sociedade, das instituições de justiça e dos governantes como representante das comunidades atingidas, o que facilita sua participação em espaços institucionalizados, além da sua inserção em diferentes territórios. Assume, assim, o papel de grupo intermediário (DAHL, 1965) entre os poderes públicos e os atingidos, na linha de Dahl (1965) ou,

ainda, de representante de segmentos sociais e vocalizando suas demandas, na linha de Warren (2002).

Assim que ocorreu o rompimento da barragem no Córrego do Feijão, representantes do MAB chegaram à Brumadinho para atuar em defesa dos atingidos. O papel desempenhado pelo MAB no território divide algumas opiniões, mas a sua importância na conquista de avanços nas bandeiras levantadas pelo território é inegável. O Entrevistado K evidencia o papel de grupo intermediário, e de representação, afirmando que:

As instituições de justiça estabeleceram diálogo com o MAB e através dele a gente conseguiu colocar nossas questões e, por isso, conseguimos respostas mais rápidas. (...) se não fosse a articulação do MAB talvez a gente não estaria onde estamos hoje. (Entrevistado K).

Ele também descreve que a chegada do movimento antecedeu a chegada dos bombeiros e que, logo nas primeiras horas após o evento, o movimento já havia construído postos de atendimento às famílias. Sendo assim, as primeiras ações do MAB na fase inicial do período emergencial foram: o envio de brigadas para o território; o atendimento e amparo às vítimas; e uma campanha de arrecadação de recursos e alimentos, que mobilizou simpatizantes da causa em todo o país.

De acordo com a Entrevistada M “o MAB buscou trazer toda a experiência acumulada na luta” ao traçar a estratégia de atuação que seria utilizada em Brumadinho. Ela descreve quais são os principais repertórios de ação do movimento no território, que aqui serão sistematizadas em:

a) ações de solidariedade, por meio de arrecadação de alimentos e organização de cozinhas comunitárias;

b) mobilização legal, já que participaram da construção de ações civis públicas que reivindicam direitos dos atingidos;

c) representação dos atingidos por meio de participação nos espaços institucionalizados, como exemplos: participando de audiências públicas e acompanhando a CPI, que ilustram a participação indireta abordada por Warren (2002);

d) mobilização interna da comunidade local, construindo espaços institucionais de diálogo com as famílias e organizando assembleias nas comunidades

atingidas “para informar a população sobre sua experiência e os danos, organizando a população no movimento” (Entrevistada M).

e) repertórios de confronto, por meio da organização e realização de atos públicos, sendo eles de protesto (como a marcha de um ano do crime e outros) ou com caráter mais reivindicatório;

f) articulação com outros atores coletivos, nacionais e internacionais. Foram feitas denúncias internacionais junto à ONU e à OEA, e articulação com diversas organizações da sociedade civil nacionais;

A respeito da relação do MAB com o Estado e com a Vale, a entrevistada afirma que

A pauta do MAB com essas instituições é para cobrar as reparações e exigir que crimes como estes não aconteçam mais; aí entra a cobrança de políticas de garantia de direitos, no caso do Estado, políticas de segurança das barragens, punição a empresas que cometem crimes socioambientais, como a Vale, etc. (Entrevistada M).

A atuação do Movimento dos Atingidos por Barragens em Brumadinho estende-se até os dias de hoje, sendo que atualmente sua luta principal é por um plano de recuperação e reparação dos danos, e acontece por meio da pauta estadual e da ação civil pública.

6.1.2 Movimento pela Soberania Popular na Mineração – MAM

O Movimento pela Soberania Popular na Mineração surge em lutas amazônicas, mais especificamente, em campos de conflito em torno da expansão da mineração na região de Carajás. Nestes campos de conflito os camponeses, quilombolas, indígenas, ribeirinhas e caboclas lutam contra projetos de mineração que causam danos a eles e ao meio ambiente.

A organização do MAM começou, de fato, em 2012 no estado do Pará, com o objetivo de enfrentar um projeto minerário da empresa Vale em Carajás. Um grupo de militantes ligados a Articulação da Via Campesina Brasil sentiu necessidade de criar um movimento que pautasse exclusivamente questões minerárias. Com isso, surgiu o MAM, que se define como um “movimento popular não conjuntural” e que luta, junto das massas espoliadas e organizadas da mineração, pela soberania popular na mineração.

As principais pautas do movimento são: organizar e mobilizar o povo que está em conflito com a mineração (independente do seu contexto local) e discutir o modelo mineral vigente no país, na busca de construir um “Projeto Popular para o Brasil”. Atualmente ele se organiza em nove estados e no Distrito Federal, pois acreditam que apenas com a organização popular é possível construir a proposta de um novo modelo minerário que beneficie todo o povo brasileiro e represente a soberania popular sobre os bens minerais (MAM, 2019). Conforme o Entrevistado N, o MAM

se faz presentes nos territórios para discutir a questão do capital mineral e, também, para propor soluções, porque diante de todos os cenários, desde quando surgiu a mineração no país, é o mesmo modelo de mineração (Entrevistada N).

Suas ações são pautadas, principalmente, em ações mobilizadoras e ações articuladoras. A mobilização é feita internamente, tendo em vista repertórios de confronto, por exemplo, através da promoção de cursos de formação com a base, organização de assembleias populares e de outros espaços de diálogos para levar informação até os territórios e para aprenderem com eles. Já que “quem sabe do conflito na íntegra é só quem vivencia” (Entrevistada N). Durante estes diálogos é definido o que é a mineração e quais os impactos que o território está sofrendo.

O MAM chegou em Brumadinho dois dias após o rompimento da B1 e sua estratégia, segundo a Entrevistada N foi a de ir com uma brigada de solidariedade. A intenção era permitir que os sujeitos do território fossem os protagonistas das ações e, por isso, as principais atividades do movimento foram realizadas na tentativa de criar relações de confiança e diálogo com os atingidos, além de contribuir na articulação e na mobilização dos atores que estavam envolvidos naquele processo. Os membros do MAM realizaram visitas às casas dos atingidos, ampararam famílias, realizaram congressos e participaram e acompanharam as audiências públicas.

É importante ressaltar que o MAM, juntamente com o MAB, faz parte de uma rede já articulada de atores que se envolvem em pautas nacionais acerca da mineração e seus danos. Com isso, as ações articuladoras do MAM em Brumadinho eram realizadas em conjunto com o MAB e com grupo e atores coletivos locais, inclusive a construção de uma Articulação chamada Somos Todos Atingidos e Atingidas. Como descreve a Entrevistada N:

Nesse cenário de buscar junto com os atingidos as indenizações e a justiça de tudo que aconteceu, a gente se articula com diversos atores.

(...) A gente decidiu, desde o início, que não faríamos ações separadas desses sujeitos, porque a gente entende que somos todos atingidos e que separando as lutas não ganhamos força. Para ganhar força era preciso estar junto com esses sujeitos que tinham legitimidade para propor e construir coisas.

No que se refere às relações do MAM com a Vale e com o Estado, durante sua atuação em Brumadinho, a entrevistada afirma que a relação com o Estado é mediada pelos Ministérios Públicos e pelas Defensorias Públicas em um processo de negociação. Enquanto isso, a Entrevistada N destaca que: “a única relação que a gente sempre teve e sempre vai ter com a VALE é a relação de conflito”.

6.2 Atores coletivos locais

Como já foi dito, o desastre em Brumadinho deixou a cidade em luto e fez com que seus moradores entrassem em um certo estado de suspensão em relação ao ocorrido. Com o desaparecimento de, aproximadamente, 300 pessoas, muitas famílias choravam pelos seus entes queridos, fazendo com que faltasse energia e força para atuarem de forma reivindicativa nos primeiros momentos.

Por isso, as primeiras ações coletivas e grupos organizados locais surgiram com o objetivo de promover ações de solidariedade. Moradores do território, que não haviam sido atingidos diretamente, se mobilizaram em solidariedade aos que estavam passando por necessidades urgentes. Em relação a isso, o Entrevistado C relata:

Eu presenciei vários movimentos, desde grupos ajudando no resgate de vítimas, doações, suporte psicológico, acomodações, entretenimento... No início foi o que mais ocorreu, muitas pessoas tentando ajudar de diversas formas. (...) uma tragédia como a de Brumadinho surge nas pessoas um instinto de solidariedade e empatia assim aparece alguns movimentos, que vem com intuito de suprir algumas lacunas do setor público. (Entrevistado C).

Entretanto, à medida que o tempo foi passando a sociedade civil de Brumadinho começou a sentir necessidade de atuar na busca por justiça e isso foi feito por meio de associações e de grupos informais.

Passados os primeiros meses, várias pessoas que estavam mais fortalecidas emocionalmente e que antes do rompimento não tinham um papel reivindicador junto à comunidade passou a ter. Surgiram vários grupos independentes de associações e qualquer institucionalização, para buscar os direitos. (Entrevistada F).

Nesse momento os moradores buscaram pessoas que já eram referência na cidade como atuantes nas áreas sociais ou na reivindicação de questões ambientais na região. O Entrevistado K relata que “quando aconteceu o crime as

peças procuraram suas referências e os movimentos que já existiam ficaram mais fortes”. Como é o exemplo da Entrevistada F, que afirmou:

Logo após o rompimento a gente ainda estava perdido com a dimensão de tudo que aconteceu. Como eu já trabalhava com projeto social muitos já me conheciam no território e me procuravam perguntando o que a gente podia fazer. (...) várias associações que já existiam, mas estavam adormecidas, vieram à tona e permaneceram mais unidas do que estavam antes do crime.

Além do fortalecimento dos grupos que já existiam, novos grupos foram criados, aumentando o número de movimentos e associações locais. O surgimento desses atores coletivos exerceu uma função educativa e integrativa no território, onde a população passou a se engajar em questões de cidadania, bem como vivenciaram a participação a partir dos próprios processos participativos. A Entrevistada G descreve esse fenômeno e os motivos que ela acredita que o motivaram:

Surgiram muitos grupos e lideranças populares! Acredito que a sociedade civil foi se organizando, primeiro por um instinto de sobrevivência, ao se deparar com tamanha destruição e sofrimento, após a tragédia/crime, e em segundo para ser ouvida nas suas demandas de reparação de danos, e também por desacreditar que a empresa criminosa e autoridades públicas cuidariam sozinhas de suas necessidades pós-rompimento.

Nas próximas seções será abordado o surgimento e a atuação de novas lideranças sociais e novas ações coletivas no território. Além disso, será discutida a atuação de grupos que já existiam, mas que ressignificaram seu papel devido ao contexto. Destaca-se o relato da Entrevistada F, ao afirmar que

existe hoje em Brumadinho a atuação de associações que já existiam no território, juridicamente constituídas e a atuação de grupos de pessoas que se juntaram, após rompimento, para defender o interesse da sua comunidade (Entrevistada F).

As descrições e análises variam de acordo com a disponibilidade de informação sobre cada uma das ações e organizações, sendo que na elaboração desta pesquisa foram entrevistados membros de alguns destes grupos organizados, como exposto no capítulo metodológico. Embora, obviamente, a pesquisa não tenha esgotado o rol de atores organizados em Brumadinho, tem-se um conjunto representativo de organizações da sociedade civil no momento pós-desastre¹².

¹² Uma lacuna relevante refere-se às ONGs vinculadas à Igreja Católica, que a despeito das tentativas realizadas não foi possível entrevistar.

Em relação aos atores vinculados à Igreja Católica ressalta-se que a Arquidiocese de Belo Horizonte foi mencionada em entrevistas. A entidade é a responsável pela região de Brumadinho e, portanto, atua

6.2.1 Associação João Fernandes: Aceita Um Café e Olhar-te Brumadinho

O Aceita um Café é um projeto de caráter voluntário e solidário que foi idealizado por duas moradoras de Brumadinho, em parceria com a Associação João Fernandes do Carmo, após o rompimento da B1.

A Associação João Fernandes do Carmo atua no território desde sua criação em 1956. Ela é uma associação em defesa dos direitos sociais, tendo como objetivo o incentivo à educação, saúde e assistência social (ASSOCIAÇÃO JOÃO FERNANDES DO CARMO, 2018). Com isso, além de promover ações sociais, ela auxilia no financiamento de ações promovidas pela sociedade brumadinhense, como é o caso do projeto Aceita um Café.

O grupo de executores e idealizadores deste projeto social não possui CNPJ e não se reconhece como ONG, associação ou movimento. Além disso, não possui nenhuma relação com o Estado ou com a Vale. É um grupo independente e pouco formalizado, mas que já atendeu diversos atingidos por meio de suas ações. Conforme a Entrevistada A, os projetos “tem como objetivo propiciar momentos de partilha, diálogo e formação ao povo brumadinhense, duramente afetado pela tragédia-crime da Vale”.

A ação principal consiste em montar uma mesa de café em espaços públicos, convidar a população para lanchar e dialogar sobre temas variados. Além da partilha do café, é realizada uma atividade de bordado com quem está presente. Segundo a Entrevistada A, o intuito é o de acolher as pessoas e escuta-las, criando uma relação de escuta e diálogo com os atingidos.

Além do Aceita um Café que existe desde fevereiro de 2019, o grupo responsável por esse projeto criou, em setembro de 2019, o projeto Olhar-te

no território de forma solidária desde o dia do rompimento, até os dias de hoje. Por representar a igreja e possuir um posicionamento considerado apolítico, a Arquidiocese possui uma certa facilidade na mobilização de doações, além de agilidade em criar relações de confiança com os atingidos. A Arquidiocese trabalha em parceria com a PUC Minas e, juntas, elas realizaram diversas atividades no território. Segundo as estatísticas divulgadas por eles, as iniciativas da Arquidiocese em Brumadinho beneficiaram 2300 pessoas diretamente e 12800 indiretamente. Sendo que os principais eixos de sua atuação são: educação, gestão, assessoria jurídico-contábil, amparo psicossocial e sócio comunitário, saúde animal, saúde humana e socioambiental (ARQUIDIOCESEBH, 2020). O principal foco deste ator no território é atuar por meio de ações de solidariedade e acolhida espiritual. Sendo que, além das doações, as principais atividades foram a celebração de sétimo dia do desastre e a organização da romaria que marcava um ano do desastre. Entretanto, também são promovidas ações de articulação com outros atores coletivo, além de ações de cunho informativo. Foram organizadas reuniões entre ongs e a Igreja na busca de discutir ações conjuntas de apoio à comunidade atingida, além de seminários tratando do assunto. Ademais, projetos de extensão da PUC Minas ofereceram oficinas de gestão financeira e empreendedorismo para os comerciantes e administradores locais.

Brumadinho. Este projeto tem um caráter menos voluntário, visto que alguns dos executores recebem uma ajuda financeira pelo seu trabalho.

O Olhar-te Brumadinho é feito, também, em parceria com a Associação João Fernandes do Carmo, como o Aceita um Café, e é patrocinado por uma indústria alimentícia. Além disso, esse projeto tem apoio da Secretaria de Cultura e Turismo de Brumadinho. Seus quatro eixos principais são: história e patrimônio regional; educação pela arte; apoio psicossocial e transformação. Ele busca valorizar as identidades locais, fortalecer os laços de pertencimento, desenvolver habilidades socioemocionais, gerar formação ética e estética, e principalmente acolher os atingidos. Isso é feito por meio de oficinas artísticas para crianças e adolescentes, orientadas por temas sobre história e o patrimônio regional de Brumadinho. Ou seja, as ações de ambos os projetos são ações solidárias e de mobilização local, já que cria espaços de diálogo e de formação para os atingidos.

No contexto atual, com a situação pandêmica no país, as atividades do Aceita um Café estão paralisadas, enquanto as do Olhar-te Brumadinho estão acontecendo de forma remota.

6.2.2 Associação Nossa Cidade e a Aliança Regenerativa

A Associação Nossa Cidade é uma ONG de Belo Horizonte, criada há cinco anos com o objetivo de “empoderar comunidades, profissionais e lideranças, fomentando a descoberta e compartilhamento de conhecimentos, talentos e recursos, para gerar melhoria de qualidade de vida” (ASSOCIAÇÃO NOSSA CIDADE, 2017). Hoje em dia ela atua em quatro cidades mineiras, inclusive Brumadinho, que começou a ser uma das cidades atendidas a partir do ocorrido em janeiro de 2019.

Como associação a gente ajuda estes ativistas locais a atuarem com três elementos: um é o conhecimento por meio de tecnologias sociais (...), outro elemento é o de talentos que é a mobilização das pessoas para atuarem nas suas próprias cidades, e o terceiro elemento é o elemento dos recursos. (Entrevistado B).

No dia 25 de janeiro de 2019 se iniciou, entre os associados, uma mobilização via WhatsApp na qual era discutido o desastre e as possibilidades de ações que a Associação poderia assumir para ajudar a cidade. Entre os associados presentes na discussão, uma havia atuado em ações coletivas em prol de Mariana cinco anos antes e, influenciada por sua vivência, propôs que fosse criado um fundo comunitário da Associação Nossa Cidade para a arrecadação de recursos que

poderiam ser utilizados em ações futuras. No mesmo dia, a campanha foi criada e conquistou um grande alcance.

A partir disso, era preciso decidir qual seria o repertório de ação da Nossa Cidade em Brumadinho. Essa escolha foi influenciada pelas vivências de outras ações coletivas (da participante que já havia experienciado ações em prol de Mariana) e pelo contexto particular do território, pois foi decidido que a atuação em Brumadinho seria diferente do que já acontecia nas cidades em que a Associação trabalhava.

Definiu-se que “A Nossa Cidade era guardiã de um recurso que seria usado para possibilitar ações de uma aliança, que era uma aliança de associações da sociedade civil” (Entrevistado B). Com isso, foi criada a Aliança Regenerativa de Brumadinho.

A Aliança visa regenerar o território e, para fazer isso, a Nossa Cidade convidou “outras associações e organizações para cooperar e trabalhar juntos, porque é um desafio tão grande que isoladamente nenhuma organização tem capacidade de fazer” (Entrevistado B). A regeneração é feita através do financiamento de projetos que são escolhidos por uma “equipe de curadoria”, que é formada por alguns associados da Nossa Cidade, além de participantes de outros grupos organizados de Brumadinho.

É um fundo comunitário onde a própria comunidade faz a gestão, ela escolhe os projetos e ela propõe os projetos. A gente acredita que com esse fundo é possível mobilizar as pessoas da cidade a atuarem diretamente no desenvolvimento que elas querem, ao invés de ficarem numa posição passiva e só esperando que a solução caia pelo governo ou por algum agente externo. (Entrevistado B).

Portanto, as ações são pautadas, além da solidariedade, na mobilização interna da comunidade local e articulação com outros atores coletivos locais. Hoje em dia, além da atuação dos projetos regenerativos, foi incorporado o financiamento de projetos relacionados ao combate à Covid-19 no território.

É importante ressaltar que a atuação da Associação e da Aliança independem da Vale e se relacionam com o Estado na medida em que o Ministério Público, ao saber da criação do fundo, procurou os responsáveis para se inteirar das associações e participar de alguns processos.

6.2.3 Amigos de Brumadinho – ADB

O Amigos de Brumadinho (ADB) é uma instituição beneficente que surgiu no dia seguinte do rompimento da B1, porque segundo o Entrevistado C: “Não podíamos ficar de longe vendo tudo desabar. E não ficamos”.

Um grupo de amigos se uniu e ocupou o espaço de uma loja no centro da cidade, que serviria de ponto de apoio para os atingidos. Ali seriam recebidas doações que chegassem à cidade, além de ser um espaço onde as pessoas poderiam ser abrigadas, se higienizarem e se alimentarem.

Vendo o descaso dos pontos de apoio públicos o suporte do “Amigos de Brumadinho” leva a ajuda até as pessoas que estão física e mentalmente incapacitadas de fazer a viagem até o local dos apoios, cerca de 1 hora do acidente (ADB, 2019)

Com o passar dos dias, a mobilização aumentou e o ADB também cresceu, ocupando um espaço ainda maior e se organizando em cinco frentes de atuação: doar; reconstruir; capacitar; voluntariar; entreter, educar e cuidar (ADB, 2019).

Foram diversas as atividades realizadas até o momento. Perto de um ano e quatro meses, mais de 3500 pessoas foram ajudadas, tivemos 17 ações sociais, 13 cursos, workshops e oficinas, 4 casas reformadas e ainda temos muitos projetos para nossa cidade (Entrevistado C).

Passado o período emergencial a atuação do Amigos de Brumadinho continuou, e hoje suas principais ações são: oferecer tratamento psicológico, oficinas para as crianças, promover eventos de diversão e atendimento nos bairros mais afetados, oferecer cursos profissionalizantes aos atingidos. Ou seja, o grupo se apoia, principalmente, na promoção de ações solidárias para as vítimas da tragédia.

O ADB possui um grande reconhecimento perante a sociedade civil local e não local, sendo que maior parte de seus membros e de seus colaboradores são jovens. Parte desse reconhecimento é proveniente de um engajamento potente realizado pelas redes sociais, onde o grupo utilizou, principalmente, da rede social Instagram para alcançar pessoas que assumem o papel de influenciadoras na rede. Esse alcance possibilitou uma mobilização e sensibilização significativa em prol das ações solidárias realizadas pelo grupo.

Hoje em dia este ator coletivo é formalizado por meio de CNPJ, mas os participantes objetivam formalizar o grupo como uma Associação para aumentarem sua estrutura e maximizar suas ações, visando transformar o grupo informal e coletivo

em um grupo formal e coletivo. Além disso, não possuem relação com a Vale e nem com o Estado.

6.2.4 Flor Amarela

O projeto Flor Amarela já era idealizado por um grupo de mulheres que frequentavam a cidade desde antes da tragédia, até que o corrido fez com que a ideia se concretizasse em ações coletivas.

Inicialmente, a ideia do projeto era de trabalhar com questões de empoderamento e empreendedorismo feminino. Entretanto, o repertório de ação foi alterado quando elas analisaram o contexto do território e entenderam que era um contexto de luto. Com isso, foi decidido que, naquele momento, as ações com foco no acolhimento deveriam ser prioridade. O encontro do grupo “é o lugar do abraço, de dar as mãos. É para sentir que pertence a um coletivo, poder trocar sentimentos, poder chorar...”, conforme a Entrevistada J.

É uma iniciativa que busca estimular o empoderamento e a construção de uma visão de futuro junto e para mulheres que foram impactadas pelo rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão, em 25 de janeiro de 2019 (FLOR AMARELA, 2019).

Hoje os principais objetivos das idealizadoras com o projeto consistem em: estimular encontros entre as mulheres do território, gerando auto reconhecimento e reconhecimento coletivo do universo feminino; promover empatia e sororidade; mobilizar as mulheres atingidas, estimulando o associativismo e a participação política das mulheres nas esferas decisórias; descobrir e estimular talentos e possibilidades produtivas. Por fim, mitigar os efeitos psicossociais negativos provenientes do desastre, que é hoje o objetivo mais importante.

“O grupo enxerga no engajamento popular, na potência feminina e no acolhimento sincero grandes fontes de transformação” (FLOR AMARELA, 2019). A busca por esse engajamento perpassa pela promoção de ações que, apesar de terem um caráter solidário de acolhimento, causam mobilização interna.

As principais ações realizadas por esse ator coletivo são: rodas de conversa, oficinas e palestras. Artistas, e outras profissionais que lidam com o luto, são convidadas para ministrar o encontro e, além de acolher, busca-se respeitar e ressaltar a individualidade de cada vítima presente. Hoje, os encontros são feitos de

forma virtual, devido o isolamento social recomendado pela Organização Mundial da Saúde, por motivos da pandemia do Covid-19.

O Flor Amarela é um dos projetos regenerativos que receberam ajuda de custo da Aliança Regenerativa de Brumadinho. Ademais, evitou qualquer tipo de relação com a Vale e com o Estado, pois acreditavam que isso poderia afastar o público e dificultar a construção de uma relação de confiança com as mulheres.

6.2.5 AVABRUM

A Associação dos Familiares de Vítimas e Atingidos da Tragédia do Rompimento Da Barragem Mina Córrego Feijão Brumadinho (AVABRUM) foi constituída durante uma assembleia popular no dia nove de agosto de 2019 e é uma organização sem fins lucrativos e sem cunho político partidário (AVABRUM, 2020). Ela foi idealizada e formada exclusivamente por moradores de Brumadinho diretamente atingidos, já que seus membros são, majoritariamente, familiares de vítimas do desastre.

Em entrevista para o Ministério Público de Minas Gerais a criadora da Avabrum ressalta o protagonismo feminismo dentro da associação:

A Avabrum é resultado da força da mulher que não desiste. São irmãs, mães, esposas. Mulheres que estão na luta. Nós já fomos para a Alemanha para fazer a denúncia contra a Tüv Süd e estamos fazendo tudo o que podemos para que haja justiça. Por causa dessa luta toda, a gente não conseguiu ainda nem entrar no luto. Na realidade, na nossa vida, é um pouco de luto e muito de luta todo dia. (MPMG, 2019).

Seu objetivo principal é reunir e organizar os atingidos na luta por seus direitos e interesses, ou seja, possui um caráter de confronto por agir de forma a reivindicar as demandas dos atingidos. Isso é feito, principalmente, por meio de mobilização legal (através de ações e requerimentos junto das instituições de justiça) e representação dos atingidos em espaços institucionalizados (participando de comissões e comitês), sendo que ela se enquadra na classificação de Luchmann (2011) como representação alternativa formal e coletiva.

Suas ações são, principalmente, pautadas nos meios legais possíveis para a mobilização dos interessados e sensibilização governamental. Com isso, a Associação auxilia os associados a obterem, perante o Poder Público e a Vale, todas as informações pertinentes ao sinistro, além disso, defende seus Associados perante os órgãos públicos em Geral, por meio de seus advogados (AVABRUM, 2019).

A AVABRUM foi a organização da sociedade civil do território mais citada como referência na busca por direitos dos atingidos, durante as entrevistas realizadas para este trabalho¹³. O que demonstra, de certa forma, a conquista efetiva de um reconhecimento como representante das vítimas.

6.2.6 Comitê Popular da Zona Rural de Brumadinho

O Comitê Popular da Zona Rural de Brumadinho foi criado no dia 14 de fevereiro de 2019 e é formado por moradores da zona rural de Brumadinho e representantes de diversos setores (comércio, turismo, agricultura, entre outros). Não é formalizado juridicamente, mas foi reconhecido pelo Ministério Público durante o processo de escolha das assessorias técnicas independentes¹⁴.

A Entrevistada F, uma das fundadoras do comitê, define-o como um movimento social aberto, onde participa qualquer um que se identificar e tiver interesse. Sua luta é pela reivindicação dos direitos dos atingidos e por uma reparação justa. Ademais, uma de suas bandeiras principais é a de participação social e, por isso, o grupo reivindica a participação popular nos processos decisórios, utilizando as palavras de ordem: “Nada por nós sem nós!”.

Com caráter reivindicativo, o Comitê posiciona-se frequentemente frente o Estado e à Vale, levando as pautas e demandas dos atingidos, com foco nas pautas dos moradores da zona rural e suas especificidades. Seu repertório de ação é amplo e constituído, sobretudo, por:

a) mobilização interna da comunidade da zona rural de Brumadinho, pois o comitê cria espaços de diálogos para construir pautas e pensar em estratégias;

b) ações mobilizadoras de confronto, promovendo manifestações reivindicadoras e protestos que chamam atenção da mídia, do poder público e da Vale. Alguns dessas ações foram marchas e, após a pandemia do Covid-19, carreatas;

c) mobilização legal, por meio de ações e requerimentos junto das instituições de justiça que pautavam a participação social e a reparação justas dos

¹³ Para fins de pesquisa e elaboração deste trabalho a AVABRUM foi procurada por meio dos seus telefones formais e e-mail. Entretanto, o pedido para entrevistar algum membro da associação não foi atendido.

¹⁴ O Processo de escolha das assessorias técnicas independentes foi descrito de forma mais detalhada no capítulo 5.4 deste trabalho.

danos. Além disso, o grupo protocolou, junto ao Ministério Público, os manifestos e documentos produzidos;

d) representação dos atingidos da zona rural, se enquadrando em representação alternativa coletiva informal, pois, mesmo sem formalização, o comitê é reconhecido pelo Ministério Público como uma das 22 comissões do território, além de participar de assembleias e audiências públicas;

e) ações de cunho informativo, através da produção independente de estudos e relatórios que levantam os impactos do rompimento da B1 nas atividades econômicas e qualidade de vida das comunidades rurais. Além disso, o movimento cria materiais para divulgação de informações referentes aos processos judiciais e ações da empresa Vale e compartilham nos grupos de WhatsApp da comunidade. Ao lado do cunho informativo, essas atividades auxiliam na mobilização da população.

f) articulação com outros atores coletivos; o Comitê se articula, principalmente, com associações de bairros de Brumadinho, mas também participa de eventos, manifestações e da produção de manifestos com inúmeros grupos organizados da região. Inclusive, participa como movimento social da articulação Fórum dos Atingidos e Atingidas pelo Crime da Vale.

As ações sofreram algumas alterações no contexto atual, onde as reuniões deixaram de ser presenciais para acontecerem virtualmente e as últimas manifestações organizadas aconteceram nas redes sociais ou em formato de carreata.

O Comitê se relaciona com o Estado por intermédio do Ministério Público e da Defensoria Pública, e não possui nenhum tipo de relação com a Vale. Segundo a Entrevistada F: “O comitê nunca teve nenhum acordo ou negociação com a Vale, a gente nunca procurou a empresa e quando ela tentou nos procurar nos cortamos. Porque a gente não quer negociar com a causadora de danos”.

6.2.7 Eu Luto - Brumadinho Vive

Eu Luto – Brumadinho Vive é uma articulação que foi criada no dia 28 de janeiro de 2019 e é formada por pessoas atingidas pelo rompimento da mina no Córrego do Feijão. É um grupo organizado de pessoas que optou por não criar registro de pessoa jurídica e não se definirem como movimento social ou associação; eles são

orientados pelas premissas de que “Somos todos atingidos!” e de que o ocorrido na cidade é um crime socioambiental e empresarial.

O grupo é uma articulação entre pessoas atingidas e, também, entre atores coletivos. Conta com o apoio da ONG Abrace a Serra da Moeda, que já atuava na região, do programa de extensão da UFMG Polos de Cidadania e do programa de pós-graduação em administração da PUC. A ideia do Eu Luto – Brumadinho Vive é construir uma rede de apoio a curto, médio e longo prazo, que possa assessorar as famílias atingidas nas áreas psicológica, social e jurídica (Entrevistada I). Além disso, pode-se considerar que visa a fomentar o protagonismo dos atingidos, valorizar vínculos comunitários e fortalecer os atores e lideranças locais (SILVA, 2019). Ainda conforme Silva (2019, p. 2):

A articulação iniciada a partir de 28 de janeiro, denominada EU LUTO – Brumadinho Vive, visa fomentar a centralidade, autonomia e protagonismo das pessoas, famílias e comunidades atingidas pelo rompimento da barragem, assim como valorizar os vínculos familiares e comunitários e proporcionar atenção e cuidados a todas as pessoas, famílias e comunidades atingidas. A ideia é constituir um espaço agregador, com o objetivo de fortalecer os atores e lideranças da região.

Ademais, o grupo luta pela reparação dos danos ambientais, civis e trabalhistas e por uma responsabilização criminal. É um ator coletivo organizado de forma pouco burocrática, possuindo uma estrutura fluida e pouco definida. Inicialmente, foram criados, metodologicamente, cinco grupos temáticos de trabalho compostos por profissionais de várias áreas, são eles: grupo de comunicação, grupo social, grupo jurídico, grupo de memória e grupo de meio ambiente e tecnologia.

Entretanto, com o tempo, a formação de grupos temáticos foi se alterando de acordo com as demandas dos atingidos e com o contexto local. Com isso, três dos entrevistados deste trabalho participam do Eu Luto e não souberam informar a quantidade de membros da articulação e a quantidade de subgrupos ativos e atuantes neste momento¹⁵

Dessa forma, devido à sua fluidez, este ator coletivo não possui repertórios de ação rígidos e bem definidos. Seus repertórios perpassam por diversas ações heterogêneas em constante mudança. Apesar disso, é possível definir que as principais atividades realizadas pelo Eu Luto perpassam por ações solidárias e por ações de mobilização interna da comunidade local.

¹⁵Essa informação precisa também não foi encontrada em nenhuma página oficial da articulação.

Principalmente durante o período emergencial, logo após a tragédia, foram elaboradas inúmeras ações solidárias, onde o grupo promoveu arrecadação e distribuição de doações. Além disso, foram promovidas ações de apoio psicológico que perduram até hoje. No que tange à mobilização da comunidade local, podem-se destacar os inúmeros encontros e reuniões organizados pela articulação e as manifestações que são organizadas frequentemente pelo coletivo na busca por reivindicar direitos ao Estado e à Vale.

6.2.8 Associação Comunitária da Jangada

Jangada é uma comunidade que faz parte de Casa Branca, região rural de Brumadinho, e “é uma comunidade que historicamente tem seus direitos violados pela mineração e pelos empreendimentos das mineradoras” (Entrevistada L), pois na região se encontram a mina do Córrego do Feijão e a Mina da Jangada. Em 2011, os moradores da Jangada perceberam que a captação de água da região estava afetada e decidiram se reunir para planejarem o que fazer coletivamente em relação a isto. Daí, surgiu o Movimento Águas e Serras de Casa Branca e a Associação Comunitária da Jangada, dois grupos parceiros e articulados entre si.

A Associação existe há quase dez anos, mas foi depois do rompimento da B1 que os moradores mais a valorizaram.

Depois do rompimento da barragem temos várias situações né, porque no primeiro momento a sociedade se comove muito com aquilo e começa a valorizar aquelas pessoas que já lutam e falam sobre aquilo há muito tempo. (...) infelizmente, para as pessoas entenderem a importância do nosso trabalho, precisou acontecer um crime como aconteceu aqui. (...) Com o rompimento da barragem nos tornamos mais evidentes para o público geral, mas é um trabalho de uma década. (Entrevistada L).

Desde sua criação, o grupo luta pelo fim da minero dependência na região, levantando bandeiras em defesa das águas, do meio ambiente e das comunidades afetadas pela atividade mineradora. Suas ações sempre foram pautadas, principalmente, na mobilização legal; mobilização interna da comunidade; mobilização por meio de ações reivindicadoras e de protesto; e articulação com outros atores coletivos.

A partir do desastre, a Associação alterou um pouco seus repertórios de ação, já que agora seu objetivo mais urgente consiste na luta pela reparação integral e na luta para que as minas da Jangada e do Córrego do Feijão não voltem a ser

operadas, pois, de acordo com a Entrevistada L: “primeiro que é um desrespeito muito grande ela voltar a atuar no território que ela destruiu e segundo que ela coloca em risco uma riqueza hídrica sem precedente”.

Portanto, atualmente, o foco das ações da Jangada é pautar os danos causados pelo rompimento por meio de manifestações e articulação com os atores locais e nacionais. Além disso, a Associação representou a comunidade em Assembleias Públicas para os atingidos e como uma das comissões no processo de escolha da assessoria técnica independente.

A mobilização legal é feita por meio de denúncias junto aos Ministérios Públicos e à Assembleia Legislativa de Minas Gerais, enquanto a mobilização interna da comunidade acontece com a organização de eventos, assembleias populares e promoção de atividades de conscientização em escolas e espaços públicos do território.

No que tange às ações de confronto, a Associação da Jangada participa e organiza manifestações como protestos e atos reivindicatórios. A articulação com outros atores existe por meio da atuação conjunta com o Movimento Águas e Serras de Casa Branca e do apoio que recebe de movimentos e grupos nacionais e internacionais.

É um trabalho constante e bem elaborado, a gente conta com várias instituições que nos apoiam e dão todo o suporte. Como o movimento Águas e Serras de Minas, a Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale. (...) várias instituições nacionais e internacionais dão apoio e suporte nessa luta, que é uma luta da humanidade pela sobrevivência, contra o capital. (Entrevistada L).

6.2.9 Coletivo MICA

O Coletivo Mica é um coletivo que atua na área de comunicação e foi criado em junho de 2015 com os objetivos de fomentar os valores identitários e culturais; e contribuir na consolidação da cidadania por meio de ações ligadas à arte, à cultura e à comunicação social. O grupo é formado, principalmente, por atuantes na área de jornalismo e realiza diversos projetos em diferentes territórios, com foco em comunidades vulneráveis.

A ideia é que as pessoas entendam a questão do Direito a Comunicação e como que essa comunicação, no que diz respeito a garantia de direito deles, é uma ferramenta muito poderosa para eles conseguirem o que eles querem e entenderem como que essa

empresa atua utilizando essas ferramentas de comunicação e silenciamento e como isso interfere na luta deles. (Entrevistada E).

Após o rompimento da Barragem do Fundão, o MICA passou a atuar na região de Mariana, visando “dar voz às pessoas atingidas” (Entrevistada D). Lá o Coletivo realizou diversos trabalhos e projetos, adquirindo uma experiência em se relacionar com comunidades atingidas por empreendimentos minerários e desastres tecnológicos. Devido a essa experiência, pouco tempo após o rompimento no Córrego do Feijão, o Coletivo MICA foi convidado para participar de um encontro em Brumadinho, organizado pela Aliança Regenerativa, que reuniu diversos atores coletivos que trabalhavam com projetos sociais e que poderiam atuar, de alguma forma, no território atingido. Neste encontro a equipe do MICA decidiu que executaria alguns projetos na cidade, além de se comprometer em auxiliar a Aliança Regenerativa em toda a parte de comunicação.

Segundo as entrevistadas D e E, o fato de ter trabalhado em Mariana colaborou para que o coletivo decidisse quais seriam seus repertórios em Brumadinho, possibilitou o reaproveitamento de alguns materiais e facilitou a execução das ações planejadas.

A atuação do MICA em Brumadinho pode ser dividida em três segmentos principais: noticiar o que acontece no território de acordo com a versão dos atingidos; parcerias com atores locais, assumindo o setor de comunicação dos projetos de outros grupos; informar os atingidos acerca dos seus direitos e do papel da comunicação por meio de entrega de materiais informativos e oficinas de formação.

A principal oficina ofertada pelo coletivo é a de Formação de Repórter Popular, que visa ensinar técnicas de jornalismo para os atingidos na tentativa de que eles possam usar a comunicação como mecanismo de luta. Com isso, o coletivo acredita incentivar a criação de uma rede de comunicação entre: os atingidos de diferentes territórios, a sociedade civil e as autoridades. Este projeto compõe um dos projetos regenerativos da Aliança Regenerativa e não possui nenhuma relação com o Estado ou com a Vale.

Ou seja, os repertórios de ação deste ator coletivo compõem-se, majoritariamente, por: mobilização interna dos atores locais, articulação com outros atores e ações de cunho informativo.

6.2.10 Somos Todos Atingidos

“Somos Todos Atingidos” é uma articulação local que nasceu da união de movimentos sociais e associações que se identificam e que, durante a atuação no pós-rompimento em Brumadinho, representavam interesses comuns. Também reúne qualquer interessado em debater os danos resultantes do desastre tecnológico, além de discutir sobre todo o sistema minerário existente no país. O grupo visa colaborar com a organização popular na região de Brumadinho, com o entendimento de que todos são, de alguma forma, atingidos.

O surgimento do Somos Todos Atingidos foi a partir de uma reunião convocada pela Frente Brasil Popular, que é uma articulação nacional de atores coletivos que se autodenominam de esquerda e buscam, por meio da mobilização popular, promover reformas estruturais, defender os direitos humanos, ampliar a democracia, entre outros objetivos. Dentre as organizações participantes da Frente Brasil popular têm-se: o MAM, o MAB e o MST.

Segundo o Entrevistado O, membro da Somos Todos Atingidos, o principal objetivo da articulação é “lutar pelos direitos dos atingidos pelos crimes da Vale”. Isso é feito por meio de ações, majoritariamente, de confronto (tanto de protesto como reivindicadoras) e ações de mobilização interna. A mobilização interna acontece através da construção de espaços de diálogos que visam, principalmente, a construção de uma mesma narrativa.

A gente trabalhou muito a narrativa para mostrar que, se de um lado a grande imprensa e a própria Vale ia falar de tragédia, nós construímos uma narrativa de que não se tratou de tragédia, mas sim de crime! (...) Que na verdade não foi uma tragédia, já sabiam que ia acontecer e fizeram a opção de não parar a produção independente se ia matar. (...) Era mais lucrativo não parar a produção. (Entrevistado O).

Já as ações de confronto consistem na participação e organização de manifestações reivindicadoras e protestos. A articulação Somos Todos Atingidos atua em Brumadinho em parceria, principalmente, com o MAB, MAM e com o MST. Ela luta por participação popular nos processos de decisão acerca da reparação da empresa causadora dos danos e não possui relação formal com o Estado e nem com a Vale.

6.3 Uma síntese: atores coletivos e repertórios de ação

O quadro-síntese seguinte ilustra o levantamento realizado na pesquisa, indicando repertórios de ação predominantes na atuação de cada um dos doze atores coletivos abordados, a partir das categorias definidas na seção 6.1.

Quadro 2 – Atores Coletivos atuantes em Brumadinho e seus principais repertórios de ação

Atores Coletivos	Mobilização Interna	Ações de Solidariedade	Mobilização Legal	Representação Alternativa	Ações de Confronto	Articulação	Ações de Cunho Informativo
MAB	X	X	X	X	X	X	
MAM	X	X				X	
Aceita um café	X	X					X
Aliança Regenerativa	X	X				X	
ADB		X					
Flor Amarela	X	X					
AVABRUM			X	X			
Comitê Popular da Zona Rural	X		X	X	X	X	X
Eu Luto - Brumadinho Vive	X	X					
Jangada	X		X		X	X	
MICA	X					X	X
Somos Todos Atingidos	X				X		

Fonte: Elaboração própria.

Como o Quadro 2 indica, os atores coletivos examinados recorrem na maioria dos casos a repertórios de ação plurais, que podem inclusive incluir ações de mobilização interna, que se marcam por práticas de participação e de deliberação; ações solidárias; e repertórios de confronto, que incluem manifestações e protestos.

Uma característica dos atores coletivos contemporâneos, na linha de Cohen e Arato (1992), refere-se à pluralidade na orientação e no escopo das ações que esses atores revelam. Suas ações podem encampar práticas de mobilização e organização, ações solidárias, representação em espaços de participação institucionalizada, repertórios de confronto, dentre outros examinados. No sentido da amplitude dos repertórios de ação, destaca-se o MAB, que constitui um movimento social com uma longa trajetória, e o Comitê Popular da Zona Rural.

Um outro ponto a ser sublinhado refere-se às articulações e/ou redes de atores coletivos que se fizeram presentes nas narrativas, e são mesmo constitutivas de alguns dos atores analisados, como o Somos Todos Brumadinho. As redes e articulações de um lado fortalecem cada um dos atores coletivos envolvidos, e de outro lado, criam uma maior potência mobilizatória e reivindicatória decorrente das conjunções de atores.

O capítulo seguinte examina essas conexões, redes e articulações destacando a construção de significados compartilhados que se revelaram nas entrevistas, a partir de temas e pautas recorrentes.

7 RELAÇÕES ENTRE ATORES E A CONSTRUÇÃO DE UMA NARRATIVA E DE AÇÕES COMUNS

Como já foi posto, sabe-se que o contexto de pós-rompimento em Brumadinho configura-se como um campo de conflito, principalmente, no que tange a relação entre as organizações da sociedade civil e a empresa Vale. Este campo de conflito ou de confronto é constituído por vários atores, sendo que, entre eles existem atores coletivos da sociedade, grandes empreendimentos do setor privado e atores do setor público.

É notável a presença de diversos interesses, conflitantes ou alinhados, e múltiplos determinantes de distribuição de poder; que podem ser abordados a partir do pluralismo de Dahl (1995). Nessa perspectiva, os atores desse campo de conflito buscam influenciar os processos decisórios em uma dinâmica de alinhamentos e disputas, essas relações foram observadas nas falas de grande parte dos entrevistados e, por isso, serão discutidas neste capítulo.

Além disso, o capítulo aponta questões recorrentes que se colocaram nas entrevistas realizadas e que remetem a uma narrativa compartilhada em suas grandes linhas. Nesse sentido, cabe retomar o papel da construção e compartilhamento de significados. Como visto, de acordo com Melucci (1995) os movimentos sociais e suas redes sociais informais constroem e compartilham significados, constituindo, assim a base para suas ações coletivas e identidades coletivas, que são (re)configuradas a partir de negociações internas e externas, e de seu reconhecimento externo, por outros atores.

7.1 Alinhamento e disputas no campo local

Brumadinho conta com um tecido associativo amplo e plural, pois possui inúmeras associações e diferentes movimentos sociais atuantes, além da presença de outros coletivos e ONGs. Com isso, os diferentes atores da sociedade civil assumem interesses convergentes e, também, interesses conflitantes. Portanto, eles constroem relações de parceria, na busca pelos seus objetivos comuns, e de disputa, pelos recursos e espaços disponíveis.

Como exposto anteriormente, os pluralistas indicam que os atores coletivos atuam por meio de ações estratégicas e competitivas na busca da realização de seus interesses. Nessa linha, pode-se considerar que, além dos interesses comuns de todos os atingidos, existem os interesses de cada comunidade ou grupo específico, e

os interesses individuais de cada atingido isoladamente. Ademais, existem as limitações dos espaços de representação e participação institucionais, que impulsionam disputas e conflitos entre os interessados em ocupa-los.

Outro ponto importante de ser destacado, diz respeito ao reflexo do contexto político nacional no âmbito local. A polarização política existente em nível nacional faz com que atores atuantes no território entrem em conflito devido a desavenças e convicções políticas. Sobre isso a Entrevistada E afirma:

A gente já vive em uma sociedade em que a gente não pensa muito no benefício de fazer aliança ao invés de fazer competição. A gente já tem essa cultura como sociedade. Têm, também, a questão das relações de poder, a gente tá num momento político que têm uma polarização de direita e esquerda acima de qualquer coisa.

Nesse sentido, pode-se constatar uma rivalidade devido às diferentes ideologias políticas, gerando uma desconfiança que dificulta a cooperação entre as organizações, pois tem-se a percepção de que as ações coletivas possuem um fundo político partidário. O relato da Entrevistada A evidencia esse ponto: “As pessoas acabam ficando muito ressabiadas e desconfiadas de quem que está fazendo a ação. Qual o interesse político por trás daquilo? Porque culturalmente é uma questão que está posta aqui”.

A questão da disputa entre os atores foi um assunto recorrente e perceptível durante as entrevistas realizadas para este trabalho. Outra fala que ilustra isso é a do Entrevistado B, ao discutir sobre a dificuldade da construção de uma aliança comum:

A gente sente dificuldade de entender a dinâmica das organizações da sociedade civil, não tem sido fácil criar uma aliança com outras organizações. A impressão que dá é de no próprio território ter uma dificuldade de diálogo e de cooperação entre os atores. (...) Eu consigo enxergar muita rivalidade entre as organizações.

Na mesma direção se coloca a fala da entrevistada D, ao descrever um pouco do que presenciou durante sua participação em ações coletivas no território: “a gente escuta das pessoas de lá que há uma disputa, parece que as pessoas querem ser donas de ações, em um momento que isso não faz o menor sentido, só desagrega”.

Essas disputas surgem nas relações dos atores locais entre eles mesmos e, principalmente, entre os atores de nível local em relação aos de nível nacional.

Localmente o impacto da disputa é o aumento da fragmentação das organizações e das ações coletivas, como descreve a Entrevistada I:

Tinha pessoas que estavam no grupo com a gente, criavam caso e saíam pra montar um grupinho deles. Aí ficou aquele monte de grupinho separado, que na verdade quando faz a análise todos convergem com a mesma finalidade.

Em relação ao conflito entre os atores locais e os atores nacionais, o principal motivo, de acordo com a análise das falas dos entrevistados, é a disputa pela participação e reconhecimento nos espaços institucionalizados, visto que os atores nacionais já possuem um reconhecimento pré-estabelecido perante os entes públicos. Em relação a isso, o Entrevistado O argumenta que:

tem muita xenofobia, os daqui atacam os de fora (...) quando chega, por exemplo, o MAB, um movimento de renome e atuação e experiência, ele sofre muito, porque a população vê como “ah tá querendo tomar o nosso protagonismo”.

Enquanto Silva (2019) escreve sobre o mesmo tema por outra perspectiva:

O MAB vem sendo colocado em diversos espaços públicos e institucionais como representantes dos atingidos pelo rompimento da barragem em Brumadinho (...) reforçando a exclusão da sociedade civil local nesses processos de resolução de danos e conflitos (SILVA, 2019, p. 14).

Paralelamente às relações antagônicas, também são observados alinhamentos entre os atores coletivos. Como já posto, há a perspectiva de que a participação fortalece a criação de redes e identidades coletivas (BRUGUÉ, FONT e GOMÁ, 2003). Considerando as redes como suportes para os movimentos sociais (GOHN, 2010), destacam-se as relações de cooperação que ficam claras na configuração de articulações e na construção de ações envolvendo mais de um ator coletivo no território. Ao lado disso, a análise das entrevistas permitiu que fossem identificados traços comuns que remetem à construção de uma narrativa compartilhada predominante entre os atores. Como já posto, a partir de Melucci (1996), a construção de significados compartilhados pelos atores e suas redes consiste em um processo de negociações internas e externas, que constitui a base para identidades compartilhadas.

No caso em foco, destaca-se a aproximação dos atores e a construção de significados comuns. O principal desses significados – presente nas narrativas compartilhadas do pós-desastre - aponta para os atores dominantes, neste caso a Vale, como perpetuadores de injustiças sociais.

No contexto de Brumadinho, as negociações ocorrem, principalmente, em assembleias populares organizadas pela sociedade civil no território. Nestes espaços informais ou pouco formalizados, os diversos atores alinham os significados e negociam as ações conjuntas.

Além disso, a internet, por meio do WhatsApp e outras redes sociais, possui um papel importante neste processo, já que nessas plataformas digitais foram criados importantes espaços de diálogo entre os atingidos. Os grupos de WhatsApp, por exemplo, são o meio em que grande parte dos atingidos possui acesso às informações sobre as ações da Vale e do Estado, e é também através deles que os atores divulgam suas ações coletivas. A utilização dessa plataforma foi citada, por diversos entrevistados, como instrumento de mobilização e de articulação com outros movimentos e associações. Embora estes espaços virtuais tenham sido utilizados anteriormente, essa utilização foi potencializada no pós-desastre e, em seguida, a partir da pandemia do Covid-19.

A Entrevistada I é uma das que comentam sobre a existência destes grupos e as diversas utilidades atribuídas a eles: “Tem muitos grupos do WhatsApp para discutir Brumadinho, muitos mesmo. Uns grupos só para desabafar, uns mais políticos, outros só de informação”.

Segundo o Entrevistado B, a cooperação existe para viabilizar o alcance dos objetivos dos atores e, por isso, a articulação Aliança Regenerativa convidou diversos atores para trabalharem em parceria: “Um dos objetivos da Aliança é chamar outras associações e organizações para cooperar e trabalhar juntos, porque é um desafio tão grande que isoladamente nenhuma organização tem capacidade de fazer”.

A Articulação Somos Todos Atingidos também é um exemplo de articulação criada para fortalecer a luta, onde diferentes atores coletivos optaram por construir e defender uma mesma narrativa, além de pensarem em ações conjuntas. Somado a essas duas articulações, existe o Fórum dos Atingidos e Atingidas pelo Crime da Vale, que é formado por comitês e associações de bairros.

Além das articulações, o território já presenciou inúmeras ações coletivas realizadas em cooperação, como os eventos de Sétimo Dia, a Romaria de Um Ano de Desastre e outros eventos e manifestações. No que tange às ações solidárias, também foi perceptível um alinhamento, de forma que as doações transitavam entre os diferentes atores e ações de distribuição eram elaboradas em conjunto. Sobre esse contexto, a Entrevistada E comenta: “Quando você entra na área de projetos sociais

você começa a conhecer pessoas e grupos onde um ajuda o outro, forma uma rede de contatos.”

No que tange à construção de uma narrativa comum, as entrevistas evidenciaram a existência de uma mesma opinião acerca da atuação da empresa Vale, de forma que a fala de membros de diferentes movimentos e associações convergiam. Também é notável um discurso crítico similar sobre o modelo de mineração vigente. Além da convergência e recorrência de significados, nota-se que as mesmas palavras e expressões são utilizadas por entrevistados de diferentes organizações.

Outro ponto convergente entre a maior parte dos entrevistados é sobre a relação dos atores da sociedade civil com a Vale, indicando, inclusive, a falta de participação social dos atingidos no Programa de Reparação Integral da Vale. Mais além, os atores recorrentes tematizam a resposta (insuficiente) da empresa diante das ações coletivas.

7.2 Desdobramentos das ações coletivas: a resposta da Vale diante da participação não-institucional

Como já foi posto, a Vale é um dos componentes do campo de conflito estruturado em Brumadinho, principalmente, no pós-rompimento. Ela é o alvo de grande parte das ações de confronto que constituem os repertórios dos atores coletivos atuantes no território. A resposta da empresa diante das ações coletivas foi pautada por vários dos entrevistados para este trabalho e será discutida nessa seção.

As ações coletivas surgiram em Brumadinho em reação ao desastre tecnológico que envolve a empresa Vale, onde as ações individuais eram insuficientes para cumprirem o objetivo esperado pela sociedade civil (SILVA, 2019). Os movimentos sociais atuantes nesse contexto colocam em xeque o modo de dominação social proveniente do modelo minerário nacional. Sendo que, nesse modelo, os dominadores são os grandes empreendimentos mineradores, o que faz com que os interesses das duas partes envolvidas no confronto - aqui não se considera a parte do Estado - sejam antagônicos.

De um lado, existe a empresa Vale que possui grande poder econômico e visa o lucro e, conseqüentemente, a diminuição do seu prejuízo; enquanto de outro, temos a sociedade civil que visa reparações e indenizações justas. Nesse contexto, a sociedade civil tende a trabalhar coletivamente e articula-se em rede, considerando

que, assim, possui mais poder. Nesse sentido, Fung (2003) destaca que o associativismo contribui para melhoria na representação dos interesses, além de fortalecer a resistência e o questionamento do poder. Este ponto é abordado pela Entrevistada J da seguinte forma:

Acho que a mobilização tá sendo mais no campo do conflito e um mecanismo de pressão do que como uma política conciliadora, pelo consenso e construção. Isso porque a Vale é muito poderosa né? Tem um poder de ação, de advocacia e um poder decisório infinitamente maior do que dos atingidos.

Os entrevistados denunciam que a Vale responde às ações coletivas por meio de ações que visam desmobilizar a comunidade, o que faz sentido se analisarmos os interesses da empresa em contraponto às contribuições do associativismo levantadas por Fung (2003) e Warren (2001). A mobilização popular pode fortalecer a luta pelos interesses dos atingidos e, conseqüentemente, dificultar a obtenção de lucro e diminuição dos prejuízos da empresa.

De acordo com a Entrevistada E: “A maior estratégia da empresa é minar as relações do território, desmobilizando a população, porque quanto mais segregado e menos articulado mais fácil pros caras pisarem.”

Segundo as informações coletadas nas entrevistas, a empresa busca desarticular a comunidade por meio de: perseguição das principais lideranças; ações que potencializam os conflitos entre os atores locais e individualizam as reparações; ações que dificultam a participação social; e a construção de uma narrativa que a desresponsabiliza diante do desastre.

A perseguição das lideranças foi denunciada por alguns entrevistados que acreditam que está é uma prática recorrente no território. A Entrevistada F relata: “As lideranças são perseguidas de alguma forma. Há a prática de tornar invisíveis as lideranças e práticas para desmobilizar as comunidades que estas lideranças atuam”.

Além disso, acredita-se que a utilização dessa estratégia não é uma novidade nas ações de grandes empreendimentos envolvidos com extrativismo, como afirma a Entrevistada L:

Isso faz parte da estratégia das mineradoras, essa questão de criminalizar os movimentos sociais e ambientais, uma perseguição aos seus líderes e a gente tá vendo isso muito de perto e na pele. Várias pessoas que se mostraram como grandes lideranças no acompanhamento do processo de reparação sofreram ameaças, muitas tiveram que entrar no programa de proteção da defensoria pública, mudou do avesso a vida de muita gente.

Outra tentativa de desmobilizar a comunidade é, segundo os atores coletivos, por meio da individualização dos processos reparatórios e fomento de conflitos. Os relatos indicam que isso é feito através de propostas de acordos individuais e manipulações, principalmente, dos mais vulneráveis. O Entrevistado O descreve esse processo:

A gente compreende a Vale como um tipo de organização criminosa, e ela tem uma política muito bem definida de dividir pra governar. Então o que ela faz: ela não conversa com movimentos organizados, ela tenta destruir os movimentos, como ela tentou desde o princípio (...) ela fazia uma propaganda e investia sempre na resolução individual das pessoas.

Essa resolução individual consiste em uma resolução negociada entre atores de diferentes níveis de poder (um grande empreendimento e um cidadão comum) que, de acordo com Acselrad e Bezerra (2010), contribui para a desmobilização da comunidade e para a legitimação da dominação exercida pelas mineradoras sem a devida reparação de danos.

No que diz respeito a dificultar a participação social, alguns relatos indicaram que a Vale não participa dos diálogos propostos por iniciativas estatais. Segundo alguns atingidos, os representantes da Vale não comparecem nas assembleias populares e nos espaços institucionais de diálogo. Sendo que, quando são obrigados por alguma decisão judicial a comparecer, não se manifestam e nem dialogam com os representantes da comunidade. Outra questão já levantada foi a de que nos programas de reparação elaborados pela empresa não existem processos participativos.

Por fim, a construção e divulgação de uma narrativa pautada na perspectiva de acidente e na desresponsabilização da empresa foi apontada por vários dos entrevistados. Os atores coletivos defendem que a Vale utilizou de marketing e publicidade na busca de influenciar a opinião pública, portanto, interferindo na possibilidade de mobilização da sociedade civil. Ao lado da construção desta narrativa, foi apontada a falta de acesso às informações de domínio da mineradora. Como indica a Entrevistada I: "Falta informação clara, eles mostram as coisas mais ou menos e não dá pra confiar. Então assim, são jogos que eles vão fazendo para desarticular o povo".

Mesmo com as tentativas de desmobilização apontadas pelos atingidos, é perceptível a existência de participação social no contexto de pós-rompimento em

Brumadinho, além dos protagonismos assumidos pelos atingidos por meio de organizações e ações coletivas.

7.3 As relações dos atores coletivos com o Estado

As relações dos atores coletivos com o Estado, no contexto de pós-desastre em Brumadinho, se dão mediante repertórios de ação e de interação diversos; desde diálogos, reuniões e participação de representantes em canais institucionalizados de participação, até ações coletivas de cunho reivindicativo. Contudo, nas entrevistas os poderes públicos (nacional, estadual e municipal) tem menor proeminência, comparando-se com a Vale, que constitui um núcleo de narrativas de caráter oposicional.

O Estado é posto, pelos entrevistados, como um agente mais passivo, que não constitui o principal alvo de reivindicações e, também, não é visto como um ator ativo na garantia dos direitos dos atingidos. Alguns entrevistados definem a atuação dos órgãos e agências públicas como ineficiente, pois argumentam que nas suas ações há um favorecimento dos interesses da empresa Vale em detrimento dos interesses dos atingidos.

Nesse sentido, considerando os entrevistados, é possível identificar que existe, por parte dos atingidos, uma descrença nos espaços institucionalizados. É perceptível a existência de uma narrativa que defende que as grandes mineradoras estão envolvidas em relações com o Estado, inclusive espúrias e, por isso, as decisões públicas não seriam tão incisivas. Nessa linha, a Entrevistada F afirma que:

Quando a gente fala de grandes empreendimentos minerários nós temos todo um sistema por trás disso, desde municípios e Estados, através dos órgãos licenciadores, até o próprio governo que acaba colocando ações que limitam a informação e a participação social (...) é um sistema corrupto. (Entrevistada F).

Entretanto, mesmo com essa descrença na atuação do Estado, grande parte dos atores coletivos utilizam meios institucionais como repertórios de ação, por meio, por exemplo, de representação alternativa ou mobilização legal. Nessa interação, dos atores coletivos com o poder público, os Ministérios Públicos assumem relevância central, pois é através deles que maior parte dos atores dialogam com as instâncias públicas.

No que tange a resposta do Estado diante das ações coletivas no território de Brumadinho, pode-se afirmar que existem espaços institucionalizados que

viabilizam a participação social, notadamente como as audiências públicas e comissões, porém ainda não é considerada, pelos atingidos, uma resposta satisfatória. Sabe-se que alguns instrumentos de participação social institucional existem e estão consolidados no âmbito dos estados e municípios, como os conselhos de meio ambiente, porém nota-se que ainda não houve uma mobilização expressiva dessas instituições participativas para discutir a temática do desastre de Brumadinho e seus impactos.

Hoje, o Comitê Gestor Pró Brumadinho, criado pelo governo estadual e atrelado às secretarias estaduais de saúde, de meio ambiente, de desenvolvimento social, entre outras, é uma das principais instâncias atuantes no contexto de pós-desastre, acompanhando o andamento das ações civis públicas e propondo uma série de discussões no âmbito estadual. Sua atuação é limitada, pois, apesar de algumas ações civis públicas estarem sendo discutidas, ainda não houve uma conclusão do caso Brumadinho na justiça. Sem um fechamento do tema na justiça, não houve impulso para uma atuação mais incisiva do Estado.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs a investigar como a sociedade civil passou a se organizar e atuar em Brumadinho após o desastre tecnológico ocorrido em janeiro de 2019. Com isso, o caminho percorrido se iniciou com estudos teóricos e conceituais acerca de temas considerados importantes para o alcance do objetivo geral, seguido da análise do contexto social do território, seus atores coletivos e formas de organização, seus repertórios de ação e as relações construídas entre eles.

A realização da pesquisa teve algumas limitações, a primeira delas se refere ao tempo disponível para elaboração que, por se tratar de um trabalho de monografia, deve ser escrito no espaço de tempo de um período acadêmico, impossibilitando maior aprofundamento do tema. Além disso, o contexto de pandemia, causada pelo Covid-19, alterou alguns planejamentos e impossibilitou vivências em campo. A falta de vivências em campo fez com que pesquisas e entrevistas fossem realizadas virtualmente, o que dificulta a criação de uma relação de confiança com o entrevistado ou entrevista, podendo diminuir o potencial de obtenção de informações e dados relevantes.

O foco do trabalho relaciona-se, principalmente, com a participação social não institucional, que se refere à mobilização, organização e formas de ação coletiva da sociedade civil. Em relação a esse modelo de participação são conhecidas formas diversas de associativismo, sendo que, no Brasil, observa-se a manutenção de um tecido associativo amplo e plural.

Da mesma forma, no contexto pós-desastre, pode-se afirmar que tem ocorrido em Brumadinho um alargamento da sociedade civil por meio da entrada em cena de novos atores coletivos e de suas redes, bem como dos repertórios de ação coletiva. Nesse sentido, nota-se que o desastre tecnológico funcionou como uma oportunidade política, na linha da Teoria do Processo Político (ALONSO, 2009), influenciando o surgimento de novos atores e a ampliação das redes no território, além de motivar o surgimento de repertórios plurais de ação coletiva. A partir dos processos de constituição das redes, há um estímulo à organização de atores coletivos, ou das conexões com associações e grupos organizados pré-existentes, contribuindo para a configuração e fortalecimento de novas mobilizações.

Com a tragédia, muitos danos foram causados às comunidades da região, e aspectos insustentáveis do modelo minerário, praticado pela empresa Vale,

passaram a ser colocados em evidência pelos atores coletivos. Conseqüentemente, a relação da população com a atividade mineradora e com a empresa Vale transformou-se, principalmente, a partir da construção de narrativas comuns compartilhadas pelos atores coletivos locais e nacionais. Essa transformação deu espaço a uma relação baseada no confronto, onde as empresas e as comunidades apresentam interesses conflitantes.

No que tange a participação social institucional, é importante ressaltar o papel do Estado como provedor de mecanismos e espaços para que ela seja viabilizada. No caso abordado neste trabalho, o papel desempenhado pelo Estado, em nível nacional, estadual e municipal, não se mostrou satisfatório.

No âmbito dos espaços de participação que envolvem formas de representação ampliadas, destacam-se as audiências públicas, que possibilitam a atuação de movimentos sociais e associações em ambientes institucionais, em tese dando voz aos grupos vulneráveis e fragilizados. Entretanto, grande parte dos entrevistados questionam a legitimidade dos representantes da comunidade que ocupam esses espaços e a efetividade dessa participação. Nesse sentido, a atuação do Estado, no que tange a promoção da participação social nos processos que envolvem a reparação dos atingidos, poderia ser mais eficaz. Recomenda-se, então, a ampliação dos espaços participativos e a fomentação de outros meios de participação, paralelos aos já existentes.

Contudo, apesar da participação institucional limitada, é após o rompimento da barragem que surge o primeiro contato de muitos dos moradores da cidade com os mecanismos e espaços de participação e deliberação, sejam eles institucionais ou não institucionais. Nesse contexto, a participação social assume uma relevância notável e atribuída, principalmente, a suas funções postas por Pateman (1992): democratizante, educativa e integrativa. Pois, pode-se considerar que em alguma medida a participação empoderou as comunidades, fazendo com que elas assumissem um papel de protagonistas sociais.

Além disso, a participação social no interior da sociedade civil, por meio de formas associativas diversas, como abordado a partir de autores diversos (WARREN, 2001; FUNG, 2002; LUCHMANN 2011), pode gerar efeitos democratizantes e de fortalecimento da democracia. No caso de Brumadinho, no contexto pós tragédia, alguns desses desdobramentos da participação social puderam ser observados, como a ampliação do tecido associativo; a vocalização e defesa das demandas de

vulneráveis; a promoção de educação política; a influência na esfera pública a partir das narrativas dos atingidos e dos impactos do desastre; a denúncia das relações de poder; a ocupação de espaços de participação institucional e constituição de representações.

Nesse sentido, é importante ressaltar que, a despeito do alcance das suas demandas, os atores coletivos mostram-se bem sucedidos, principalmente a partir de um ponto de vista mais amplo, referente aos processos de democratização para os quais esses atores têm contribuído.

Somado aos atores locais, é importante pontuar aspectos da atuação dos atores de nível nacional junto aos atingidos. Destacam-se os movimentos sociais MAB e MAM, que atuaram de forma alinhada e articulada no território e nos espaços institucionalizados. O MAM assume um papel mais articulador e mobilizador, sem focar muito em ações de confronto. Por sua vez, o MAB é um dos atores que mais utiliza repertórios de ação plurais e tem um certo foco nas ações de confronto e de representação dos atingidos.

Como já foi posto, houve um fortalecimento dos atores coletivos locais e o surgimento de novas organizações coletivas no território de Brumadinho, ampliando seus repertórios de ação. O trabalho presente identificou alguns desses atores e analisou suas formas de mobilização e de organização, seus repertórios de ação e de interação entre eles e com o Estado e a Vale. Durante a análise, observou-se que a maior parte dos atores coletivos apresentam repertórios de ação plurais, sendo que o MAB e o Comitê Popular da Zona rural são os que possuem maior amplitude de repertórios. Ademais, identificou-se que ações de mobilização interna e de solidariedade são as mais frequentes, seguidas de repertórios de confronto.

Esses atores coletivos relacionam-se entre si de forma a cooperarem e, também, disputarem por recursos e espaços. As relações entre eles perpassam por formação de articulações e compartilhamento de significados e aspectos identitários, ao lado de disputas e rivalidades. As disputas ocorrem, principalmente, entre os atores locais em relação ao MAB, que conquistou um certo protagonismo diante dos espaços institucionalizados e da mídia. Entretanto, o alinhamento e os repertórios de ação realizados em cooperação são mais significativos que os conflitos entre eles.

Ainda no que toca as relações estabelecidas entre os atores, o que mais chama atenção se refere a resposta da Vale diante das ações coletivas. O tipo de resposta consiste em uma estratégia recorrente em conflitos ambientais e se desdobra

em ações que objetivam a desmobilização das comunidades atingidas. Diante de comunidades, na maioria das vezes, vulneráveis, uma empresa de poder econômico exacerbado e capacidade de ação infinitamente maior que dos atingidos, age de forma a fragilizar os meios de organização e mobilização social. Assim, configura-se um cenário de grandes injustiças sociais.

Diante dessas injustiças espera-se que o Estado assuma um papel regulador e fiscalizador diante das ações da mineradora e diante de todo o sistema minerário vigente, que constitui um sistema insustentável no âmbito socioambiental. Entretanto, essa fiscalização e regulação não ocorrem de forma satisfatórias, considerando os licenciamentos concedidos em relação a B1 antes do rompimento.

Ademais, ao analisarmos as respostas do Estado diante do evento do dia 25 de janeiro de 2019, observa-se um relativo despreparo diante de situações de emergência, ilustrando sua imaturidade na administração de desastres. Faz-se necessário, portanto, maior investimento na construção de planos de ação para resposta à desastres. Além disso, seria benéfico se o Estado, e as mineradoras, pautassem suas ações em um modelo de desenvolvimento sustentável, buscando minimizar os riscos e as vulnerabilidades das comunidades próximas aos empreendimentos minerários.

Conclui-se que, o contexto de pós-rompimento em Brumadinho não se configura como um solo fértil para o fortalecimento das formas de organização da sociedade civil e de ação coletiva. Pois, dentre outros motivos, os mecanismos de participação institucional são limitados e existe um esforço da empresa Vale em desmobilizar a sociedade, somado ao desequilíbrio de poder que existe no conflito entre os atingidos e a mineradora. Entretanto, a participação social não institucional se enraíza nesse solo em forma de resistência e alcança conquistas que, podem parecer modestas, mas significam grande avanço na perspectiva dos entrevistados e ao se comparar com o contexto de Mariana.

Hoje, as mineradoras continuam expandindo seus empreendimentos, enquanto os atingidos do rompimento da Barragem do Fundão, em 2015, e da barragem do Córrego do Feijão, em 2019, seguem na luta por uma reparação justa. Nesse conflito, o caminho deve ser o da organização e mobilização, pois, como afirma um membro do MAM em entrevista (BRASIL DE FATO, 2019): “Nós somos um povo latino-americano que luta, nós não fomos derrotados, porque se nós já tivéssemos sido derrotados todos esses projetos teriam passado por cima de nós há muitos anos”.

REFERÊNCIAS

- ABERS, R. N.; KECK, M. E. 2008. **“Representando a diversidade: estado, sociedade e ‘relações fecundas’ nos conselhos gestores”**. Caderno CRH, v.21, n.52, pp. 99-112.
- ABERS, Rebeca; SARAFIM, Lisandra; TATAGIBA, Luciana. **Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na era Lula**. Revista Dados, Rio de Janeiro, v. 57, n.2, p. 325-357, jun. 2014.
- ABERS, Rebecca; SILVA, Marcelo Kunrath; TATAGIBA, Luciana. **Movimentos sociais e políticas públicas: repensando atores e oportunidades políticas**. Lua Nova, São Paulo, 105: 15-46, 2018.
- ACSELRAD, Henri; BEZERRA, Gustavo. **Inserção econômica internacional e “resolução negociada” de conflitos ambientais na América Latina**. ZHOURI, A. LASCHEFSKI, K.(org.). Desenvolvimento e conflitos ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 35-62, 2010
- ALMG. **Resultados da CPI da Barragem**. Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <https://sites.almg.gov.br/cpi-barragem/index.html>. Acesso em: 28 junho 2020.
- ALONSO, Angela. **“A Política Das Ruas: Protestos Em São Paulo de Dilma a Temer”** Cebrap, Nº especial, junho 2017.p. 48-58.
- ALONSO, Angela. **As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate**. Lua Nova, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009.
- ALONSO, Angela. **REPERTÓRIO, SEGUNDO CHARLES TILLY: HISTÓRIA DE UM CONCEITO**. Sociol. Antropol., Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 21-41, 2012 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-38752012000300021&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 04 jun 2020.
- ALVES, H. P. da F. **Vulnerabilidade socioambiental na metrópole paulistana: uma análise sociodemográfica das situações de sobreposição espacial de problemas e riscos sociais e ambientais**. 2006. Revista Brasileira de Estudos Populacionais. São Paulo, v. 23, n. 1, pp. 43-59.
- ANAEEL. **Relatório de Resultados: Classificação de Barragens** (ciclo 2016). Brasília, 2017.
- ANDION, Carolina; SERVA, Mauricio. **Por uma visão positiva da sociedade civil: uma análise histórica da sociedade civil organizada no Brasil**. Cayapa. Revista Venezolana de Economía Social [en linea]. 2004, 4(7), 7-24. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=62240702>. Acesso em: 04 jun 2020.
- ANELLI, Fernando Resende. **TEORIA DEMOCRÁTICA E INCLUSÃO POLÍTICA: Representação, participação e deliberação nos Fóruns Regionais de Governo de Minas Gerais**. Monografia (Graduação em Administração Pública) – Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2018. Orientadora: Flávia de Paula Duque Brasil, 2018.

ARAGÃO, Ana Laura de Castro. **A Resposta da Política Social à Tragédia de Brumadinho**. Monografia (Graduação em Administração Pública) – Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2019. Orientadora: Carla Bronzo, 2019.

ARÁOZ, Horacio Machado. “**Orden neocolonial, extractivismo y ecología políticade as emociones**”. RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, v. 12, n. 34, pp. 11-43, Abril de 2013.

ARAUJO, Sérgio. **Administração de desastres: conceitos e tecnologias**. 3 ed.[S. l.]: Sygma, 2012. E-book.

ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE. **Evangelização e acolhimento: quase um ano após tragédia, Arquidiocese de BH continua prestando auxílio a Brumadinho**. 2020. Disponível em: <http://arquidiocesebh.org.br/projetos-sociais/evangelizacao-e-acolhimento-quase-um-ano-apos-tragedia-arquidiocese-de-bh-continua-prestando-auxilio-a-brumadinho/>. Acesso em: 30 jun. 2020.

ASSOCIAÇÃO NOSSA CIDADE. **Manual de Boas Vindas da Nossa Cidade**. 2017. Disponível em: <https://www.nossacidade.net/>. Acesso em: 10 jun. 2020.

AVABRUM (Brumadinho). **Quem somos**. Disponível em: <https://avabrum.org.br/about-us/>. Acesso em: 2 jun. 2020.

AVRITZER, Leonardo. **A moralidade da democracia: ensaios em teoria habermasiana e teoria democrática**. Belo Horizonte, MG: UFMG, 1995.

AVRITZER, Leonardo. **Experiências nacionais de participação social**. São Paulo: Cortez, 2010.

AVRITZER, Leonardo. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**, 2016.

AVRITZER, L. 2008. **Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático**. Opinião Pública, Campinas, v. 14, n. 1, p. 43-64, jun.

AVRITZER, Leonardo. **Sociedade Civil, Instituições Participativas e Representação: da Autorização à Legitimidade da Ação**. DADOS, Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, p. 443 –464, 2007.

AVRITZER, Leonardo. **Teoria democrática e deliberação pública**. Lua Nova, São Paulo, n. 50, p. 25-46, 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452000000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 02 jul. 2020.

AVRITZER, Leonardo. **Um desenho institucional para o novo associativismo**. Lua Nova, São Paulo, n. 39, p. 149-175, 1997.

BARROS, Gabriela Lenti Vasconcelos. **REGULAR, REPARAR E RESISTIR: um estudo sobre a ação (e omissão) dos agentes envolvidos no desastre tecnológico do Vale do Rio Doce**. Monografia (Graduação em Administração

Pública) – Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2018. Orientadora: Flávia de Paula Duque Brasil, 2018.

BECK, Ulrich. **A POLÍTICA NA SOCIEDADE DE RISCO**. Ideias, Campinas, v. , n. 1, p. 229-253, jul. 2010. Traduzido por Estevão Bosco.

BEZERRA, Carla de Paiva. **Movimento Feminista Brasileiro: Repertórios e estratégia de ação**. Revista Feminismos, Vol.2, N.1, 2014.

BOHMAN, J. 2000. **La democracia deliberativa y sus críticos**. Metapolítica, 4(14):48-57.

BRASIL DE FATO. **Atingidos pela Vale bloqueiam estrada contra atividade mineradora na região**. Serra Azul, 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/01/31/atingidos-pela-vale-bloqueiam-estrada-contra-atividade-mineradora-na-regiao/>. Acesso em: 15 junho 2020.

BRASIL DE FATO. **Vale teve gastos milionários em propaganda já na primeira semana pós Brumadinho**. Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <https://www.brasildefatomg.com.br/2019/12/09/vale-teve-gastos-milionarios-em-propaganda-ja-na-primeira-semana-pos-brumadinho>. Acesso em: 27 junho 2020.

BRASIL, Flávia de Paula Duque. **Participação cidadã nas políticas sociais e na gestão de programas e projetos: potenciais e desafios**. In: FAHEL, Murilo; NEVES, Jorge Alexandre Barbosa (Org.). *Gestão e Avaliação de Políticas Sociais no Brasil*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2007. Parte I, p. 115-153

BRASIL, Flávia de Paula Duque; CARNEIRO, Ricardo; SILVA, Thaysa Sonale A.; BECHTLUFFT, Rodolfo Pinhon. **Movimentos sociais e cidade: uma análise das formas de ação coletiva recentes em Belo Horizonte**. SERVIÇO SOCIAL EM REVISTA. 2020.

BRASIL, Instrução Normativa no 01, de 24 de agosto de 2012. **Ministério da Integração Nacional**. Brasília, Diário Oficial da União, 2012.

BRASIL. **Ministério de Minas e Energia (MME)**. 2017. Disponível em: <http://www.mme.gov.br/documents/10584/2674215/Boletim+Informativo+do+Setor+ineral+2018/e9ec9b19-17a8-46b5-bffb-5f520d244c6e;jsessionid=098E916E30FCA20AABE48C84374BA70D.srv155> Acesso em: 23 de março de 2020

BRASIL. **Ministério de Trabalho e Emprego (MTE)**. 2019. Disponível em: <https://www.mte.gov.br>. Acesso em: 23 de março de 2020.

BRUGUÉ, Quim; FONT, Joan; GOMÁ, Ricard. **Participación y democracia: asociaciones y poder local**. In: RIVAS, María J. F.; ARGILÉS, Ramón Adell. *Movimientos sociales: cambio social y participación*. Madri: UNED, 2003. Cap. 4, p. 109-133.

CARLOS, Euzinéia. **Movimentos sociais e instituições participativas: os efeitos institucionais do engajamento institucional nos padrões de ação coletiva**. RBCS, v.30 n. 88, p. 83-99, jun. 2015.

CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika; ALBUQUERQUE, Maria do Carmo Alves. **Movimentos sociais e seus efeitos nas políticas públicas - Balanço do debate e proposições analíticas** Civitas, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 360-378, maio-ago, 2017.

CARLOS, Euzineia. **Das teorias de movimentos sociais à análise de redes sociais**. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

CARNEIRO, R; BRASIL, F. P. D. **Controle social e as novas instituições participativas: um panorama do caso brasileiro pós-1988**. In: V Congreso Internacional en Gobierno, Administración y Políticas Públicas. Madri: GIGAPP / INAP, 2014.

CIDADE, Lúcia. **Urbanização, ambiente, risco e vulnerabilidade: em busca de uma construção interdisciplinar**. Cadernos Metr pole, São Paulo, 2013.

COHEN J.; ROGERS, J. 1995. **Associations and democracy**. London: Verso.

COHEN, J. L. and ARATO, A. **Civil Society and Political Theory**. Cambridge: MIT Press, 1992.

COHEN, J. 1999. **Deliberation and democratic legitimacy**. In: J. BOHMAN and W. REGH, *Deliberative democracy: essays on reason and politics*. Cambridge, Massachusetts Institute of Technology, p. 67-91.

COLETIVO BRASILEIRO DE PESQUISADORES DA DESIGUALDADE AMBIENTAL . **Desigualdade Ambiental e acumula o por espolia o: o que está em jogo na questão ambiental?** In. e-cadernos. Rio de Janeiro, 2012

CONNECTAS. **ENTREVISTAS: A DOR DA PERDA E A LUTA POR JUSTIÇA**. São Paulo, 2020. Disponível em: https://www.conectas.org/noticias/helena-taliberti-e-marcela-rodrigues-a-dor-da-perda-e-a-luta-por-justica?utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_campaign=blogpost&utm_term=ads3&utm_content=seriebrumadinho&gclid=Cj0KCQjwoaz3BRDnARIsAF1RfLceRs_qK37_A6GZWjzUw71s4rtURjI5I6Zy7H1zMy9KquRDmIUja9EaApMwEALw_wcB. Acesso em: 22 junho 2020.

DAGNINO, Evelina. **Sociedade civil, espaços públicos e a constru o democrática no Brasil: limites e possibilidades**. In: DAGNINO, E. (Org), *Sociedade civil e espaços públicos*. São Paulo: Paz e Terra, p. 279-301, 2002.

DAHL, Robert A. **Poliarquia: participa o e oposi o**. São Paulo: Ed. USP, 1971]1997. 234. Sobre a democracia. Brasília: Editora UNB, [1998], 2001.

DAHL, Robert A. **Who governs? Democracy and Power in an American City**. New Haven, Yale University, 1965.

DIANI, Mario e BISON, Ivano **Organiza es, Coalizões e Movimentos** REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA Dossiê Movimentos sociais e a o coletiva; n  3 - Brasília, janeiro/julho de 2010.e

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular: Movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.

FARIA, C. 2008. **O debate sobre participação nas instituições participativas: quais distinções analíticas importam?** Trabalho apresentado no 32º Encontro Anual da Anpocs, realizado em Caxambu (MG), de 27 a 31 de outubro.

FLOR AMARELA. **Flor Amarela: história**. 2 jul. 2019. Facebook: @floramarelabrumadinho. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/floramarelabrumadinho/about/?ref=page_internal. Acesso em: 5 jun. 2020.

FUNG, Archon. **Associations and Democracy: Between Theories, Hopes, and Realities**. Annual Review of Sociology, v. 29, p. 515-539, 2003.

FUNG, A. “**Deepening Democracy: Innovations in Empowered Participatory Governance**” in Politics and Society. Vol. 29, No. 1 (March 2001): 5-42. With Erik Olin Wright.

FUNG, A.; COHEN, J. **Democracia radical. Política e Sociedade**, Florianópolis, n. 11, p. 221-237, out. 2007. Disponível em: <www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/download/1293/1210>. Acesso em: 01 maio 2020.

FUNG, A. 2004. **Receitas para esferas públicas: oito desenhos institucionais e suas conseqüências**. In: COELHO, V. S. R. P. & NOBRE, M. (orgs.). Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: Letras.

GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. 106 p. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, M. da G. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. 9ª edição. São Paulo: Cortez, 2016. Disponível em: <http://www2.unemat.br/revistafaed/content/vol/vol_24/Faed_24.pdf#page=203> Acesso em: 05 maio 2020.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2010.

GUDYNAS, Eduardo. **Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. Extractivismo, política y sociedad** 187. 2009.

GUDYNAS, Eduardo. **Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. Extractivismo, política y sociedad** 187. 2009.

GUDYNAS, Eduardo. **Extractivismos en America del Sur: conceptos y sus efectos derrame**. In: ZHOURI, Andréa, BOLADOS, Paola e CASTRO, Edna.

Mineração na América do Sul : Neoextrativismo e lutas territoriais. São Paulo: ANNABLUME, 2016.

GURZA LAVALLE, A; HOUTZAGER, P; CASTELLO, G. 2006. “**Representação política e organizações civis. Novas instâncias de mediação e os desafios da legitimidade**”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 21, n. 60, pp. 43-66.

HABERMAS, J. 1997. **Direito e democracia: entre factilidade e validade**. V. 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

HELD, D. 1987. **Modelos de democracia**. Belo Horizonte, Paidéia, 306.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. 1985. **Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics**. London: Verso

LAVALLE, Adrian Gurza. **Os bastidores da sociedade civil: protagonismos, redes e afinidades no seio das organizações civis**. Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP, SP, nov.2006.

LAVALLE, A. G. **Participação: valor, utilidade, efeitos e causa**. In: PIRES, R. R. (Org.) Efetividade nas instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação. Brasília: Ipea, 2011. p. 33-43

LICHA, Isabel. **El debate actual sobre el desarrollo participativo**. In: LICHA, Isabel (Ed.). Gerencial social en América Latina. Washington D.C: Banco Interamericano de Desarrollo, 2002. Cap. 4, p. 69-85

LIEBSCHER, P. **Quantity with quality? Teaching quantitative and qualitative methods** in a LIS Master’s program. Library Trends, v. 46, n. 4, 1998, p. 668-680.

LOPEZ, Felix. **Perfil das organizações da sociedade civil no Brasil**. Brasília, IPEA, 2018.

LOSEKANN, Cristiana. **Mobilização do direito como repertório de ação coletiva e crítica institucional no campo ambiental brasileiro**. Rio de Janeiro , v. 56, n. 2, p. 311-349, June 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582013000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 julho 2020.

LUCHMANN, Lúgia H. **A representação no interior das experiências das experiências de participação**. Lua Nova, n. 70, p. 139-170, 2007.

LUCHMANN, Lúgia Helena Hahn. **Associações, participação e representação: combinações e tensões**. Lua Nova, São Paulo, n. 84, p. 141-174, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452011000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 04 Jun 2020

LUCHMANN, L. H. H. **Modelos contemporâneos de democracia e o papel das associações**. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v. 20, n. 43, p.59-80, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782012000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 maio 2020.

LUCHMANN, L. **Os sentidos e desafios da participação**. Ciências Sociais UNISINOS. V.42, n.1, jan-abril 2006, p.19-26.

MANSUR, M.; WANDERLEY, L.; MILANEZ, B.; SANTOS, R.; PINTO, R.; GONÇALVES, R.; COELHO, T. 2016. **Antes fosse mais leve a carga: introdução aos argumentos e recomendações referente ao desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton**. In: ZONTA, M.; TROCATE, C. (Org.). A questão mineral no Brasil – Vol. 2. Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton. Marabá, PA: Editorial iGuana.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MELUCCI, Alberto. **Ainda movimentos sociais: uma entrevista com Alberto Melucci**. (1994) Novos estudos CEBRAP, n. 40.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MELUCCI, Alberto. 1996. *Challenging codes: collective action in the information age*. Cambridge: Cambridge University Press.

MELUCCI, Alberto. 1988. “**Getting involved: identity and mobilization in social movements**”. *International Social Movements Research*, vol. 1.

MELUCCI, Alberto. 1995. **The Process of Collective Identity**. In: JOHNSTON, H. & KLANDERMANS, B. (eds.). *Social Movements and Culture*. Minneapolis: University of Minnesota.

Mendonça, R. F. **Dimensões democráticas nas Jornadas de Junho: reflexões sobre a compreensão de democracia entre manifestantes de 2013**. RBC, v. 33, n.98, p. 1-23, 2018.

MILANEZ, Bruno; SANTOS, Rodrigo Salles Pereira dos. **NEOEXTRATIVISMO NO BRASIL? uma análise da proposta do novo marco legal da mineração**. Pós Ciências Sociais, São Luís, v. 10, n. 19, p. 119-148, jun. 2013. Disponível em: <http://www.periodicoselétronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/1940/2720>. Acesso em: 04 jun. 2020.

MILANEZ, Luiz. **Aspectos institucionais do rompimento da Barragem**. In: **SEMINÁRIO DESASTRE DA VALE EM BRUMADINHO: SEIS MESES DE IMPACTOS E AÇÕES**, 3, Brumadinho, MG. Anais (...). Belo Horizonte: Fiocruz, 2019.

MINAS GERAIS. **Pró Brumadinho**. Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/pro-brumadinho>. Acesso em: 17 maio 2020.

MPMG. **Agentes de transformação e guardiãs da memória: a atuação incansável das mulheres nos casos Mariana e Brumadinho**. 2020. Disponível em: <https://www.mpmg.mp.br/areas-de-atuacao/defesa-do-cidadao/violencia-domestica-contra-a-mulher/noticias/agentes-de-transformacao-e-guardias-da>

memoria-a-atuacao-incansavel-das-mulheres-nos-casos-mariana-e-brumadinho.htm. Acesso em: 2 jun. 2020.

OLIVEIRA, Camilo José da Rosa. **O papel dos movimentos sociais na formulação de políticas públicas para população atingida por barragens e mineradoras: um estudo fundamentado no modelo de múltiplos fluxos**. 2018. 156p. Dissertação (Mestrado) – Curso de Administração Pública, Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2018.

PATEMAN, C. 1992. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 161 p.

PATEMAN, Carole. **Participation and democratic theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1970.

PUTNAM, Robert D. **Making democracy work: Civic traditions in modern Italy**. New Jersey: Princeton University Press, 1993.

RAGAZZI, Lucas; ROCHA, Murilo. **Brumadinho: a engenharia de um crime**. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

REIS, M. J. **A instalação de hidrelétricas no Vale do Rio Uruguai e a constituição de um campo social de conflitos**. Ilha: Revista de Antropologia, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 28-50, 2006.

RESENDE, Letícia Amédée Péret. **REDES DE MOVIMENTOS FEMINISTAS, O ESTADO DE MINAS GERAIS E A DEMOCRACIA: Uma discussão sob a perspectiva da teoria política feminista do Sul global**. Monografia (Graduação em Administração Pública) – Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2019. Orientadora: Letícia Godinho de Souza, 2019.

RIBEIRO, João Manuel. “**Sociologia do Desastre**”. In: Sociologia Problemas e Práticas. No 18. 1995. p. 23-43

RODRIGUES, Elisane Adriana Santos; BRASIL, Flávia de Paula Duque. **A participação social na perspectiva dos atores de uma rede social comunitária: um estudo de caso**. Saúde e Sociedade, [s.l.], v. 24, n. 1, p. 374-384, mar. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-12902015000100029>.

ROSA, Antonio Carlos. **Risco Tecnológico em Contextos de Vulnerabilidade Social e Ambiental Elevados: Experiências na Região da Refinaria Gabriel Passos/ Petrobras, Região Metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais (1998-2007)**. 2008. 162 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia Ambiental, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma Reinvenção Solidária e Participativa do Estado**. In: PEREIRA, L. C. Bresser *et al* (org.). Sociedade e Estado em transformação. São Paulo : Unesp, 2001, p. 243-271.

SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, Leonardo. **Para ampliar o cânone democrático**, in Santos, Boaventura de Sousa (org.), Democratizar a Democracia.

Os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SAWARD, M. 2006. **“The representative claim”**. Contemporary Political Theory, v. 5, n. 3, pp. 297-318.

SAWARD, M. 2009. **“Authorisation and authenticity: representation and the unelected”**. The Journal of Political Philosophy, v. 17, n. 1, 2009, pp. 1-22.

SCHLOSBERG, David. **The Oxford Handbook of Political Theory**. Oxford Handbooks Online, [S.L.], v. 1, n. 1, p. 1-883, 2 set. 2009. Oxford University Press. <http://dx.doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199548439.001.0001>

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. São Paulo: Editora Fundação de Cultura / Ordem Livre, 1991.

SILVA, Beatriz Vignolo. **Massacre de pessoas, violações de direitos e desprezo pela sociedade civil local marcam a experiência em Brumadinho após o desastre criminoso da VALE S/A**. COELHO, Helena Carvalho Coelho; RIVA, Gabriel Vicente (apresentação). Revista Científica Foz, v. 1, n. 3, p. 08-20, mar. 2019.

SILVA, Beatriz Vignolo. **Massacre de pessoas, violações de direitos e desprezo pela sociedade civil local marcam a experiência em Brumadinho após o desastre criminoso da VALE S/A**. COELHO, Helena Carvalho Coelho; RIVA, Gabriel Vicente (apresentação). Revista Científica Foz, v. 1, n. 3, p. 08-20, mar. 2019.

SILVA, Paulo Cesar Garré. **A AÇÃO COLETIVA: O DESAFIO DA MOBILIZAÇÃO**. Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais, Recife, v. 7, n. 2, p. 62-87, 21 dez. 2018.

SOUZA, Ailton de, 1975. **O potencial democrático do associativismo nas instituições participativas: um estudo de caso sobre os Conselhos Regionais de Campo Grande-MS**. Campinas, SP: [s.n.], 2018.

TARROW, S. **Poder em Movimento: movimentos sociais e confronto político**, Petrópolis: Ed. Vozes, 2009.

TATAGIBA, Luciana. **Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil**. In: DAGNINO, Evelina. Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002. Cap. 3. p. 47-104.

TATAGIBA, Luciana; PATERNIANI, Stella Zagatto; TRINDADE, Thiago Aparecido. **Ocupar, reivindicar, participar: sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo**. Opin. Publica, Campinas, v. 18, n. 2, p. 399-426, nov. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762012000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 04 jun. 2020.

Tatagiba, Luciana. **“1984, 1992 e 2013: sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil”**. Política; Sociedade, v.13, n.28, 2014, pp.35-62.

TEIXEIRA, Elenaldo. **Organizações da sociedade civil e poder público. Teoria e Sociedade**, número especial, p.72-93, mar, 2005.

TEIXEIRA, Elenaldo. **Sociedade civil e participação cidadã no poder local**. Salvador: UFBA, 2000.

TILLY, C. **Popular Contention in Great Britain, 1758-1834**. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

TILLY, C., TARROW, S., MCADAM, D. (2009) **Para mapear o confronto político**. Lua Nova, São Paulo, n. 76: 11-48.

TILLY, Charles. **Getting it together in Burgundy, 1675-1975**. CRSO Working Paper U128, Center for Research on Social Organization, Universidade de Michigan, maio, 1976.

TOURAIENE, Alan. **Na fronteira dos movimentos sociais**. Rev. Sociedade e Estado, Brasília, v. 21, n. 1, p. 17-28, jan/abr 2016.

URBINATI, N.; WARREN, M. 2008. **The concept of representation in contemporary democratic theory**. The Annual Review of Political Science, v. 11, pp. 387-412.

VALE (Brasil). **Brumadinho: programa de reparação integral. Programa de Reparação Integral**. 2019. Disponível em: <http://www.vale.com/esg/pt/Paginas/Brumadinho.aspx>. Acesso em: 04 jun. 2020.

VALENCIO, N. **Da morte da Quimera à procura de Pégaso: a importância da interpretação sociológica na análise do fenômeno denominado desastre**. In: VALENCIO, N. *et al.* (Org). **Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil**. São Carlos: Rima Editora, 2009

VALENCIO, Norma. **A Crise Social Denominada Desastre: subsídios para uma rememoração coletiva acerca do foco principal do problema**. In: VALENCIO, N. *et al.* **Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil**. São Carlos, RiMA Editora, 2012.

VALOURA, Leila de Castro. **Paulo Freire, o educador brasileiro autor do termo Empoderamento, em seu sentido transformador**. Otics Rio, 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/303912423_Paulo_Freire_o_educador_brasileiro_autor_do_termo_Empoderamento_em_seu_sentido_transformador. Acesso em: 05 maio 2020.

VIEGAS, José Manuel Leite. **Implicações democráticas das Associações Voluntárias: O caso português numa perspectiva comparativa europeia**. Sociologia, Problemas e Práticas, Oeiras, n. 46, p. 33-50, set. 2004. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292004000300003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 04 jun. 2020.

VIEIRA, Gabriela Teixeira. *et al.* **A utilização da ideia de “empoderamento” em políticas públicas e ações da sociedade civil**. Cadernos Gestão Social, Salvador, v. 2, n. 1, 2009. Disponível em:

<http://www.periodicos.adm.ufba.br/index.php/cgs/article/viewArticle/63>. Acesso em: 05 maio 2020

VINUTO, Juliana. **A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto**. Temáticas, Campinas, v. 22, (44), p. 203-220, 2014.

WANDERLEY; MANSUR; MILANEZ; PINTO. **Desastre da Samarco/Vale/BHP no Vale do Rio Doce: aspectos econômicos , políticos e socio ambientais**.

Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252016000300011. Acesso em: 26 de abril de 2019.

WARREN, M. 2001. **Democracy and association**. Princeton: Princeton University.

WARREN, Mark. **What Can Democratic Participation Mean Today?** Political Theory, Vol. 30, No. 5. (Oct., 2002), pp. 677-701.

WARREN, Mark. **What kind of civil society is best for democracy?** Portuguese Journal of Social Science, v. 3, n. 1,p. 37-47, 2004.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. São Paulo: Unb, 2004. 584 p. Tradução de: Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa.

WORLD BANK, 2006. **Hazards of Nature, Risks to Development: An IEG Evaluation of World Bank Assistance for Natural Disaster**. The World Bank, Washington DC.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: Planejamento e métodos**, 3º ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZHOURI, Andréa & LASCHEFSKI, Klemens (org). **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais**. Belo Horizonte: editora UFMG, 2010.

ZHOURI, Andréa, *et al.* **O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social**. Ciência e Cultura 68.3. 2016. p. 36-40